

## AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail [recursoscontinuos@dirbi.ufu.br](mailto:recursoscontinuos@dirbi.ufu.br).

CARLOS MENESES SOUSA SANTOS

***DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E TENSÃO SOCIAL EM  
UBERLÂNDIA***

*Experiências de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças.*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CARLOS MENESES SOUSA SANTOS

***DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E TENSÃO SOCIAL EM  
UBERLÂNDIA***

*Experiências de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças.*

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História, sob a orientação da Profa. Dra. Heloisa Helena Pacheco Cardoso.

Uberlândia, setembro de 2006.

SANTOS, Carlos Meneses Sousa, 1983.

Insatisfação popular e democracia participativa na Uberlândia dos anos de 1980 – Experiências de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças.

Carlos Meneses Sousa Santos – Uberlândia, 2006.

112 fl.

**Orientadora: Heloisa Helena Pacheco Cardoso**

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia.

Palavras Chaves: Cultura, participação popular e Estado.

CARLOS MENESES SOUSA SANTOS

***DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E TENSÃO SOCIAL EM  
UBERLÂNDIA***

*Experiências de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças.*

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Heloisa Helena Pacheco Cardoso – Orientadora

---

Profa. Dra. Dilma Andrade de Paula

---

Prof. Dr. Pedro S. Pereira Caldas

“Tudo que é participativo foi criado aqui em Uberlândia pelo Zaire, pelo PMDB. O Zaire, né? O partido que criou na verdade, né? O Zaire era o líder maior, então caiu sobre ele a criação da democracia participativa”

**(Geraldo Rezende, 03/2005)**  
(ex-vereador e ex-deputado estadual)

“Temos fé que num futuro próximo, o filho nutrido de um desnutrido, produto de genes oriundos de sobras dolorosas e aterrorizadas, conte a nossa história, pois só assim eles sentiriam o paladar da liberdade”

**(Marilda Machado, 16/02/1986)**  
(ex-diretora da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças)

## SUMÁRIO

<b>Considerações iniciais</b>	<b>7</b>
Capítulo I.	
<b>Opressão e expectativas: uma prece democrática a(o) Nossa Senhora das Graças</b>	<b>20</b>
Capítulo II.	
<b>Associações, dissidências e indiferenças: experiências no relacionamento dos sujeitos sociais em ordem democrática liberal</b>	<b>49</b>
Capítulo III.	
<b>Vivências e consciências: democracia participativa em Uberlândia</b>	<b>80</b>
<b>Considerações finais</b>	<b>101</b>
Anexo	104
Referências Bibliográficas	105
Fontes	111

***Considerações iniciais***



Enquanto sujeito histórico estou (e sou) envolvido na teia das relações sociais, nas quais me movimento e me posiciono conforme vivo e atribuo sentidos às minhas experiências.

Venho orientando minhas ações conforme o entendimento de que o tempo histórico que vivo é pautado por uma condição conflituosa das relações sociais. Estas relações abrigam a diversidade dos modos de vida e das consciências dos sujeitos sociais, sendo que hegemonicamente forças sociais dominantes buscam criar e manter, inclusive pela (re)elaboração, modos de expropriar, explorar e padronizar as práticas diversas que se debatem ordinariamente na tecitura da vida urbana.

Neste trabalho, portanto, parto da relação entre diversidade e desigualdade, entendendo, contudo, que ambas pertencem ao mesmo espaço inteiro e tenso das relações sociais. Este entendimento nada mais é do que a percepção de que as nossas práticas expressam uma ordem social de dominação, mas também de resistências, enfrentamentos e, mesmo, momentos de compartilhamento.

Considerando, como Khoury, que a história é um processo de disputas entre forças sociais, envolvendo valores e sentimentos, tanto quanto interesses, estou disposto a pensar e avaliar a vida cotidiana em sua dimensão histórica, a ponderar sobre os significados políticos das desigualdades sociais, onde as atenções se voltem para os modos como os processos sociais criam significados e como esses interferem na própria história.<sup>1</sup>

Faz-se necessário esclarecer que ao falarmos em processo social como sendo um movimento de disputas, entendemos que este estado de tensão permanente se estabelece em momentos onde os conflitos ora acomodam-se, ora explicitam-se. Estas tramas das relações sociais pertencem a um estado social que engendra transformações e permanências no interior da vida em sociedade.

Ao me posicionar pela busca do entendimento de como as relações sociais transformam ou preservam modos de vida, pretendo perceber como as pessoas vão elaborando expectativas, uma vez que os significados construídos por elas confrontam-se, em vários momentos, com padrões historicamente estabelecidos e casualmente compartilhados.

---

<sup>1</sup> KHOURY, Yara Aun. Muitas Memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: *Muitas Memórias, outras histórias* (Org's. Déa R. Fenelon; Laura A. Maciel; Paulo Roberto de Almeida e Yara Aun Khoury). São Paulo: Olho d'Água, 2004. (p.116-138)

Acredito, contudo, que só faz sentido esta orientação se percebermos a história como um entrecruzar de tempos e interesses que são históricos, onde o presente é vivido como o embate de expectativas que o constituiu e ao mesmo tempo é o (re)arranjar destas expectativas em projetos de futuro, sendo que esses sentimentos se relacionam e são presentes nas histórias dos diversos sujeitos.

Procurro, portanto, conforme sugeriu Khoury, abordar a história como um *processo construído pelos próprios homens, de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória, sendo que o sujeito histórico não é pensado como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas.*<sup>2</sup>

Interesso-me, assim, pela cultura dos homens que se relacionam em sociedade, entendendo por cultura modos de vida que são praticados e representados na elaboração das vivências dos sujeitos que lutam, em condições desiguais, para se inserirem de forma “digna” no arranjo das forças sociais em disputa.<sup>3</sup>

Nesta monografia, busco compreender a relação histórica dos sujeitos que estabeleceram, na Uberlândia dos anos 1980, a vitória eleitoral e a gestão administrativa do governo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), este capitaneado, na cidade, pela imagem política de Zaire Rezende.

Zaire Rezende, com o discurso de promoção da *participação popular*, conseguiu eleger-se prefeito municipal para a *Administração da Democracia Participativa* – 1983/1988. Venceu, nas eleições de 15 de novembro de 1982, grupos políticos que há décadas se alternavam à frente do poder público municipal.

Mas o que esse fato significou e significa para as pessoas que viveram aquele tempo histórico? Que construção social essa vitória política, alcançada pelo grupo oposicionista do PMDB, revela em sua constituição histórica? Quais foram as condições sociais que produziram esse acontecimento social? Quais foram as mudanças, se estas houveram, nos modos de vida dos sujeitos que atuaram na Uberlândia dos anos de 1980, muitos dos quais continuam a viver a cidade nos primeiros anos do século XXI?

---

<sup>2</sup> KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. In: *Projeto História* 22. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, Julho/2001. (p.79-104)

<sup>3</sup> Esta hipótese sugerida para se pensar cultura é inspirada nos trabalhos de Thompson. O autor inglês discute a sociedade inglesa dos séculos XVIII e XIX, apontando novas perspectivas, no interior do marxismo, para pensarmos os processos de industrialização. Thompson evidencia em suas discussões como as relações sociais foram transformadas, mas também preservadas no fazer-se dos sujeitos sociais. Ver, entre outros, *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Estas questões começaram a ser formuladas no momento que eu me mudei para Uberlândia. Vindo de uma pequena cidade do interior de Goiás, cheguei a Uberlândia no final do ano 2000. Nesse momento realizava-se o processo eleitoral com vistas à ocupação dos cargos eletivos para os mandatos representativos de vereadores e prefeito municipal.

Já eleitor do município, presenciei a disputa eleitoral polarizada entre Zaire Rezende e Luiz Humberto Carneiro. Zaire Rezende representava uma fração da oposição, enquanto Luiz Humberto era o candidato governista apoiado pelo prefeito em fim de mandato, Virgílio Galassi.

Luiz Humberto Carneiro, pouco conhecido pelas pessoas da cidade, apresentou-se como um *administrador moderno* e dizia que, por ter acesso aos grupos empresariais da cidade, teria facilidade em governar o município provendo-o de desenvolvimento e progresso. Além do apoio de Virgílio Galassi<sup>4</sup>, Luiz Humberto contou com uma eficiente propaganda eleitoral que fez com que o pecuarista, ex-diretor do Sindicato Rural de Uberlândia, e ex-secretário de governo, se tornasse conhecido do público eleitor.

Enquanto isso, Zaire Rezende, que tinha como candidato a vice-prefeito o empresário Celson Martins Borges<sup>5</sup>, se apresentava como um *candidato popular*, um político democrático, com trajetória de comprometimento com as causas sociais dos moradores que viviam precariamente a cidade. Afirmava, em seu programa de governo (este registrado em Cartório como suposto comprometimento com o que nele estava escrito), que *nos últimos dez anos, o que se vê é que a cidade está mal cuidada, as praças abandonadas, falta sinalização, as ruas sujas e a pobreza presente em todos os espaços. Definitivamente, não é mais a cidade de doze anos atrás*.<sup>6</sup>

O candidato propagava, ainda, os *princípios básicos* de seu futuro governo, afirmando que *a democratização do poder público municipal e da sociedade é pra nós um valor estratégico e um processo em construção*, sendo que o seu governo teria,

---

<sup>4</sup> Virgílio Galassi foi Prefeito Municipal por quatro mandatos, sendo que dos últimos 30 anos de administração pública no município governou a cidade por 16 anos e, ainda, elegeu um sucessor para um mandato de mais quatro anos.

<sup>5</sup> Não estou falando aqui de apenas mais um dos executivos da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia – ACIUB, mas de um ex-presidente que se elegeu três vezes consecutivas para direção de sua instituição de classe, em eleições bianuais – 1983-1988, personificando assim uma fração dos interesses do empresariado uberlandense.

<sup>6</sup> REZENDE, Zaire. *Programa de Governo: Crescer com qualidade de vida e democracia*. Uberlândia, 2000. p.4-5

como compromisso, *ações que pudessem modificar o modelo de desenvolvimento e das relações sociais*.<sup>7</sup>

Zaire Rezende, na disputa eleitoral do ano 2000, evocava o seu primeiro mandato, o qual terminou em 1988, – por isso a menção de que há doze anos Uberlândia não era mais a cidade com qualidade de vida e justiça social –, como forma de legitimar a sua candidatura. Portanto, justificava ao eleitorado, ao mesmo tempo em que promovia sua campanha, a expectativa de seu retorno ao Poder Executivo Municipal como condição para que se “recuperasse” uma cidade “mais justa” para seus moradores.

Sobre este fato observei, na ocasião, que nos ônibus coletivos, nas filas de banco, nos corredores dos postos públicos de atendimento médico (chamados na cidade de UAI’s) ..., que muitas pessoas falavam de Zaire Rezende, seja de forma elogiosa ou de maneira depreciativa. Esses episódios me chamavam a atenção e faziam com que, em um primeiro momento, indagasse sobre os sentidos, muitas vezes conflitantes, com que as pessoas se referiam à imagem política de Zaire Rezende.

Aluno do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, desde 2003, e bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a partir de 2004, com a orientação da professora Dr.<sup>a</sup> Heloisa Helena Pacheco Cardoso, iniciei uma pesquisa que pretendia entender como as pessoas viveram a experiência de participação popular hegemonizada partidariamente pelo governo peemedebista de Zaire Rezende – 1983/1988.

Interessa, neste trabalho, perceber como (e porque) as pessoas se lembram, algumas de maneira tão vibrante, da administração zairista. Procuro entender como essa experiência pertence à vida das pessoas que se envolveram, ou não, com a proposta de participação popular contida no *Projeto de Democracia Participativa*.

Observo, para este trabalho, como se deu a relação entre o Estado, em sua fração de Administração Municipal, e os moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças, na cidade de Uberlândia. Busquei compreender como se estabeleceu a relação entre as populações expropriadas nos seus modos de subsistência<sup>8</sup> na cidade e, portanto,

---

<sup>7</sup> Idem. p.5

<sup>8</sup> Por modos de subsistência me refiro às condições e aos meios de produção, tanto da existência material, quanto dos sentidos elaborados pelos diversos sujeitos sociais em viver essa existência como expectativa, percebendo estes elementos imbricados e atravessados de significados mútuos, os quais dão conta do que é preciso para dar sentido à vida. Compreendo que numa relação social que predomina a propriedade privada dos meios de produção e que estabelece a divisão social entre proprietários e não-proprietários, onde estas condições se manifestam de maneira heterogênea, é produzindo um estado de domínio social

exploradas nas suas busca pela conquistas destes modos, e o governo municipal, na gestão peemedebista da *participação popular*.

O Bairro Nossa Senhora das Graças é entendido aqui como espaço constituinte das relações sociais mantidas na cidade de Uberlândia, não somente por sua integração físico-geográfica (esta condição muitas vezes atribuída, naquele momento histórico, como característica de não pertencimento à cidade pelos moradores do local, devido a distância e as dificuldades de acesso), mas principalmente pelo pertencimento dos seus moradores ao conjunto das práticas sociais sustentadoras, mesmo quando questionadoras, da ordem social estabelecida na cidade.

Este espaço foi habitado em grande parte por trabalhadores das empresas localizadas no Distrito Industrial, o qual, como um meio-circulo, envolve e delimita os espaços geográficos e as vidas dos homens e mulheres que lá se estabeleceram (ver Anexo 1). Nele, se desenrolam episódios de uma trama de experiências que se fizeram e que se fazem historicamente, e que, portanto, informam sobre as histórias que estes sujeitos viveram na cidade.

Sobre a égide da especulação imobiliária, do comprometimento do poder público com os interesses dos grupos econômicos localizados no município, esses moradores começaram a se mudar para este espaço da cidade no final dos anos 1970. Neste momento depararam-se, mesmo em suas diferentes subjetividades, com necessidades e expectativas comuns: emprego, moradia, transporte, ... Estar alí poderia significar esperança, desencanto, indiferença ...

É vivendo este estado de coisas que estas pessoas se fizeram socialmente: se organizaram em Associações de Moradores, ou não; permaneceram ou se mudaram para outros bairros; votaram em determinado candidato; perderam familiares e tiveram filhos; construíram e acreditaram em certos sonhos.

Jacobi, ao analisar o momento de crise da dominação de classe em ordem social capitalista-militar no Brasil, no final dos anos 1970, alerta que *na literatura sobre os movimentos sociais, com a crise do autoritarismo e a ascensão dos movimentos de oposição, privilegia-se mais o que o Estado cede do que o que efetivamente controla e*

---

dos proprietários sobre o conjunto da sociedade. Este estado, que é construído socialmente, diz, portanto, da necessidade, por parte dos expropriados, de construírem modos de subsistência que subvertam, mesmo que pontualmente, os modos de dominação construídos e elaborados pelos proprietários. Entendo que estes modos de vida diversos e desiguais expressam os conflitos da sociedade capitalista no âmbito local.

organiza.<sup>9</sup> O autor entende que o que o Estado cedeu foram conquistas importantes dos trabalhadores, mas evidencia que muito do que se escreveu sobre aquele momento de explicitação dos conflitos, presentes na disputa social, em um estado de crise, supervalorizou a atuação aplanadora das desigualdades sociais, por parte do Estado, e relegou a segundo plano, ou mesmo menosprezou, os limites impostos por sua atuação conservadora de controle e organização dos movimentos sociais de insatisfação e/ou contestação que se faziam presentes naquele momento histórico.<sup>10</sup>

Isto não significa, contudo, que não tiveram importância as resistências que emergiram e se estabeleceram no espaço público, e muito menos que estes grupos, que resistiram, tiveram suas experiências esgotadas em pesquisas já realizadas, faltando muito para dizer, falar e desvendar por meio da apresentação de memórias que foram soterradas nos escombros da dominação. Cabendo, assim, recolocar em discussão este tema, problematizar o que já foi naturalizado por muitos, repensar a história, para falarmos em outras histórias e pensarmos o futuro.

Esse apontamento, por esta perspectiva, instigou este trabalho a perceber como que na Uberlândia dos anos 80, governada pela oposição peemedebista, personificada em Zaire Rezende, foi construída/sustentada a dominação de classe, esta vivida em meio a oposições, expectativas e indiferenças, em torno da Proposta de Participação Popular.

A política de Democracia Participativa foi tema de estudo em várias monografias no Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia.<sup>11</sup> Entre estas pesquisas está a monografia de Jesus, onde a autora discute o *poder político em*

---

<sup>9</sup> JACOBI, Pedro R.. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: *Movimentos Sociais na Transição Democrática* (Org. Emir Sader). São Paulo: Cortez, 1987. (p.11-23)

<sup>10</sup> Jacobi, sobre esta perspectiva de análise, comenta que *em fins da década de 70, nossa reflexão encontrava-se muito mais no terreno da micro-política, das noções de revoluções moleculares ou das contra-criações no plano político-cultural. O que estava presente na balança era o papel dos movimentos para a transformação da sociedade. Com o passar do tempo e dos acontecimentos, fomos percebemos que a postura teórica presente no paradigma não correspondia à realidade dos fatos, na medida em que as mudanças e a ampliação do sistema institucional - organização partidária, abertura política – traziam à tona as transformações na dinâmica da ação do Estado.* Idem.

<sup>11</sup> Ver: DANTAS, Sandra Mara. *Uberlândia – terra fértil para novas sementeiras: A experiência da Democracia Participativa (1983-1988)*. Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de História, 1996 (Monografia, Graduação).

PEREIRA, Cires Canísio. *Democracia Participativa, sua lógica e sua prática*. Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de História, 1988 (Monografia, Graduação).

SANTOS, Manoel Joaquim dos. *Os jornais uberlandenses e a projeção da imagem de política de Zaire Rezende (1981-1985)*. Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de História, 2000 (Monografia, Graduação).

*Uberlândia*, procurando perceber as mudanças e as permanências engendradas no processo político-eleitoral a partir de 1982, na cidade.<sup>12</sup>

O corte cronológico da autora – 1982/1996, compreende a primeira vitória eleitoral de Zaire Rezende ao Executivo Municipal, e as sucessivas vitórias eleitorais do grupo político com que passou a rivalizar, este outro grupo personificado na imagem de Virgílio Galassi. Em 1996 enfrentaram-se Zaire Rezende e Virgílio Galassi, e o segundo candidato saiu vencedor, ocupando o Poder Executivo pela quarta vez.

Jesus argumenta, em sua análise, que *desde a primeira vitória de Zaire Rezende, em 1982, a história política de Uberlândia tomou rumos diferentes, pois apesar das forças conservadoras terem sido mais uma vez vitoriosas nos números, as posturas políticas e administrativas tiveram que ser modificadas para a sua própria manutenção no poder. E isso tem um significado histórico que vale a pena ser aprofundado.*<sup>13</sup>

Concordo com a autora quando ela, em suas conclusões, afirma que durante o governo Zaire Rezende as relações políticas foram alteradas na cidade de Uberlândia. Contudo, desconfio da polarização apresentada entre os grupos peemedebistas de Zaire Rezende e os pedessistas coordenados por Virgílio Galassi, onde estes seriam conservadores e aqueles não.<sup>14</sup>

Acredito ser problemática a idéia de que após *a primeira vitória de Zaire Rezende a história política de Uberlândia tomou rumos diferentes*. Entendo que o que transformou as relações sociais em Uberlândia, a partir dos anos 80, não foi a vitória eleitoral de Zaire Rezende, mas esta foi antes a expressão das mudanças que se constituíam e instituíam-se socialmente.

Entendo que o que nos podem revelar as transformações sociais, ocorridas na Uberlândia dos anos 1980, é o processo de constituição das relações vividas pelas populações da cidade, sendo que estas atribuíram, e continuam atribuindo, sentidos às experiências que viveram, e que podem, a partir dos juízos que elaboraram, e continuam elaborando, nos auxiliar na compreensão desse tempo histórico e, portanto, do nosso tempo histórico, pois foi aí que se fizeram os grupos e os sujeitos sociais que compõem o campo de disputas ainda vividas.

---

<sup>12</sup> JESUS, Wilma Ferreira de. *Poder Político em Uberlândia: Mudanças e permanências (1982/1996)*. Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de História, 1999 (Monografia, Graduação).

<sup>13</sup> Idem. p.52

<sup>14</sup> Jesus, ao dizer que os zairistas não seriam conservadores os considera *populares*, termo que é utilizado pela autora de forma ambígua em suas argumentações.

Ao procurar compreender a trama de disputas que levou à vitória o governo Zaire Rezende, e sua proposta de democracia participativa, este trabalho procura evidenciar a relação desse grupo político com alguns moradores da cidade, pretendendo revelar meandros de uma relação estabelecida entre moradores expropriados e o Poder Público Municipal.

O Bairro Nossa Senhora das Graças foi escolhido para este trabalho, enquanto espaço de relações sociais mantidas na cidade de Uberlândia, porque percebemos, de forma marcante, a presença de seus moradores na vida urbana do município. As lutas travadas por aquela população revelaram-se de intensa atuação, embora desigual. As fontes históricas nos informaram sobre as várias intervenções destes sujeitos naquele tempo histórico, disputando os projetos elaborados para a cidade naquele momento. Esta possibilidade de pesquisa se articulou com a diversidade de narrativas orais, compreendidas como elaboração consciente da memória dos sujeitos sociais sobre suas trajetórias pessoais, permitindo a elaboração de enredos que buscaram interpretar a complexidade das relações vividas.

Ao viver a cidade, e lutar para se incluir nela, os moradores de Uberlândia se relacionaram entre si, estabeleceram vínculos com o poder de Estado no município e dialogaram com um padrão de relações sociais que extrapolam os limites da cidade. Foi atuando na construção de suas próprias histórias que vários moradores enfrentaram, em muitos momentos, os limites impostos pela desigualdade das relações e lutaram pela satisfação de seus desejos e interesses, construindo caminhos alternativos no enfrentamento da hegemonia vigente.

Como suportes de investigação, compõem este trabalho fontes de pesquisa que auxiliaram, de maneira decisiva, para o esforço de compreensão daquele momento de expectativas, muitas transformadas em desencantos e indiferenças; onde estes sentimentos foram tecidos pela/na disputa dos interesses das classes que se faziam, conforme as aproximações entre as diversas aspirações dos muitos sujeitos sociais.

Nesse sentido, pensamos as fontes *em sua própria historicidade, como expressões de relações sociais, assim como elementos constitutivos dessas relações. Escolhe-las e analisá-las implica identificá-las no contexto social em que se engendram e, igualmente, dentro de nossas perspectivas de investigação. Nesse sentido, mais do*



*que buscar dados e informações nas fontes, nós a observamos como práticas sociais através das quais os sujeitos se constituem historicamente.*<sup>15</sup>

Khoury, ao discutir as narrativas orais, na investigação da história social, nos faz refletir sobre as fontes como expressões das disputas presentes no social. Nos ensina que as fontes compõem o processo de relações sociais, pois portam os discursos dos sujeitos que as elaboraram com intencionalidades próprias.

Orientado por esta perspectiva, procurei diversificar ao máximo possível as fontes de investigação histórica na compreensão da problemática proposta, sempre procurando cruzá-las em movimentos que possibilitassem retirar delas as relações de associação, enfrentamento e acomodação; posicionamentos constituídos por sentimentos de expectativas, frustrações e indiferenças, os quais informavam os modos de vida e as consciências dos sujeitos e dos grupos sociais ao se defrontarem com os padrões de dominação e com as formas alternativas de resistência que emergiam, ou que buscavam legitimar valores e interesses que se queriam hegemônicos.

Assim, compõem este trabalho documentações produzidas pelo poder público; ofícios encaminhados e recebidos pelas organizações de representação popular; Atas, tanto as da Câmara Municipal, quanto as da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças; matérias dos jornais Correio de Uberlândia e Primeira Hora, os quais circularam periodicamente na cidade de Uberlândia nos anos de 1980; e, ainda, as entrevistas orais, procurando perceber como as pessoas entrevistadas interpretaram suas vivências nas relações que estabeleceram com o Poder Público Municipal e com a Associação de Bairro.

Faz-se necessário, nesse momento, esclarecer como penso estas fontes em suas especificidades, em particular os jornais e as entrevistas orais que apóiam consideravelmente as reflexões deste trabalho.

Os jornais Correio de Uberlândia e Primeira Hora foram escolhidos por portarem discursos atribuidores de sentidos (e instituidores de projetos) diferentes para a cidade. Os jornais apresentavam editoriais divergentes, e mesmo conflitantes, em vários momentos. O jornal Correio de Uberlândia representava os interesses do grupo pedessista, capitaneado por Virgílio Galassi. O jornal Primeira Hora apresentava e apoiava os interesses políticos do grupo peemedebista, personificado em Zaire Rezende.

---

<sup>15</sup> KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. In: *Projeto História 22*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História de Pontifícia Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: EDUC, julho/2001. (p.79-104)

Contudo, tenho clareza que não estou tratando nem de grupos estáticos e homogêneos, nem de oposições sistemáticas na defesa de projetos antagônicos e inconciliáveis. Pelo contrário, esses grupos se comunicavam e se relacionavam, se fazendo e se refazendo em arranjos históricos específicos, e muitas vezes convergiram na defesa de interesses comuns aos dois grupos.

Capelato, ao argumentar que a imprensa comercializa política, afirma que *os empresários atuam na esfera privada orientados pela lógica do lucro. Enfrentam os concorrentes com todas as armas de que dispõem: notícias, opiniões, atrativos diversos para atender a todos os gostos. No entanto, essa empresa que visa o lucro, põe à venda no mercado uma mercadoria muito particular: a mercadoria política. Nesse tipo de negócio é que se entrelaçam o público e o privado. Há uma mescla de direitos: os dos cidadãos se confundem com os dos jornais. Os limites entre um e outro são muito tênues.*<sup>16</sup>

A autora nos alerta para não desconsiderarmos o caráter empresarial destes meios de comunicação. Contudo, sugere que os lucros podem ser conquistados de várias formas, principalmente como dividendo político, ou seja, na legitimação de determinados projetos políticos, que durante uma notícia e outra informam, ou buscam convencer, sobre certos posicionamentos em demérito de outros.

A imprensa, como aparelho privado de hegemonia que se apresenta no espaço público, elabora as notícias do grupo ao qual pertence e defende os interesses deste grupo, os quais também são os seus. Contudo, sugere que estes interesses também são os de toda a sociedade, pois se apropriam das diversas expectativas, dos diversos grupos sociais, e as (re)elaboram num novo projeto de sociedade que esperam conquiste a direção social, o que significa, em vários momentos, ocupar o poder de Estado.

Orientado por esta perspectiva, os jornais possibilitaram perceber como os interesses dos grupos que representavam se fizeram presentes na disputa social e na defesa de seus projetos para a cidade, os quais vislumbravam a dominação de classe, onde frações da classe dirigente tinham como meta a permanência da dominação, mas também a aceitação pelos demais grupos sociais dos projetos de cidade que defendiam, sendo que estes projetos sustentavam interesses, que apesar de classistas, deveriam ser entendidos como sendo “interesses de toda sociedade”.

---

<sup>16</sup> CAPELATO, Maria Helena. Imprensa, uma mercadoria política. In: *História & Perspectivas*. Uberlândia: EDUFU, n° 4, jan./jun., 1991. (p.131-140)

Quanto às entrevistas, realizadas com as pessoas que viveram a cidade de Uberlândia, na administração zairista da democracia participativa, procuramos, neste trabalho, tratar as falas dos entrevistados como narrativas portadoras de sentidos, acreditando que estas revelam processos de atribuição de significados que emergem das experiências vividas, e que quando (re)elaboradas nas memórias de cada um, tendo como ponto de partida o presente da rememoração e as trajetórias dos sujeitos que narram, informam sobre as condições históricas em que viveram.<sup>17</sup>

Nesse sentido, entrevistei quatro pessoas. Procurei dialogar com Marilda Machado, José Veredeano, Joaquina Aparecida e Geraldo Rezende. Pela ordem apresentada identifiquei-os nos perfis de dois ex-diretores da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças; uma moradora do Bairro Nossa Senhora das Graças que não se envolveu com Associação dos moradores de seu bairro e, também, um ex-vereador, ex-presidente da Câmara Municipal de Vereadores e ex-deputado estadual no período da Administração Zaire Rezende, sendo que filiado ao PMDB e, amigo do prefeito eleito, foi por ele apoiado durante aquela administração de 1983/1988.

Conversei com estas pessoas procurando compreender os sentidos que cada uma delas atribuiu às relações que viveu, os quais nos auxiliaram a desvelar, nos enredos que construíram, os posicionamentos que assumiram e assumem nas temáticas sugeridas, tanto pelas perguntas que fiz, quanto pelas respostas que elaboraram.

Por tudo isso, este trabalho monográfico foi organizado em três capítulos. No primeiro, discuto como os zairistas se apresentaram e se fizeram reconhecidos por muitos moradores da cidade como uma *candidatura popular* e de oposição às condições sociais de desigualdade e injustiça que viviam. Procuro mostrar como as condições vividas por moradores da cidade, que habitavam o Bairro Nossa Senhora das Graças, atuaram no apoio que deram para a eleição de Zaire Rezende.

No segundo capítulo, trato da relação dos Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças com o Poder Público Municipal, procurando evidenciar como estes se relacionaram entre si e como participaram do fazer-se da cidade, construindo formas de atuação e luta na busca por melhorias em suas condições de vida.

---

<sup>17</sup> KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: Cultura e o sujeito na história. In: *Muitas Memórias, outras histórias* (Org's. Déa R. Fenelon; Laura A. Maciel; Paulo Roberto de Almeida e Yara Aun Khoury). São Paulo: Olho d'Água, 2004. (p.116-138).

No terceiro, e último capítulo, procuro perceber como os moradores entrevistados avaliaram a proposta de participação popular e como a política de democracia participativa continua, ou não, sendo vivida na consciência dos sujeitos que ainda moram e trabalham em Uberlândia.

## ***Capítulo I***

**Opressão e expectativas: uma prece democrática a(o) Nossa Senhora das Graças**

## **Opressão e expectativas: uma prece democrática a(o) Nossa Senhora das Graças**

Há expectativas de liberdade onde se viveu um estado social de opressão. As transformações instituídas no padrão liberal de democracia, que se forjaram no final da década de 1970, estabeleceram-se como alternativa a um regime de ditadura militar, em ordem social capitalista no Brasil. Esta alternativa foi feita sinônimo de justiça e de mudança social na Uberlândia dos anos de 1980.

Os moradores da cidade viveram, nesse período, uma experiência política de participação popular, gestada nos aparelhos de poder do Estado no município, com o projeto peemedebista de *Democracia Participativa*. A “prece democrática”, com a significação da esperança, encontrou desejo de mudança na empobrecida vida dos moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças, no início dos anos 1980. Aspectos que foram reunidos na expectativa criada pela possibilidade de transformação das condições de vida desses moradores.

Quando, em 1982, realizou-se a disputa eleitoral pelo Poder Executivo, em Uberlândia, o grupo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), personificado politicamente na imagem de Zaire Rezende, foi enfático em sua posição oposicionista: ... *em consequência do autoritarismo e suas mazelas – a corrupção e a malversação dos recursos públicos, o sentimento oposicionista permeia o Brasil de norte a sul. O povo quer mudar. Uberlândia não foge à regra.*<sup>18</sup>

Zaire Rezende identificou o autoritarismo dos governos militares como (o) produtor das mazelas sociais vividas no país. Apresentou a corrupção das ações públicas e o “mal uso” do dinheiro público como problemas decorrentes deste autoritarismo, que deveria ser enfrentado, pois a opinião pública insatisfeita movimentava-se pelo desejo de mudança, também em Uberlândia.

O PMDB, zairista, ao falar aos descontentes com a condição social que viviam, em mensagem divulgada em sua *Proposta para Ação do Governo Municipal*, apresentou o autoritarismo dos governos estabelecidos como inimigo a ser enfrentado e vencido no embate social, digo na disputa eleitoral. Sendo que ao mesmo tempo se apresentava como a expressão do desejo de “mudança popular” na cidade.

Nesse sentido, os peemedebistas apresentaram assim, os anos iniciais da década de 1980:

---

<sup>18</sup> REZENDE, Zaire. *Proposta para Ação do Governo Municipal*. Uberlândia, 1982.

*... no Brasil a regra geral tem sido as cidades crescerem em dois opostos: por um lado, surgem grandes edifícios e avenidas, realizam-se obras fantásticas, o setor público ergue suntuosas edificações e, por outro lado, crescem as favelas e a marginalidade, bem como as condições de vida se deterioram; enfim, a miséria cresce ao lado da riqueza. Uberlândia está entrando nessa regra geral.<sup>19</sup>*

A análise procura demonstrar, ou se preferirmos reconhece, um quadro acentuado de desigualdade social que estaria consolidado no Brasil e apresenta a cidade de Uberlândia ingressando nessa que seria a regra geral. No entanto, a cidade poderia, ainda, reverter a condição em que se encontrava, já que não estava de toda presa à *realidade nacional*.

Com esse discurso os peemedebistas faziam uma referência explícita à associação entre os administradores públicos no município e os militares em sua gestão federal, os quais atuavam em sintonia com o governo local na promoção do desenvolvimento econômico das elites que compunham, na cidade, o campo de interesses defendidos explicitamente pelo Partido Democrático Social (PDS), grupo personificado politicamente, em sua maior expressão, em Virgílio Galassi.

O enunciado procura estabelecer os pedessistas como o apêndice dos “interesses autoritários” do Regime Ditatorial na cidade, atribuindo a essa associação a condição de precariedade e insatisfação que muitos viviam. Produzindo o questionamento da direção social por parte do governo federal, tinha-se como estratégia atingir, primeiramente, a fração das elites que tinham sua ideologia pressionada pela perca do consenso em torno de seu projeto político de cidade.<sup>20</sup> Este era sintetizado na máxima do desenvolvimento econômico, sinônimo do próprio progresso de toda a sociedade, exaltado pela quantidade de empresas e materializado em grandes obras públicas. Tinha-se como interesse principal garantir o acúmulo de capital dos proprietários e constituir um sentimento, por parte dos demais moradores da cidade, de pertencimento às relações “desenvolvidas” e “modernas” que seriam mantidas na “progressista” cidade de Uberlândia.

---

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> A idéia de *consenso* é inspirada, neste trabalho, na conceituação de Gramsci, que ao buscar entender como se deu a unificação da Itália (Risorgimento), na segunda metade do século XIX, apresentou como *consenso* a conquista do apoio social por parte de frações das elites (tanto em relação às classes dominadas quanto às demais frações das classes dominantes), em torno de uma *direção* social. Por *direção social* o autor, e militante italiano das segunda e terceira décadas do século XX, se referiu à capacidade de um determinado grupo de interesses em apresentar, vencer e conduzir, na disputa social, um projeto de sociedade, sendo este garantido pela força, mas também pela pactuação, ou seja, pelo consentimento social em torno de um padrão cultural estabelecido de vida. Essa direção foi chamada por Gramsci de *hegemonia* social. Sobre essa análise ver: GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere – Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Sem questionar os suportes da sociedade capitalista em que vivemos, o Projeto de Democracia Participativa apresentava o Estado como que pairando acima dessa sociedade e sua proposta como o caminho para tirar o “povo” do abandono à sua própria sorte. Partindo de uma visão dicotômica do social (riqueza versus miséria), a mudança proposta apresentava limites, estes estabelecidos pelo próprio interesse em manter a ordem de desigualdade estabelecida em nossas relações sociais.

Marilda Machado, moradora da cidade de Uberlândia, no Bairro Nossa Senhora das Graças, desde 1979, quando adquiriu uma das primeiras dez casas construídas no local, contou, ao ser inquirida sobre aquele processo eleitoral:

*... as pessoas estavam prontas (...) Uberlândia é uma cidade que sempre teve quem manda e quem obedece ... Mas naquela hora a gente rompia com tudo. Rompia com o governo federal, rompia com esses laços ... A gente tava livre ... A gente, teve uma época, que a gente só tinha dois prefeitos na cidade: Renato de Freitas e Virgílio Galassi, Renato de Freitas e Virgílio Galassi, Virgílio Galassi e Renato de Freitas, e foi assim por muito tempo. Apareceu um terceiro, que era o salvador da pátria, que chegou (pausa) e criou aquela expectativa.<sup>21</sup>*

O terceiro, o salvador da pátria, anunciado pela ex-diretora da Associação de Moradores do bairro, era Zaire Rezende. Ao lembrar-se dos primeiros anos em sua nova casa, a moradora de Uberlândia apresentou, em sua narrativa, expectativas frente a possíveis alterações em suas condições de vida, devido a vitória eleitoral do prefeito peemedebista.

Sua fala identifica uma cidade polarizada entre quem manda e quem obedece. No grupo dos que mandam reconhece os ex-prefeitos Virgílio Galassi e Renato de Freitas. Comunica, contudo, que essa condição, que perdurava há muito tempo, foi transformada com a “quebra” daquela alternância, quase que dinástica, entre os governos mencionados,<sup>22</sup> o que estabelecia o entendimento de que Zaire Rezende não era reconhecido como pertencente ao grupo dos que mandavam.

Com isso, a esperança de mudanças nas relações sociais que beneficiasse a ela e a outros se fazia presente. Uma sensação que era vislumbrada na conquista eleitoral de Zaire Rezende (o salvador da pátria?). Uma vitória que em si mesma alterava a ordem

---

<sup>21</sup> Entrevista concedida ao autor por Marilda Machado Barros, em abril de 2005. A entrevista foi realizada na Casa Creche Maria de Nazaré, Organização Não Governamental presidida por ela. Marilda tem cinquenta e um anos, é natural de Uberlândia e foi presidente da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças.

<sup>22</sup> Renato de Freitas e Virgílio Galassi se alternaram no controle do Poder Executivo Municipal desde a década de 1960: Renato de Freitas foi Prefeito Municipal nos mandatos de 1967/70, 1973/76; Virgílio Galassi comandou a Prefeitura Municipal nas administrações de 1971/72, 1977/82, e depois tornaria a governar Uberlândia em 1989/92 e 1997/2000.



política que vinha se mantendo há certo tempo: afinal, a oposição peemedebista chegava ao controle do Executivo Municipal.

Dizendo que as pessoas estavam prontas para viver as mudanças que projetavam no horizonte um futuro diferente, Marilda nos revela que naquele momento os zairistas se fizeram, e foram reconhecidos por muitos, como a própria expressão do desejo de mudança entoadado por diversos moradores, nos muitos espaços da cidade. O “rompimento” com aqueles que os renegavam às condições em que viviam, possibilitava a expectativa do novo, de uma nova ordem que pudesse tirá-los das condições de dificuldade que enfrentavam, mas também os liberavam das amarras do que existia, por isso, talvez, a sensação de liberdade.

Marilda Machado narra, em sua entrevista, o que encontrou no local onde viveria e criaria seus três filhos, ao mesmo tempo em que revelou o que, naquele momento, gostaria de ver transformado:

*... quando nós chegamos no Nossa Senhora das Graças era um conjunto de apenas dez casas ... Junto com as dez casas só tinha um ... armazém, a gente vai chamar assim ... depois começaram a vir outros, mas muito devagar ... A princípio o mato, a vegetação, crescia ao ponto de cobrir as nossas casas; a escola que os nossos filhos tinham era a Escola Cruzeiro do Sul, a passagem era no meio do brejo, não existia uma passagem onde passasse carro.*

A conquista da casa própria, para a família de Marilda, representou sua inserção na configuração do espaço urbano e na vida social na cidade. Pertencer à cidade e se incluir nela foi uma prática pessoal que atribuiu, ao mesmo tempo em que incorporou, a posição social que ocuparia na condição em que ela própria reconheceu como sendo a de quem *obedece* frente a quem *manda*.

Tal condição faz emergir o caráter desigual da ordem social que Marilda esperava fosse transformada. A luta travada pela conquista da educação de seus filhos, as dificuldades encontradas em pertencer ao circuito do consumo, ao mesmo tempo em que tinha sua vida orientada por ele, as doenças e as dificuldades encobertas pelo matagal que delimitavam suas moradias, revelavam o lugar pensado, pelas elites da cidade, para o desenvolvimento da vida de sua família e a de seus vizinhos.

O local de reconstrução dos seus modos de vida apresentou dificuldades para os grupos sociais que eram submetidos a hierarquização do espaço urbano, frente aos interesses dos grupos que tinham, no parcelamento desigual do solo, uma forma de exploração. Esta condição expressava as dificuldades dos trabalhadores em viver a cidade, ao mesmo tempo em que revelava a necessidade de lutar para se incluir nela.

A mesma condição foi vivida por Joaquina Aparecida, vizinha de frente de Marilda Machado, que também relata como foi viver no bairro naquele momento:

*... quando a gente chegou aqui ... isso aqui era um lugar muito difícil. Buraco? Meu deuzo! Que coisa feia, que trem absurdo ... Eles chamavam a televisão pra vim filmar os buraco, o povo vinha filmava, depois passava aquela feiúra na televisão, que vergonha (risos). Olha, carro? Qualquer churvinha que desse abria aquelas valeta enorme ... Fulano vou lá na casa da Joaquina, ele tinha que parar lá ... cabá de chega a pé. Meu menino estudava, eu tinha que levar ele longe pra ele pegar a Vãn, porque a Vãn não tinha como ela vir aqui. Nada vinha aqui ... que naquela época isso aqui era tudo mato ... e mato fechado. Então, eu falava assim pro marido ... pro cê passar ali no meio dos buraco o cê tem que sair pulano (...) pro cê passar dentro do mato um lugar perigoso.<sup>23</sup>*

Joaquina mudou-se para o Bairro Nossa Senhora das Graças em 1985, onde e quando conseguiu ter sua própria casa. Já mãe de um filho, viveu o que Marilda Machado já conhecia desde 1979. Em seu lugar social conviveu com a humilhação de ter sua condição de pobreza exibida na emissora local de televisão, o desconforto de ter que comunicar, aos que fossem lhe visitar, que de carro não se chegava à porta de sua casa, ao descaso de ter que ordinariamente driblar ora o mato, ora os buracos, na condução de seu filho pequeno até o veículo que o levaria à escola, esta distante por não haver em seu bairro.

Joaquina contou, ainda, que:

*... quando eu cheguei aqui tinha água, mas tinha lugar aqui que não tinha ... Tinha um poço, uma água que nascia ali, que eu ficava indignada de vê aquele povo buscar água lá. Chegava lá, aquela água amarela (pausa), aquela água amarela correndo ... Eles fervia aquela água pra eles beber. Era uma água limpa? Era, porque eles pegava ela lá dentro do buraco ... eles punha o balde lá, e ela ficava correndo lá ... A hora que aquele balde enchia ês ia e despejava lá, e já punha o pano praquele barro i assentando no pano ... Eles fervia a água pra depois eles toma ... Eu vivi muito isso aqui.*

A moradora de Uberlândia, estimulada na entrevista a rememorar os primeiros anos que viveu no Bairro Nossa Senhora das Graças, contou o quanto foi sofrido viver, ou ver o que era vivido por outros moradores, situações humilhantes como a de não terem acesso ao fornecimento de água e precisarem desenvolver estratégias cotidianas, como a de se submeterem à certas situações, como a narrada por Joaquina, para usufruírem de algo tão imprescindível e elementar à garantia de uma vida entendida como digna, como, no caso, usufruir do serviço de “fornecimento público” de água encanada e potável.

---

<sup>23</sup> Entrevista concedida ao autor por Joaquina Aparecida Moreira, em abril de 2005. A entrevista foi realizada em sua residência. Joaquina têm quarenta e três anos e mudou-se de União de Minas para Uberlândia quando tinha seis anos. A entrevistada é costureira e tem um filho.

Joaquina nos faz pensar, quando nos revela sua experiência, que morar na cidade de Uberlândia, nos anos 80, não significou a mesma condição para todos, mesmo para os moradores do Bairro Nossa Senhora da Graças. Para alguns as dificuldades revelavam-se mais presentes do que para outros, pois sendo o local de sua moradia habitado, em grande parte, por trabalhadores extremamente empobrecidos, em muitos casos por encontrarem-se desempregados, alguns não conseguiam ter acesso aos mais elementares serviços públicos, mesmo aos já escassos serviços disponibilizados àquela localidade pela Prefeitura Municipal, mediante pagamento de taxa para a instalação e a manutenção dos serviços públicos coletivos.

O senhor José Veredeano, que assim como Marilda foi diretor da Associação de Moradores do bairro, ao dizer como foi viver no mesmo bairro de Joaquina e de Marilda Machado, lembrou quando, em 1982, comprou sua casa própria na cidade. Desabafou dizendo que:

*Aqui era assim, quando chovia era difícil de andar porque era lama e buraco, né? Quando era tempo da seca, vamos dizer assim, no tempo seco era poeira e as doença pulmonar, porque era imenso o poerão por aqui. Nós tínhamos o problema das fábricas, né? Todo entulho deles ficava a vontade. Como o nosso bairro ele tá, se você analisar o setor industrial, a gente tá mais ou menos no meio, porque fez um arco, então ele faz a volta assim [fez com as mãos um movimento que o envolveu e limitou seu espaço], ficou no mei, então toda poeira, fumaça, essas coisa, vinha pra cá. A gente tinha problema sério de saúde, porque o pessoal veio do interior.<sup>24</sup>*

Imagem 1



**Localização do Bairro Nossa Senhora das Graças (roxo, mais claro) em relação à área do Distrito Industrial (laranja). Fonte: Uberlândia – Bairros\_ 2002. Programa Cidade Digital.**

<sup>24</sup> Entrevista concedida ao autor por José Veredeano de Oliveira, em abril de 2005. A entrevista foi realizada em sua residência. José é natural do Estado de Goiás e é ex-presidente da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças. O entrevistado tem cinquenta e três anos e é funcionário público da Universidade Federal de Uberlândia.

Imagem2



**Localização do Bairro Nossa Senhora das Graças (roxo, mais claro) em relação à área do Distrito Industrial (laranja). A imagem 2 é o prolongamento da imagem 1. Fonte: Uberlândia – Bairros\_2002. Programa Cidade Digital.**

José, ao denunciar, em sua fala, a má conservação das vias públicas, uma vez que essas não eram pavimentadas, lembrou-se da presença perturbadora das fábricas que compunham o Distrito Industrial do município, o qual, como os mapas nos permitem ver, envolvia o bairro e cercava sua vida.<sup>25</sup> (Ver também Anexo 1)

O morador de Uberlândia apresenta os problemas que a emissão de poluentes e o acúmulo de lixo, proveniente das fábricas, causavam aos moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças, e provavelmente aos demais bairros que se avizinhavam com o complexo do Distrito Industrial, os quais podem ser visualizados nas imagens 1 e 2. Observamos, também, pela imagem 2, que o Terminal da Estrada de Ferro Mogiana (sinalizado com pontilhados vermelhos), na extremidade direita do bairro, limitava o acesso dos moradores as demais áreas da cidade pelo Bairro Marta Helena (identificado no mapa pela cor verde), o que dificultava o acesso desses moradores à cidade nos seus outros espaços.

---

<sup>25</sup> O Bairro Nossa Senhora das Graças fica localizado, segundo a classificação da Prefeitura Municipal, na região norte da cidade. Sobre esta localização cartográfica, que apresenta e hierarquiza o espaço urbano, ver o mapa presente no anexo deste trabalho, página 105. Entendemos que os mapas são construções elaboradas com intencionalidades estabelecidas para legitimarem um determinado entendimento das cidades. Com esta perspectiva, nosso posicionamento é de que há de se problematizar estas construções, pois são elas o discurso de uma cidade organizada em linhas e traçados imaginários que buscam dar significados a uma cidade organizada, ordeira e limpa. Todavia, este trabalho não se ocupará desta importante mediação, ficando o desafio para uma pesquisa futura.

O Distrito Industrial,<sup>26</sup> que era apresentado pelo poder público como um dos cartões postais da cidade, símbolo do desenvolvimento e o próprio monumento do progresso, aparecia para seu José como um grande problema. A Uberlândia *moderna e progressista* era tida como a cidade do Distrito Industrial, porém, essa mesma cidade, relegava parte de sua população às difíceis condições de vida, nos insalubres bairros habitados por seus trabalhadores.

José Veredeano, que foi “atraído” a Uberlândia pela difusão da idéia das vantagens oferecidas pela *Metrópole do Triângulo*,<sup>27</sup> contou porque veio para a cidade:

*Eu morava no Estado de Goiás, como se diz, a gente trabalhava com a terra, né? Com a lavoura, mas ... em terra de outros donos ... na situação de meiero ... Se deu minha vinda pra cá porque ... teve uma época que os meus cunhados resolveram vim pra cá. Ai, vieram meus cunhados e meu irmão, meu irmão era solteiro, veio pra cá também. Nessa vinda deles pra cá, em maio de 82, eu vim passia em Uberlândia. Um passeio, falei ... vamo lá visitar a sogra, trouxe a mulher, e nessa visita, além de eu ter gostado daqui, a gente teve, na época, um ano que foi muito complicado na área da lavoura. Foi aonde eu vendi tudo e resolvi vim pra cá. Eu cheguei aqui dia 22 de ... julho de 1982.*

José veio a Uberlândia visitar seus parentes: os cunhados e o irmão. Estes teriam chegado à cidade em maio de 1982. Dois meses depois José veio visitá-los e decidiu, junto com sua esposa, vir morar em Uberlândia também. Contou que gostou da cidade e devido aos problemas que enfrentara na lavoura, que tocava *à meia* no Estado de Goiás,

---

<sup>26</sup> O projeto de constituição do Distrito Industrial da cidade, pensado pelas elites municipais, teve sua arquitetura na década de 1950. Nos anos 50 foram formadas as primeiras comissões para a instalação de um dos que seria o *símbolo do desenvolvimento* na cidade. O projeto afirmou-se com o discurso da modernização e da organização do espaço urbano e foi inaugurado oficialmente em 1965. Sendo que, até 1971, quando deixou de ser Cidade Industrial e passou à categoria de Distrito Industrial, tinha em suas instalações apenas seis empresas. Com estatos de Distrito Industrial, o que significou basicamente maiores incentivos fiscais às empresas que viessem instalar-se em suas dependências, estabeleceu-se uma crescente atração de empresas, simbolizando, a partir daí, o próprio *monumento do progresso* na cidade.

<sup>27</sup> A direção hegemônica das frações das elites, que se alternaram no poder de Estado no município, atuaram na construção da imagem de uma cidade moderna e progressista; difundiram o pensamento de que o desenvolvimento econômico era medido pelo número de empresas e indústrias que empregavam e contribuíam com receitas fiscais. Construíram, portanto, o discurso de que os problemas sociais se resolveriam com a manifestação da concentração de capital, onde esta condição melhoraria crescentemente as condições de vida de todos os uberlandenses, inclusive dos trabalhadores, que *só teriam a ganhar* com esse *projeto de desenvolvimento*. Essa argumentação (a própria ideologia das classes dominantes) apresentava o tempo cronológico do vivido como a própria manifestação do progresso, e Uberlândia como a vanguarda desse processo de desenvolvimento. Sobre a construção da idéia de uma Uberlândia *moderna* e na *vanguarda do desenvolvimento* e do *progresso*, Ver: DANTAS, Sandra Mara. *Veredas do progresso em tons altissonantes (1900-1950)*. Universidade Federal de Uberlândia/Mestrado em História, 2001 (Dissertação, Mestrado). A autora apresenta um estudo sobre a construção do *imaginário do progresso* na cidade de Uberlândia, em um processo histórico que compreende fins do século XIX à meados do século XX.

ROQUE, Cláudia Rodrigues Pereira. *Uberlândia – 1977/1988: As contradições da modernidade*. Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de História, 1998 (Monografia, Graduação). A autora apresenta em seu texto uma análise que destaca o quanto o *ideário burguês* está presente na formação ideológica da sociedade uberlandense, bem como esta presença não consegue estagnar as contradições decorrentes da modernidade.

tomou a decisão definitiva. Os problemas que enfrentou na lavoura provavelmente foram os mesmos que motivaram, dois meses antes, seus cunhados e seu irmão a deixarem o estado de Goiás e virem para Uberlândia.

José ressalta que seu irmão, que era solteiro, veio primeiro, e que só depois de visitá-lo, e por ter gostado da cidade, foi que teria se decidido mudar para Uberlândia. A preocupação de José e o desprendimento de seu irmão insinuam que talvez o fato de ter uma família constituída fez com que considerasse com maior atenção sua mudança para a cidade.

O fato de o senhor José ter gostado de Uberlândia e ter se decidido mudar para a cidade, em uma única visita que realizou, nos faz pensar, primeiro, que já cogitava a possibilidade de deixar o cultivo da terra e se localizar em um centro urbano à procura de novas condições de vida; segundo, sugere que além do ufanismo veiculado de múltiplas formas pelo poder público sobre as vantagens oferecidas pela *cidade progresso*, ele teve o incentivo de seus familiares, os quais de alguma maneira transmitiram aquiescência aos adjetivos anunciados pelo governo municipal para qualificar a cidade de Uberlândia.

Vinte dois de julho de 1982 é uma data a ser lembrada por seu José Veredeano. Essa data marcou a decisão de deixar não apenas a terra que cultivava, mas, também, parte da vida que levava. A chuva no sertão de Goiás, que significava esperança, passou, no novo espaço social onde foi morar, a ser sempre motivo de apreensão. As águas que lá faziam brotar passaram, em sua nova vida, a preocupá-lo em suas conseqüências mais visíveis como a lama e os buracos que traziam para sua vida uma serie de dificuldades. O ar, antes saudável, passou a ser sinônimo de preocupação ao redor do Distrito Industrial onde foi morar. As doenças pulmonares, recordadas pelo morador, foram uma constante na nova vida.

O senhor José, sobre a formação populacional do seu bairro, afirmou que:

*... hoje eu não sei se daria isso, mas na época 80% das pessoas aqui ... eu acho até que pode colocar mais, 90% desse bairro era, bem dizer, do interior ... Então, nosso bairro foi formado de pessoas que veio todas do interior, se veio de alguma cidade, mas cidade bem pequena, ou pessoa que já tinha saído da roça, vamos dizer assim, e mudado pra cidade e da cidade vieram pra cá. Mas a origem ... se você perguntar, todos vai falar que morou na roça.*

José, a partir de sua própria experiência, procura entender como e qual foi o percurso de seus vizinhos (alguns amigos), que sabe (boa parte), não eram nascidos em



Uberlândia. Parece querer dizer que “acertou” ao se mudar uma única vez, mas alguns fizeram uma trajetória maior até se alojarem na cidade de Uberlândia.

José Veredeano expressa sua trajetória, e a de muitos outros, numa trama social que pertenceu àquele tempo histórico. Uberlândia, na dinâmica populacional que apresentava, revelava a consagração, no final dos anos 70, do projeto industrial e urbano de sociedade, este iniciado/pensado a partir dos interesses que se faziam hegemônicos, no interior das classes dominantes, a partir dos anos de 1930.<sup>28</sup>

Os grupos empresariais em Uberlândia, associados a interesses de uma fração de classe que pensava o país em uma nova fase do desenvolvimento econômico do capitalismo internacional, em uma nova divisão internacional do trabalho, condicionadora de um maior acúmulo de capital a esses grupos que emergiam e conquistavam espaço nas relações sociais que eram estabelecidas, idealizavam, também, o (re)arranjo social necessário às mudanças propostas.<sup>29</sup> A vitória deste projeto, que teve seu impulso vertiginoso na década de 1950, levou, no final dos anos 70, ao paroxismo o projeto industrial e urbano, o qual pressionava a vida rural de, em sua maioria, lavradores expropriados, agora cidadãos explorados,<sup>30</sup> expressão incontestada do progresso de classe, em um Estado de classe.

Uberlândia, a *cidade do futuro*, ostentava no presente da vida de seus moradores as transformações produzidas numa nova forma da organização social capitalista que se desenvolvia e, por isso, explicitava os conflitos e acirrava o estado de tensão social, revelando os interesses conflitantes presentes na ordem estabelecida, onde o consenso da dominação via-se crescentemente questionado.

O deslumbramento com as largas avenidas, verdadeiras alamedas de asfalto que se forjavam em meio a brejos, ou no interior das matas do cerrado, traziam em seus

---

<sup>28</sup> Sobre a apresentação, disputa e vitória de um projeto de direção social, industrial e urbano, e a relação de conflito e consenso entre os grupos dominante no Brasil, ver: MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

<sup>29</sup> Ver: SOARES, Beatriz Ribeiro. *Uberlândia: Da ‘Cidade Jardim’ ao ‘Portal do Cerrado’ – imagens e representações no Triângulo Mineiro*. Universidade de São Paulo/Doutorado em Geografia, 1995 (Tese, Doutorado).

OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento urbano & ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte – Uberlândia, 1950/1985*. Uberlândia: Rápida, 2002.

<sup>30</sup> Os anos 70 e 80 consagraram a transformação de um país de população rural em urbana. Uberlândia, pólo de atração de migrantes, expressa o êxodo rural vivido no Brasil. O município que contava com 126.112 habitantes no início dos anos 70, entrou nos anos 80 com uma população de 240.967 habitantes, e encerrou esta mesma década com um total de 367.062 moradores. Uberlândia possuía um grau de urbanização em torno de 89% da sua população no início dos anos 70, e passou a apresentar, no final dos anos 80, um grau de urbanização de 98%. Essa dinâmica populacional, em grande parte provocado pelo cerco do capital em sua renovação tecnológica, expressou a transformação das relações sociais postas em movimento pelo novo padrão de acumulação, *mais competitivo* no circuito comercial internacionalizado (Dados: FIBGE – Censos Demográficos, 1970, 1980 e 1990).

alongamentos periféricos casebres inundados de poeira das ruas paralelas, de vidas paralelas, que enfrentavam as dificuldades da exclusão, ao mesmo tempo em que eram inclusos, e se incluíam, à *vida moderna*.

As oferendas do mercado, que cada vez mais apresentavam as vantagens da moderna circulação de mercadorias, revelavam-se desiguais no acesso à *nova maneira de viver*, que era alardeada como sendo pertencente a todos. A esperança no pretenso acesso a uma vida melhor, às vantagens de se encontrar no centro das relações produtivas do capital, não se efetivavam para muitos moradores da cidade. A direção da ordem social nessas condições tornava-se, a não ser pela coerção da força violenta (limitada em si mesma), cada vez mais insustentável.

Mesmo as conquistas dos trabalhadores,<sup>31</sup> conseguidas em uma vida de lutas e acomodações estratégicas, mas apresentadas sempre pelo Estado e as demais entidades defensoras dos interesses dos grupos dirigentes como a consequência da vitória do *progresso* (urbano e industrial) sobre o *atraso* e o *subdesenvolvimento* (rural de subsistência), pesava sobre as práticas de pessoas que se viam nos expansivos espaços urbanos. Uma cultura rural via-se tolhida nas novas relações que se faziam com as novas condições experimentadas no emergente rearranjo da “arquitetura da exploração”.

É nesse sentido que o poder público em Uberlândia, em sintonia fina com o grupo de interesses conduzidos pelo Estado Federativo, encontrou condições para implantar uma política de construção de moradias habitacionais. Os interesses de uma fração das elites locais foram coordenados nacionalmente pelo governo militar no momento em que passaram a ser beneficiados por esta gestão. Esta convergência de interesses é perceptível, por exemplo, na proposta de Construção de Conjuntos Habitacionais, onde a atuação financiadora do Banco Nacional de Habitação possibilitou um maior enriquecimento deste grupo, com a especulação imobiliária, ao mesmo tempo em que procuravam, por meios populistas, sustentar certo apoio social com a entrega de moradias aos trabalhadores empobrecidos.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> Entre estas conquistas estavam, por exemplo, a maior oferta de empregos, até o momento em que a crescente concentração urbana proporcionou uma *força de reserva de trabalho* capaz de reduzir salários e benefícios trabalhistas. Entre estes benefícios encontrava-se a própria moradia habitacional, que apesar de não ter sido uma garantia institucional foi, também, uma estratégia utilizada pelas elites, via atuação do Estado, no estímulo à atração de força de trabalho para os centros urbanos.

<sup>32</sup> A construção de Conjuntos Habitacionais para trabalhadores em Uberlândia teve seu auge no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Vários conjuntos foram erguidos nos limites da área urbana. A partir de 79 as construções desses conjuntos fizeram-se presentes na relação entre Estado e os trabalhadores no município. A construção desses conjuntos expandia a malha urbana. Os terrenos/fazendas tinham suas incorporações ao perímetro urbano autorizadas pelo poder público, onde apenas uma parte do terreno era utilizada para a construção das habitações, ou apenas uma parte dos lotes eram comercializados no



Falando sobre o local de sua moradia, frente aos demais espaços da cidade, Marilda contou que

*Todas as nossas compras eram feitas naquilo que a gente chamava de na cidade. Parecia que a gente não morava na cidade ... O ônibus era muito longe, o acesso ao ônibus era uma coisa horrorosa ... Os meninos iam calçados com um calçado até o ônibus, dentro do ônibus a gente passava o pano úmido nos pés dos meninos, pra tirar a poeira e calçar o sapato. Que a gente queria que eles chegassem na cidade limpo (enfática) (...) A gente morava na cidade com os hábitos de roceiros (risos).*

Marilda, ao atribuir sentido à experiência que viveu, ao morar na cidade de Uberlândia, no início dos anos 80, apresentou o local de sua moradia como não pertencente aos padrões da vida urbana. Parece querer dizer que não se sentia pertencente a “circulação funcional” que caracterizaria a cidade, onde todos os moradores seriam supostamente beneficiados com esta condição.

As dificuldades no acesso aos diversos espaços urbanos marcam o lugar que ocupa na sociedade, sendo que o esforço que apresenta para chegar com seus filhos limpos no lugar de “circulação” e “funcionalidade”, como percebe o centro comercial da cidade, é antes a maneira que encontrou de resistir ao estigma vivido pelos moradores da cidade que não compartilhavam destas vantagens nos seus lugares sociais. Lutava, portanto, para ser reconhecida como alguém que pertencia à cidade.

Quando faz oposição entre vida urbana e rural, como elemento de valor na hierarquização da relação social, reconhece, ao mesmo tempo em que incorpora, os parâmetros sociais de uma sociedade que hegemonicamente valoriza o espaço urbano em detrimento do rural, assim como os modos de vida que são construídos por estes sujeitos sociais no entrecruzar de experiências culturais específicas.

Marilda, ao responder por que foi morar no Bairro Nossa Senhora das Graças, disse:

*Nós fizemos uma opção (...) As casas eram boas, a minha casa era uma casa boa, já naquela época para o bairro. Só que era muito distante de tudo. Mas nós enfrentamos tudo isso, e isso foi muito bom ... porque construiu-se uma*

---

momento da liberação do loteamento para autoconstrução. As demais áreas eram controladas por Imobiliárias, representadas em seus interesses pelo governo municipal, sendo que estas esperavam a atuação do poder público na disponibilização de equipamentos públicos que agregassem valor aos terrenos não comercializados, para a partir daí comercializá-los. Sobre os Conjuntos Habitacionais no município e a política de habitação popular na cidade, ver: DOS REIS, Maúcia Vieira. *Entre viver e morar: experiências dos moradores de Conjuntos Habitacionais (Uberlândia – anos 1980/1990)*. Universidade Federal de Uberlândia/Mestrado em História, 2003 (Dissertação, Mestrado).

BESSA, Kelly C. F. O.; SOARES, Beatriz R. O Significado da Especulação Imobiliária no Espaço Urbano de Uberlândia – MG. In: *História & Perspectivas*. Uberlândia: EDUFU, nº 16/17, Jan./Dez., 1997. (p.121-148)

*comunidade, até um determinado tempo atrás, muito diferenciada. Era uma comunidade que sabia o que tava acontecendo com o seu vizinho, hoje não mais. Hoje a gente perdeu esse vínculo. Mas há algum tempo atrás, ainda no meu quarteirão, a gente faz festa junina que é comunitária, a gente faz a festa do natal no meio da rua, enfeita-se as nossas árvores.*

*Como a gente era os únicos moradores do Nossa Senhora das Graças nós desenvolvemos costumes próprios pra nós ... As festas de aniversário tinha um glamour (risos) que uma festa no centro da cidade. A gente ... lá no meio daquele brejo, daquele lamaçal, a gente punha meia fina, comprava roupa nova, sapato novo pra ir na casa do vizinho (gargalhada). E chegava lá, o que era servido? Era um k-suco de morango e pipoca, e o sanfoneiro só sabia tocar duas músicas, a gente dançava a noite inteira. Então ficou uma vizinhança muito unida. E aí a gente brigava muito, e as pessoas nunca entenderam que essa questão da divergência unia os laços, fortalecia os laços.*

Marilda menciona que ir morar no Bairro Nossa Senhora das Graças foi uma escolha sua e de seu marido. No final dos anos 70, e início dos anos 80, foram vários os conjuntos habitacionais construídos na cidade,<sup>33</sup> o que teria permitido a “escolha” do local de sua moradia, condição semelhante a vivida por aqueles trabalhadores que conseguiam cumprir as exigências estabelecidas pelos órgãos financiadores.

Conta, ainda, que sua casa era *boa para o bairro*, ou seja, não tinha o padrão das moradias pensadas e executadas pelas construtoras autorizadas pelo BNH (estas não seriam tão boas), o que diferenciava sua casa das demais habitações construídas no bairro, naqueles primeiros anos, e a inseria, provavelmente, de maneira diferenciada na relação que manteria com os demais moradores do bairro, devido esta condição que poderia se apresentar, em alguns momentos, como privilegiada.

Entre os vários conjuntos, onde eram inauguradas algumas casas para habitação, estavam, na região norte da cidade, as primeiras casas do Conjunto Cruzeiro do Sul e do próprio Nossa Senhora das Graças. Marilda contou que pôde escolher entre os dois bairros mencionados. Sem dúvida esta condição não representava a situação vivida pela maioria dos trabalhadores da cidade, uma vez que as condições exigidas para a aquisição de uma unidade habitacional era o que geralmente selecionava os trabalhadores que poderiam dos que não poderiam possuir uma casa própria, mesmo com todas as dificuldades que estes lugares apresentavam.

---

<sup>33</sup> Antes de 79 havia em Uberlândia, enquanto construções de “moradias populares” para os trabalhadores, conjuntos de habitação em torno do Distrito Industrial: Bairros Marta Helena, Industrial, Cruzeiro do Sul e o Nossa Senhora das Graças. Sendo que a partir desta data as novas construções fizeram com que os bairros, criados a partir dos Conjuntos Habitacionais, formassem um grande círculo periférico nos limites urbanos da cidade, o que expressava o lugar social e o espaço urbano destinado às classes trabalhadoras na cidade, naquele momento histórico.

Possuir uma residência exigia uma renda mínima mensal comprovada. Esta exigência para muitos trabalhadores não era possível de ser oferecida, pois estes rendimentos não eram, em grande parte, conseguidos por sua força de trabalho. Isso para mencionar só os que tinham renda e trabalho regulamentado.

Contudo, não devemos ignorar o envolvimento de muitos trabalhadores empobrecidos na relação patrimonialista e populista que mantinham com os grupos políticos que administravam o município, onde estes faziam da distribuição das moradias populares mercadoria de troca na “compra” de votos, e aqueles faziam de seus votos a oportunidade de terem suas próprias casas.

Marilda relatou que se formou entre a população do bairro uma *comunidade diferenciada*, o que em sua avaliação foi possível, em grande medida, pela quantidade restrita de moradores que lá se localizaram no início da formação do bairro.

Este entendimento surge quase como uma explicação para o fato do bairro, agora populoso (2005), mostrar-se, nas relações dos moradores, “comum” à maneira indiferente com que as práticas sociais se davam e se dão no padrão da vida urbana. Este fato, para Marilda, faz com que seu bairro deixe de se diferenciar de uma vida urbana de multidão, onde as trocas inter-pessoais são submetidas à lógica cada vez mais intensa e cerceativa da racionalidade capitalista, sendo que a solidariedade se mostra esgarçada, devido o acirramento da individualidade e da competitividade.

A moradora conta que a *solidariedade comunitária* dos moradores do bairro, desenvolvida em espaços de sociabilidades que foram instituídos, por exemplo, na rua em frente suas casas, auxiliou no enfrentamento das dificuldades vividas e, inclusive, ajudou a superar, também, as angústias produzidas pelo “isolamento” a que eram submetidos pela distante localização e pelo difícil acesso aos demais espaços da cidade.<sup>34</sup>

O que Marilda nos sugere é que aos excluídos sempre resta a possibilidade de convivência entre si, ou seja, a construção da sociabilidade, mencionada, tinha muito do amparo mútuo entre os desamparados. Assim, Marilda menciona a existência de uma identidade comum entre os primeiros moradores de “seu bairro”. Uma identidade que teria se forjado na cumplicidade da vivência das dificuldades compartilhadas, estas

---

<sup>34</sup> O centro urbano aparece para Marilda como um lugar importante, mas não em seu espaço físico propriamente dito, mas sim pelo que representava no imaginário de localização do espaço social da cidade. A região central era um espaço de acontecimento social, onde se realizava a circulação intensa de pessoas e se praticava o comércio fino, consumindo-se, portanto, lazer e mercadorias. Fazendo-se, assim, visível e desejável no espaço público.

vividas e elaboradas na consciência dos moradores, que em suas relações cotidianas atribuíam sentidos às suas vidas e ao espaço comum que ocupavam.

Quando aponta as festas de aniversário realizadas, revela um espaço de relacionamento entre as pessoas e a construção de um pertencimento à localidade e ao grupo com o qual se relaciona e se identifica no espaço urbano. Contudo, ao dizer que as festas eram *boas*, Marilda se justifica dizendo que os encontros, apesar de serem regados a *k-suco de morango* e *pipoca* e de serem embalados por *duas músicas*, tinham *glamour*, pois eram encarados como uma *feira no centro da cidade*, com o *glamour* das festas do centro urbano.

Esta identificação entre a *feira no bairro* e a *feira do centro da cidade* é o elemento que Marilda apresentou, para procurar demonstrar para mim, que a entrevistava, a importância desse acontecimento e o seu valor para o grupo de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças, naqueles anos da década de 1980. Contudo, esse espaço era, ao mesmo tempo, o espaço de que dispunham para exercitar e expor o seu pertencimento aos modos de vida vangloriados como o “modelo padrão de civilidade”, referencial presente na *moderna e progressista* sociedade de Uberlândia. Esta condição, portanto, deveria ser afirmada mesmo que num espaço da cidade habitado por trabalhadores empobrecidos. As meias finas, as roupas e os sapatos novos, além de tornar as pessoas “*mais elegantes*”, as diferenciavam e atestavam a “dignidade econômica” tão necessária em uma sociedade de mercado e com valores mercadológicos.

Ao se reconhecer nesse, e com esse, grupo social, Marilda afirmou que:

*Eu não sei se as outras pessoas pensam assim, mas eu era muito feliz. Eu era muito feliz ali ... Eu tinha meus três filhos, eu tinha meu marido, eu tinha a oportunidade de opinar na escola, eu estava dentro da escola sabendo o que que acontecia com os meus filhos ... Eu estava na minha casa, eu estava na minha comunidade, então era o meu ambiente. Eu me sentia muito bem ali.*

A moradora de Uberlândia se mostra segura no espaço que reconheceu como seu e revela que se sentia à vontade com as relações nas quais se identificava e com as quais se sentia pertencente àquele grupo. Enxergava naquele espaço, apesar dos problemas revelados, o seu lugar, ao mesmo tempo em que socialmente era vista, pelos demais sujeitos com que se relacionava, como “daquele lugar”: era moradora do bairro nossa Senhora das Graças, na cidade de Uberlândia.

As dificuldades encontradas por vários moradores da cidade de Uberlândia, como foram reveladas, eram variadas: a falta de pavimentação das ruas, a falta de

limpeza urbana dos terrenos baldios, a falta de escolas, entre vários outros. Contudo, havia uma insatisfação que se fez generalizada, a qual Marilda Machado narrou contando que:

*... o ônibus ele ... não passava, ele não podia passar dentro do bairro, porque tinha a linha do trem de ferro, e o ônibus não podia passar por cima da linha do trem de ferro. Ai, quê que a gente fez? Nós conseguimos que o ônibus passasse lá dentro. Ai, a administração foi lá e pois pedaços do trilho de ferro impedindo que o ônibus passasse. Eles punham de dia, nós tirávamos de noite ... A gente não incomodava com isso, então (pausa) já antes de chegar uma administração que permitiu ... a democracia que começava a chegar, a gente já tinha, já trazia no nosso interior (...) o ímpeto de ser lá um (pausa) aquele pessoal, daquela época, que eles se rebelavam contra o poder? (pausa) Os comunistas, a gente já era os comunistas da cidade ... Acabo, que chego num determinado momento que ... ninguém pois os trilhos mais. Se você me perguntar quem foi que tirou e que foi que pois pela última vez ... A gente só sabia que toda vez que ele punha nós tirávamos. E ficava combinado, sabe?*

A elaboração da vivência, narrada pela moradora, organiza as lembranças de um momento de sua vida elucidativo para a compreensão histórica que nos propomos realizar. Marilda, ao revelar a condição de descaso promovida pela Administração pedessista de Virgílio Galassi, frente às necessidades dos moradores daquela localidade, privando-os até mesmo do acesso ao transporte público, aponta para um momento de enfrentamento com o governo municipal ao não se submeterem a mais essa afronta.

Uma afronta que provavelmente ultrapassava o fato de ter que andar alguns quilômetros a mais para ter acesso ao ônibus e poder chegar, por exemplo, ao trabalho. Esta privação significava, também, a (re)afirmação de suas condições de subjugados e feria socialmente as expectativas de muitos dos moradores daquele lugar que, ao adquirirem suas moradias, acreditavam estar conquistando liberdade e independência.

A forma de resistência, narrada por Marilda, encontrada na correlação social de forças presente na teia das relações sociais vividas por aqueles moradores, foi, provavelmente, a maneira reconhecida e elaborada como justa frente à necessidade de uma resposta à situação de precariedade vivida.

Contudo, a narrativa traz, ainda, o entendimento de que essa era uma manifestação do *ímpeto democrático* que *começava a chegar*. Ímpeto que, segundo Marilda, antecipava, e por isso reconhecia como importante, as expectativas democráticas difundidas e encarnadas em Zaire Rezende e seu grupo político.

A referência a termos como resistência ou insurgência, como sendo esses princípios comunistas, é próprio do questionamento de uma ordem que se via contestada em suas idéias, orientadoras de seu domínio. O combate aos comunistas, apresentados

como desordeiros pelas elites dominantes, era um dos discursos de atuação do regime militar, que contestado, inclusive com instantes de enfrentamento em alguns momentos de tensão extrema, foi (re)significado, pelos insatisfeitos, como uma condição justa. Ou seja, o poder instituído já não era mais sinônimo de justiça, pelo contrário, em vários momentos foi reconhecido como responsável pelo estado de injustiça por que passava seus contestadores.<sup>35</sup>

Todavia, não quero com isso dizer que os insatisfeitos e/ou contestadores das condições sociais enfrentadas, sustentada pela ordem militar, foram em sua totalidade, ou mesmo em sua maioria, comunistas, mas, tão somente, que os defensores da condição de dominação os acusavam de desordeiros em um tempo histórico onde desordem e comunismo foram feitos vulgarmente sinônimos pela direção política e militar vigente, tanto pelo uso da força violenta usada para reprimí-los, quanto pela aceitação social dessa máxima coercitiva.

Marilda Machado lembrou que a “abertura” do poder público municipal com vistas à participação popular, promovida pela administração da *Democracia Participativa*, do PMDB zairista, a partir de 1983, foi antecipada por momentos de atuação popular quando as populações entendiam ter que agir frente a situações de humilhação e desrespeito; enfim, de injustiça, uma vez que reconhecidas coletivamente tais condições sociais.

O que Marilda não percebeu, sobre aquele momento, foi que o projeto de participação popular, via atuação peemedebista pela redemocratização política, era uma resposta de grupos dissidentes, no interior da classe dominante, às várias ações de insatisfação e resistência ao estado social conduzido pela ordem político-militar, que não mais detinha o consenso em torno de suas idéias de governo, mas que, em várias situações e momentos, necessitava recorrer à força ostensiva e violenta para que fossem preservados os seus interesses de classe.

Parece-me, portanto, que não foram as práticas de resistência das populações contrariadas com suas condições de vida que anteciparam *a democracia que começava a chegar* pelas mãos de uma administração benevolente que permitiu que esta se

---

<sup>35</sup> Essa perspectiva analítica é inspirada nos estudos de Gramsci, quando ao falar sobre os momentos de crise do Estado em sua direção social hegemônica afirma que: *se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas destacaram-se das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer.* Ver: GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere – Volume 3: Maquiavel. Notas sobre Estado e Política.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.184

aportasse, também em Uberlândia. Contudo, antes, tais resistências/desobediências foram as causadoras de um projeto político que buscou, novamente, incorporar as expectativas dos insatisfeitos em uma “nova” idéia da mesma ordem social, agora justa (!), ou que ao menos fosse reconhecida como tal.

Nesse sentido é que o Projeto de Democracia Participativa não começava a chegar, mas foi, antes, a própria produção da construção de uma resposta de frações das elites às insatisfações que se espalhavam e se generalizavam na cidade de Uberlândia e, também, em várias outras cidades do país, respeitando momentos históricos específicos e intensidades próprias.

Dantas, ao analisar a proposta de gestão administrativa da política de Democracia Participativa, apresentada em Uberlândia pelo grupo peemedebista de Zaire Rezende, afirmou que: *adentrando a década de 80, a insatisfação popular que pressionou o governo federal para uma abertura política reflete em Uberlândia. O regime militar sente declinar e a população clama por um processo de (re)democratização. E para o poder público local, pertencer ao partido do governo federal, ou mesmo apoiá-lo, era sinônimo de inimizade popular, uma vez que o mesmo estava desgastado e não encontrava respaldo na população. Após dezesseis anos de ditadura militar tornava-se imprescindível a abertura política e uma (re)democratização da sociedade.*<sup>36</sup>

A autora, ao discutir a dinâmica dos movimentos sociais no Brasil, neste momento histórico, a partir do caso de Uberlândia, comete, a meu ver, pelo menos dois equívocos.

Primeiro, considera que as insatisfações populares, que se acentuaram na década de 80, pressionaram o Governo Federal a uma abertura política e que isso teria *refletido* em Uberlândia. Ora, esta perspectiva desconsidera a intervenção propositiva do grupo zairista, o qual atuou efetivamente na apropriação dos significados das insatisfações das populações que viviam a cidade, insatisfações que existiram e foram tão intensas quanto importantes. Todavia, suas manifestações eram antes suscitadas pela insatisfação de suas condições de vida e foram feitas, e se fizeram, nas disputas sociais pelo poder de Estado entre as elites no município, pilares de sustentação na fundação de um pretenso ideário de oposição.

---

<sup>36</sup> DANTAS, Sandra Mara. *Uberlândia – terra fértil para novas sementeiras: A experiência da democracia participativa em Uberlândia em 1983-1988*. Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de História, 1996 (Monografia, Graduação). p.35-36

Segundo, vê na “derrota” do grupo pedessista,<sup>37</sup> capitaneado por Virgílio Galassi, o *reflexo* da insatisfação com o governo federal. Sem dúvida essa condição teve sua importância, no entanto, não devemos subestimar o interesse e a capacidade de explorar, excluir e negligenciar a população expropriada do município pelo próprio núcleo de interesses das elites locais,<sup>38</sup> daí a resposta eleitoral dos moradores da cidade ao que o grupo político dirigente representava.

Acredito que este argumento cria uma falsa dicotomia entre uma suposta “condição nacional” e uma outra “local”, que são, me parece, interfaces de uma mesma relação. Acredito que esta divisão faz “tabula rasa” do enredo social que foi construído (também) pela intervenção oportunista e apropriativa de sentidos sociais, por parte do grupo zairista, do que fosse “participação”, do que fosse o “popular” e mesmo do que deveria ser entendido como “democracia”.

A Legenda-1,<sup>39</sup> do PMDB, conquistou apoio eleitoral ao se apropriar das diversas expectativas dos grupos sociais empobrecidos da cidade, os peemedebistas

---

<sup>37</sup> O Partido Democrata Social (PDS) – hoje extinto, com o fim do bipartidarismo, em 1979, se tornou a legenda herdeira da então extinta Aliança Renovadora Nacional (ARENA), continuando a ser o partido de sustentação política do Regime Militar, até o seu fim institucional com a eleição, no Colégio Eleitoral, de um novo presidente civil da República Federativa, em 1985.

<sup>38</sup> Este argumento, que procurou atribuir sentido à vitória do grupo zairista, mas também à derrota do grupo pedessista, por razões diversas (isso precisa ser mencionado), é o mesmo argumento utilizado por um colunista do *Jornal Correio*, órgão de imprensa que veiculou e sustentou o posicionamento político do grupo de Virgílio Galassi na década de 1980, quando afirmou que *o esforço de uma equipe séria e trabalhadora, levou um não quando a boca das urnas falou. Eu sou dos que não aceitam o voto contra o PDS local como ‘voto de protesto’ contra a situação nacional que estamos enfrentando, porque, no meu entender, poucas cidades brasileiras receberam tanto do Palácio do Planalto (...) Como não concordei com as críticas, como não pude reclamar dos governos Federal e Estadual, em matéria de apoio a minha cidade, votei no PDS e até o dia 16 de novembro acreditei na nossa vitória.*

<sup>39</sup> A eleição realizada em 15/12/1982, para a administração do Executivo Municipal – 1983/1988, teve pelo PMDB três candidatos: Zaire Rezende, ex-vereador por dois mandatos, pela ARENA, na cidade de São Sebastião (SP); Renato de Freitas, ex-prefeito por dois mandatos em Uberlândia, na década de 70, também pela ARENA; e Aldorando José de Sousa, empresário na cidade. Devido ser a primeira eleição após a restituição do pluripartidarismo, como modelo de concorrência partidária, gerou, devido as articulações partidárias, momentos de agitação, sejam pela criação de novos partidos ou pela junção de outros, fato que produziu verdadeiras frentes eleitoreiras. Essa condição fez com que, por pressão dos partidos, fosse permitida a inscrição de até três sublegendas em cada agremiação. Em Uberlândia apenas o PMDB e o PDS se utilizaram dessa legislação.

Geraldo Rezende, vereador eleito pela Legenda Zaire Rezende, ao falar da presença de Renato de Freitas e Aldorando José de Sousa como candidatos a prefeito pelo PMDB disse: *tanto o Renato de Freitas, quanto o Aldorando José de Sousa eram de extrema direita. O Renato não tanto, mas era, o Renato era do PSD antigo, a família era do PSD, amigo do Toninho Rezende né? Do qual nossa família também pertencia lá. Mas tinha o pessoal da UDN antigo, cê tá entendendo? Que vieram, também alguns pro PMDB, caso do Aldorando, era UDN. O Renato era PSD, mas o Aldorando era UDN (risos), cê tá entendendo? Então virou aquela miscelânea* (Entrevista concedida ao autor por Geraldo Gomes Rezende, em março de 2005).

O PMDB tornou-se a agremiação política que após o fim do bipartidarismo agrupou os opositores do regime militar pertencentes anteriormente ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e abrigou, ainda, os arenistas que não conquistaram seus “ninhos” desejados no PDS. Essa condição fez do PMDB



anunciaram, em seu programa de campanha,<sup>40</sup> que: *de janeiro de 1981 a agosto de 1982, em 46 bairros de nossa cidade, realizamos 512 reuniões em casas de famílias, alcançando um comparecimento de 6709 pessoas. Nessas reuniões foram debatidos problemas do país, do Estado e do município.*<sup>41</sup>

Esse programa de governo, divulgado com a logomarca *VENCEREMOS*, era a atuação zairista no reconhecimento da experiência das pessoas. Era o material de campanha que, ao lado dos comícios, acenava com o comprometimento de Zaire Rezende com as populações insatisfeitas com as relações sociais mantidas na cidade.

Esse documento continha, em sua grande parte, as demandas reclamadas pelos eleitores que enfrentavam a precariedade e a precarização de suas condições de vida na cidade, os quais tinham suas necessidades mais prementes contempladas na redação impressa de um documento oficial de campanha. Era um compromisso que, em si mesmo, consolidava o reconhecimento da voz dos “invisíveis” e dos excluídos; enfim, dos insatisfeitos com suas condições de vida e do tratamento que recebiam em seus momentos de insatisfação e/ou resistência.

Zaire Rezende, ao falar desse momento de discussão do programa de governo com a população, disse:

*Foi fascinante. Quando começamos nosso trabalho fazia apenas quatro anos que eu tinha voltado para Uberlândia. Isso em janeiro de 1981. Era uma aparente loucura pensar em ser prefeito de Uberlândia depois de ter passado 29 anos fora daqui. Partimos então para um trabalho totalmente novo na cidade. Ficamos no meio do povo, conhecendo as pessoas e ao mesmo tempo conhecendo geograficamente a cidade, conhecendo as lideranças e captando aquilo que o povo queria e, a partir daí, elaborando um programa de governo no PMDB. Isso, além de muito gratificante, dava-nos a certeza de estar elaborando a proposta certa para a cidade, porque nós estávamos ouvindo a população, e desta discussão apresentando aquilo que ela realmente queria (...) Foi uma campanha muito bem feita, eu diria. Muito participada também, pois seu programa tinha saído do meio do povo.*<sup>42</sup>

Zaire Rezende, já Prefeito Municipal, chegava ao quinto ano em sua Administração da *Democracia Participativa* quando lembrou o período de campanha e

---

uma frente política que abrigou tendências de contestação/oposição moderada à política militar, ou, para ser mais claro, aos interesses da fração das elites que essa representava.

<sup>40</sup> O programa de governo, que apresenta as intenções dos candidatos para suas atuações públicas caso sejam eleitos, foi uma inovação na estratégia eleitoral criada naquela campanha de 1982, onde a direção nacional do PMDB orientou seus candidatos a redigi-lo e apresentá-lo à população. Zaire Rezende foi o único candidato, em Uberlândia, a realizá-lo e o apresentou como inovação que reconhecia o *direito do povo de ser construtor de seu próprio destino*, uma vez que envolveu a população na definição do programa.

<sup>41</sup> REZENDE, Zaire. *Proposta para Ação do Governo Municipal*. Uberlândia, 1982.

<sup>42</sup> Valorização do homem: a grande obra da democracia. In: *Jornal Primeira Hora*. Uberlândia, 12/04/1988, p.2.

o processo eleitoral que para seu grupo começou quase dois anos antes da eleição de 15 de novembro de 1982.

Anunciou o sucesso de seu grupo que o conduziu a uma vitória consagradora,<sup>43</sup> apesar de ser propriamente um desconhecido até o momento da campanha eleitoral.<sup>44</sup> Sendo que, mesmo assim, o fez símbolo de um projeto de mudança social. O prefeito reconheceu, ainda, a eficiência da campanha que envolveu (também, e principalmente) a população empobrecida da cidade no projeto de governo que conduzia desde 1983.

Por tudo isso, a *Proposta para Ação do Governo Municipal* era clara em sua definição das áreas prioritárias e imediatas para a ação do governo: *saúde, saneamento, habitação, transporte, asfaltamento das vias urbanas e fomento econômico (apoio às atividades industriais, comerciais, de serviços e agropecuárias)*.<sup>45</sup> Ao arranjar a disposição das prioridades de ação do governo, as necessidades da população expropriada se posicionam na linha de frente, relegando o fomento às atividades voltadas aos proprietários dos meios de produção ao último item, que é, ainda, acompanhado do esforço em especificar, de forma vaga e geral é verdade, suas ações de auxílio.

Esta atenção foi propagandeada na campanha eleitoral, onde, em cima dos palanques, o então candidato a prefeito afirmava que

---

<sup>43</sup> Com um eleitorado de 134.681 eleitores, Uberlândia, em 1982, contabilizou o total de 106.348 votos válidos. Sendo que, em votação geral, incluindo os votos brancos, nulos e abstenções, o resultado partidário foi o seguinte: os três candidatos ao Executivo pelo PMDB tiveram 46% dos votos; os três candidatos ao Executivo pelo PDS tiveram 31%; o candidato do PT teve 0,6% e somados os votos brancos, nulos e abstenções foram computados 20%.

Considerando apenas os votos válidos Zaire Rezende contou com 37,3% dos votos, enquanto os três candidatos do PDS juntos somaram 39,9% dos votos. O segundo candidato mais bem votado foi outro candidato do PMDB, Renato de Freitas, sendo que obteve pouco mais da metade do total de votos destinados a Zaire Rezende, conseguindo um percentual de 19,7% dos votos. (Os dados aqui apresentados são o resultado do cruzamento da apuração eleitoral final do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) e da matéria do dia 19/11/1982 do Jornal Primeira Hora, *A vontade do povo expressa nas urnas*).

<sup>44</sup> Sobre o retorno de Zaire Rezende à Uberlândia (cidade onde nasceu), sua filiação no PMDB e sua ascensão como prefeito municipal, no ano de 1982, acredito ser interessante reproduzir um trecho da entrevista que realizei com Geraldo Rezende, em março de 2005, quando este falou brevemente sobre essa trajetória. O ex-vereador, e ex-líder do governo Zaire Rezende na Câmara Municipal, disse na ocasião: *O Zaire tava em São Sebastião, no Estado de São Paulo, foi vereador lá, é ... inclusive lá ele disputou dentro da ARENA, quando ele veio pra cá é que ele procurou o MDB, que ele sempre teve pensamento de esquerda, aquele negócio todo. Ai, procurou o MDB e enriqueceu realmente o quadro. O MDB cresceu muito*. Essa narrativa me faz indagar até que ponto os homens que propunham o projeto da grande virada estavam comprometidos com a construção do que propunha virar. Mas, isso será discutido com maior propriedade em linhas seguintes. Para o momento basta dizer que o prefeito eleito pelo PMDB, Zaire Rezende, havia retornado há quatro anos para Uberlândia. Médico graduado viveu vinte e nove anos em São Sebastião (SP), onde foi vereador por dois mandatos, pela ARENA. Em seu retorno para Uberlândia, em 1979, se filiou ao então MDB e se elegeu nas eleições de 1982 para o cargo de prefeito municipal, pelo PMDB, partido que era presidido, na cidade, pelo próprio Zaire Rezende.

<sup>45</sup> REZENDE, Zaire. *Proposta para Ação do Governo Municipal*. Uberlândia, 1982. p.2

*... o ponto mais importante no meu plano de governo é o ser humano. Entendemos que para bem governar é necessário que o poder esteja centrado no ser humano, ao contrario do que se tem feito até agora, quando os governistas têm se preocupado com o desenvolvimento. No nosso governo o centro de tudo será o ser humano.*<sup>46</sup>

Esta foi, provavelmente, uma das principais afirmações políticas da candidatura de Zaire Rezende, a qual não questionava o padrão da ordem social capitalista em sua sustentação da propriedade privada dos meios de produção e, também, da organização social do trabalho, mas reconhecia os trabalhadores e a precariedade de suas condições de vida, sejam os efetivamente ocupados como força de trabalho ou os desempregados.

Estes, por sua vez, eram ascendidos à categoria de *ser humano*, que “poderiam falar” e que (supostamente) seriam ouvidos pelo poder público, mesmo que continuassem como trabalhadores assalariados ou desempregados. Alias, seriam assistidos justamente por não terem nada, a não ser a expectativa de superação de suas condições de explorados e oprimidos, o que para muitos moradores de Uberlândia significava serem (re)incorporados ao mercado de trabalho, a porta de entrada para uma sociedade de consumo, mesmo que de consumo desigual.

Geraldo Rezende, vereador eleito pelo PMDB, na Legenda Zaire Rezende, ao ser indagado sobre a vitória de seu grupo foi, ainda, mais claro ao tratar da estratégia de campanha:

*O que a gente tinha que vender pra sociedade, e a sociedade tava ansiosa depois de vinte e um anos de ditadura militar, né? Então, a gente vender aquela imagem que a gente ia contribuir para que aquela liberdade realmente chegasse e se efetivasse. Então foi dentro desse aspecto, e olhando as diferenças sociais da época (...) é que nós começamos a fazer a nossa campanha, o nosso trabalho político. Então, isso foi que caiu na simpatia da população.*<sup>47</sup>

O ex-vereador<sup>48</sup> nos ajuda a perceber como seu grupo, em um momento de crise da direção política, ascendeu aos gabinetes do Estado e às cadeiras da Câmara no município. Ao vislumbrar a possibilidade de governar o Executivo Municipal, o grupo

---

<sup>46</sup> Zaire defende seu programa. In: *Jornal Primeira Hora*. Uberlândia, 27/10/1982, p.5.

<sup>47</sup> Entrevista concedida ao autor por Geraldo Gomes Rezende, em março de 2005. A entrevista foi realizada em sua residência, no Condomínio Horizontal fechado Morada do Sol. Geraldo Rezende é ex-vereador na cidade de Uberlândia, foi quatro vezes deputado estadual do Estado de Minas Gerais, além de ter sido secretário de obras do governo Zaire Rezende entre os anos de 2002 e 2004, sempre pelo PMDB.

<sup>48</sup> Geraldo Gomes Rezende foi, na ocasião, o segundo vereador mais bem votado, sendo que concorreu com 127 candidatos a vereança no município, onde a Câmara Municipal possuía 19 cadeiras legislativas. Geraldo Rezende foi, ainda, o líder do prefeito Zaire Rezende no segundo ano de governo, sendo que no ano seguinte interrompeu seu mandato no legislativo municipal, pois se elegeu deputado estadual.

enfrentou a fração governista das elites que se encontrava em situação de perda do consenso social em torno de seu projeto de cidade.

Geraldo Rezende revela como seu grupo atuou na significação das mudanças das relações sociais, frente aos insatisfeitos, apropriando-se de seus desejos e expectativas e os reunindo na bandeira político-partidária da (re)democratização, onde especificaram, com eficiência, esse ideário no Projeto de Democracia Participativa, este feito sinônimo de mudança e justiça para muitos eleitores uberlandenses.

Geraldo Rezende conta, ainda, o quão elástico se tornou o conceito de democracia, quando afirmou que:

*... democracia não é a liberdade de você ir e vir, do você falar o que você pensa, democracia é muito mais profundo, é muito mais longe que isso. É o alcance da pessoa ter um tratamento igualitário para que ela possa ter a oportunidade na vida como todo ser humano tem (...) É o direito ao tratamento de saúde, mas saúde pública (enfático) (...) Então democracia é tudo isso, né? É ter as liberdades todas, né? O direito ao emprego, o direito à casa ... Isso tudo é democracia.*

O ex-líder do governo na Câmara Municipal, quando perguntou para mim, que o entrevistava, *democracia é isso, né? É ter as liberdades todas, né?* parecia querer saber se eu gostaria de incluir algum desejo, que pudesse vir a ter, dentro daquele conceito. Parecia querer que eu atribuísse sentidos àquela proposta de democracia que ele estava me fazendo, e que a partir daí passássemos a compartilhar um desejo que nos uniria em uma só vontade, em uma só aspiração, qual seja, vivermos em uma sociedade democrática. Quero com isso dizer que o conceito de democracia foi utilizado pelos zairistas para produzir um pertencimento comum, um *desejo coletivo*. Capaz de unir sujeitos sociais desiguais, com interesses muitas vezes antagônicos, em favor de um *interesse social único (UM INTERESSE MAIOR [!])*, o interesse democrático.

A idéia de democracia foi além dos já gastos chavões liberais, a saber, o de democracia significar direitos de ir e vir, o de poder se expressar e se reunir livremente. O conceito de democracia foi significado para ir além do voto; passou a ser entendido, por muitos, como a possibilidade de realização do desejo de ter uma casa digna, um atendimento médico-hospitalar adequado, uma boa escola para os seus filhos, o asfaltamento de uma rua ..., a conquista de um emprego.

Foi assim que, sentenciando sua proposta participacionista, o grupo peemedebista declarou o *reconhecimento do povo de ser construtor de seu próprio destino, o que nos remete à defesa da democracia, através da mobilização popular,*

*como condição necessária para exigir e encaminhar as reformas econômicas e sociais que se impõem.*<sup>49</sup>

Este enunciado, exaustivamente difundido quando da campanha eleitoral, reconheceu a necessidade de alteração nas condições *sociais* e *econômicas* vividas por parte da população da cidade, e, para tal, apontou como alternativa *reformas* que deveriam ser compartilhadas como *expressão democrática da vontade popular*.

É nesse sentido que ganhou relevância, por parte desse grupo, que pretendeu sua ascensão ao poder público municipal, a proposta de democracia participativa enquanto desejo/aceitação da organização e atuação dos movimentos populares nas ações do governo municipal.

Nesse sentido, Maria Terezinha Carrara Leles,<sup>50</sup> falando a Maúcia Vieira dos Reis, da participação popular nas decisões político-administrativas do governo Zaire Rezende, afirmou:

*O governo teve uma política de incentivar a organização dos moradores dos bairros da periferia. Isso porque entendia que a realidade de Uberlândia ai ... existia um privilegio, né? (...) Existia um privilégio ai ... de determinadas áreas da cidade ... A infra-estrutura básica dos bairros, né? Questão de asfalto ... água ... luz ... esgoto, telefone, que são coisas básicas ai, mínimas, né? Pra que você tenha uma condição de vida melhor, né?*

*Então, partindo desse princípio ai, que existia uma desigualdade bastante clara na sociedade uberlandense, o governo tomou como medida é ... incentivar essa participação, querendo contribuir para que o que fosse feito no governo não passasse só pela cabeça de quem estivesse administrando, né? Mas que pudesse expressar realmente as necessidades das populações.*<sup>51</sup>

A narrativa, de uma ex-coordenadora da Secretaria de Trabalho e Ação Social do Governo Zaire Rezende,<sup>52</sup> apresenta uma síntese da ação partidária que “plantou” expectativas e as “regou” com o discurso da participação popular em um governo democrático. Este se consolidou com a produção de um consenso em torno deste

---

<sup>49</sup> REZENDE, Zaire. *Proposta para Ação do Governo Municipal*. Uberlândia, 1982. p.1

<sup>50</sup> Maria Terezinha Carrara Leles foi coordenadora da Secretaria de Trabalho e Ação Social na Administração Zaire Rezende – 1983/1988. Atuou na coordenação das creches comunitárias e, também, coordenou a unidade de atendimento aos menores.

<sup>51</sup> Entrevista concedida a Maúcia Vieira dos Reis por Maria Terezinha Carrara Leles em 1999. Maúcia, historiadora e ex-presidente da Associação de Moradores do Conjunto Alvorada, na cidade de Uberlândia, se relacionou com Maria Terezinha quando do Governo de Zaire Rezende, mesmo período em que Maúcia dirigia e participava da Associação comunitária de seu bairro. Maúcia diz ter se tornado amiga de Maria Terezinha com quem mantém um bom relacionamento.

<sup>52</sup> Maria Terezinha Carrara Leles, enquanto coordenadora comissionada da Secretaria de Trabalho e Ação Social participou da implantação do projeto das creches comunitárias e do projeto de atendimento aos menores. Quando deixou o cargo que ocupava na secretaria passou a ser redatora chefe do Jornal Primeira Hora, ligado ao grupo peemedebista.

discurso que se demonstrou aceito por boa parte da população de Uberlândia na vitória eleitoral contundente da chapa encabeçada por Zaire Rezende, no ano de 1982.

Hélio Lasmar, morador do Bairro Nossa Senhora das Graças, utilizou-se do jornal Primeira Hora, meio de comunicação de oposição ao governo do então prefeito Virgílio Galassi, que chegava ao fim de seu mandato, para revelar as condições que enfrentava cotidianamente em seu local de moradia. Segundo ele,

*... a única via de acesso ao Cruzeiro do Sul está em precárias condições, e, ainda, está recebendo descarga de águas envenenadas e poluídas da Cidade Industrial correndo pela rua e formando valas, exalando mau cheiro a ponto de interditar o trânsito até mesmo de pedestres: pessoas idosas, crianças, professoras e estudantes (...)*

*Estamos totalmente isolados num bairro desprovido de recursos principalmente no setor de transporte coletivo, saneamento e ligações com vias de acesso ao centro. O bairro está invadido pelo mato, víboras e insetos, o que é lamentável para uma cidade como Uberlândia, que é um potencial em relação às demais do Estado de Minas e mesmo do Brasil.<sup>53</sup>*

O morador cobrou providências às condições vividas a partir da introjeção do discurso desenvolvimentista, o qual apresentava o *progresso econômico* como sendo o próprio *desenvolvimento social*. Hélio Lasmar reivindicou, a partir de sua realidade, a “coerência” do discurso capitalista, o que, nem por isso, deixa de ser (também) um discurso de resistência frente à situação em que vivia.

O Jornal Primeira Hora, por sua vez, apresentou o isolamento porque passavam os moradores daquela localidade, dizendo que:

*... o Bairro Nossa Senhora das Graças fica situado próximo ao Distrito Industrial, entre os bairros Marta Helena e Cruzeiro do Sul, e um dos seus maiores problemas é a falta de acesso, embora seja um bairro de boa localização. A Rua Viera Tavares, que passa pelo Nossa Senhora das Graças e pelo Marta Helena está em condições bastante ruins e a espera de asfalto há muito tempo. A outra passagem entre o Nossa Senhora das Graças e o Cruzeiro do Sul, que deveria ter um acesso mais fácil, tem enormes valetas por onde correm detritos provenientes de esgotos.<sup>54</sup>*

O jornal Primeira Hora, assim como qualquer outro órgão de imprensa, é compreendido nesse trabalho como elaborador de uma narrativa com intencionalidades estabelecidas pelos interesses que defende. Com isso faz-se necessário dizer que entendendo a ação deste veículo de comunicação como a expressão de uma relação social, pois pertence ao universo da cidade e se relaciona com um campo de interesses (e luta)

---

<sup>53</sup> Bairro sofre com acesso difícil e falta de esgoto. In: *Jornal Primeira Hora*. Uberlândia, 03/12/1982, p.5.

<sup>54</sup> Idem. p.5

no qual imprime sua presença e elabora, ao mesmo tempo em que institui, sentidos à vida social.<sup>55</sup>

Este órgão de imprensa foi comprometido com o projeto político zairista, sendo que, nesse caso, não titubeou e foi logo afirmando que: *o morador do Nossa Senhora das Graças não deixou de demonstrar sua esperança de que o problema de seu bairro seja resolvido pela próxima administração municipal.*<sup>56</sup>

Em dezembro de 1982, Zaire Rezende já havia sido eleito prefeito municipal. O anúncio referente às expectativas em relação à nova administração, apresentada pelo Jornal Primeira Hora, era o sentimento do senhor José Veredeano que, respondendo sobre as expectativas criadas frente a campanha eleitoral que deu a vitória ao candidato do PMDB, afirmou:

*Na eleição, mesmo eu não votando aqui, eu me envolvi na campanha, mi envolvi nas discussões (...) O menino aqui do bairro ... ele tinha uma caixinha de som, ainda lembro até hoje, ela era bem pequenininha, ele punha ela ali (aponta para a rua, para a porta de sua casa), no meio do vento, no meio de uma poeira ... abria o microfone e falava ...*

*E você via as pessoas lá, e aquilo empolgava, né? Era muita empolgação, foi muita empolgação durante uns seis meses de campanha dele. Aquela proposta dele nos chamou muita atenção, porque era totalmente nova. Na época nós decidíamos o que precisava ... era o que a gente precisava mesmo ... a gente não queria saber se era cem mil, ou era duzentos mil. Nós sabia que o nosso bairro precisava disso, disso e daquilo. Então isso criou uma expectativa muito grande.*

Em 2005, portanto depois de vinte e três anos da experiência que rememorou, José se recorda, admirado, do envolvimento das pessoas do seu local de moradia com a candidatura de Zaire Rezende,<sup>57</sup> sugerindo que a aceitação ao projeto político dos peemedebistas foi compartilhada por uma quantidade significativa dos moradores na cidade.

Revelou, também, que a participação popular na elaboração de um programa de governo, uma iniciativa que declarou inovadora, alimentou expectativas entre os

---

<sup>55</sup> Sobre a atuação dos jornais impressos Ver: ALVES, Luciano Carneiro. Palanque de papel: O Correio de Uberlândia e a construção do “Estádio Municipal Parque do Sabiá”. In: *História e Perspectivas*. Uberlândia: EDUFU, n°24, Jan./Jun., 2001. (p.219-241) e SANTOS, Carlos Meneses Sousa. Uberlândia nas linhas do enfrentamento: a democracia participativa nas páginas da imprensa. In: *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia: EDUFU, n°33, Julho de 2006. (p.231-241)

<sup>56</sup> Bairro sofre com acesso difícil e falta de esgoto. In: *Jornal Primeira Hora*. Uberlândia, 03/12/1982, p.5.

<sup>57</sup> *Foi uma das eleições, no meu ponto de vista, aqui em Uberlândia mais empolgante ... que criou, realmente, expectativas. Tanto no sentido de participação, como no sentido de melhorar, realmente, a vida das pessoas.* Entrevista realizada com o senhor José Veredeano, já citado.

moradores que viam acatadas, e redigidas em documento oficial de campanha, suas solicitações.

Contou, ainda, que a discussão das ações de governo eram pautadas pelas necessidades levantadas pelos moradores, condição que recolheu em sua memória para justificar a esperança despertada em grande parte da população, uma vez que todos poderiam ter suas demandas contempladas no *Programa para Ação do Governo Municipal*.

Esta situação, ao mesmo tempo, foi revelada, por sua experiência, como um elemento utópico, provavelmente pelo não cumprimento de muitas das propostas firmadas pelo governo zairista, estas justificadas, por parte do poder público, pela falta de recursos. Resposta, pelo que percebi, incorporada e compreendida, em vários momentos, pelo morador da cidade de Uberlândia.

José Veredeano, também sobre o processo eleitoral, disse que:

*... na firma que eu trabalhava ... eles fizeram uma campanha cerrada pro Zaire Rezende.<sup>58</sup> Alfredo que era o dono, não sei se eles era parente, eu não sei bem o que eles era ... ele tinha uma campanha mesmo (enfático). Ele mandava os próprios coordenadores de turma ta conversando os trabalhador, entre aspa, né? (risos) Que votasse no Zaire Rezende na época. O Zaire não era muito conhecido, mas tinha uma proposta bastante interessante, da participação, né? Da prioridade da ... participação das entidades organizada, da participação do povo, isso de certa forma me empolgou.*

O senhor José mostrou-se mais tranquilo a respeito de seu apóio, apesar de não ser eleitor do município como bem lembrou, ao desconhecido candidato a prefeito quando percebeu o aval e o apóio de seu patrão à Zaire Rezende. Reconheceu a ingerência que o dono da empresa em que trabalhava procurou exercer ao utilizar sua influência patronal a favor do candidato do PMDB. Todavia, apesar de seu patrão não pertencer ao círculo dos *periféricos do poder*,<sup>59</sup> que segundo Zaire Rezende seriam os beneficiados com a sua administração, o seu José experimentava, sem temores, a sensação de não estar infligindo nenhuma ordem imensurável, nem praticando contradição alguma, pelo contrario, sentia-se convicto em sua escolha.

O apelo do grupo zairista pela ascensão ao poder de Estado no município, em 1982, fez-se, e se operou, nessa realidade social. Uma realidade desigual, diversa e contraditória. Esse apelo absorvia desejos manifestos nas fissuras da ideologia dirigente

---

<sup>58</sup> O senhor José Veredeano se refere à Granja Rezende de propriedade do senhor Alfredo Rezende, tio de Zaire Rezende.

<sup>59</sup> Termo utilizado pelos zairistas para se referirem ao *povo* que seria supostamente beneficiado por sua administração.



da organização social estabelecida, a qual se encontrava (supostamente) contestada por este grupo político, que como diferencial à corrida aos gabinetes administrativos reconheceu a inviabilidade da sustentação social do projeto político em vigência, na forma em que era exercido, sendo que, na defesa de seus interesses, aceitou uma coalizão de grupos mais progressistas<sup>60</sup> em favor de um novo consenso dos dominados, o consenso de um *governo democrático e popular*.

---

<sup>60</sup> O governo Zaire Rezende teve o apóio e a presença de alguns militantes clandestinos do Partido Comunista a seu governo, além de ter contado com o envolvimento, em sua campanha eleitoral, de vários párocos católicos ligados a teologia da libertação e contou, ainda, com o apóio de entidades estudantis da cidade, tanto a secundarista quanto a universitária, esta representada pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Uberlândia, que publicou e divulgou o panfleto intitulado *PORQUE ZAIRE*.

No panfleto a Entidade Estudantil afirmava que: (...) *Cremos ter chegado a hora de todos nós, povo, passarmos a assumir o papel que nos está destinado, e deixarmos de ser, assim, apenas a massa de manobra que fomos até agora de demagogos, oportunistas e toda a sorte de pessoas descomprometidas para com os legítimos interesses da comunidade.*

*É dada a hora do novo, do popular, de tudo aquilo que brote verdadeiramente dos anseios de toda a gente. Basta de decisões tomadas nos gabinetes fechados e refrigerados, pois tais decisões já se mostram incompetentes. Só uma democracia participativa, de fato, pode e poderá abrir as portas para a resolução dos nossos problemas. E é baseada nesta democracia participativa que se estruturou o plano de governo de Zaire Rezende.*

*Assim, é do entendimento de tudo isso que damos o nosso apóio a Zaire Rezende. Pelo seu comprometimento pela democracia (...).* Estudantes apóiam Zaire Rezende e lançam folheto 'PORQUE ZAIRE'. In: *Jornal Primeira Hora*. Uberlândia, p.4, 13/11/1982.

## ***Capítulo II***

**Associações, dissidências e indiferenças: experiências no  
relacionamento dos sujeitos sociais em ordem democrática liberal**

## Associações, dissidências e indiferenças: experiências no relacionamento dos sujeitos sociais em ordem democrática liberal

Zaire Rezende venceu as eleições de quinze de novembro de 1982. Sua vitória foi elástica em relação às demais candidaturas, recebendo os votos de quase trinta por cento do eleitorado no município,<sup>61</sup> algo expressivo para os padrões da democracia representativa, em uma eleição que contou com sete candidatos ao Poder Executivo e que foi realizada em um único turno.

O prefeito peemedebista, em seu discurso de posse, na Câmara Municipal, reafirmou o comprometimento de seu governo com a população empobrecida da cidade. Mas afirmou, também, que *governaria para todos* e que gostaria de *governar com todos*.<sup>62</sup> Sobre este ponto enfatizou, ainda, que permitiria e incentivaria a participação popular, por meio de suas organizações representativas, como forma de envolver a população de Uberlândia em um governo democrático e de participação popular.

O novo prefeito de Uberlândia encontrava-se em sintonia com a orientação nacional de seu partido, que em seu *manifesto dos fundadores à nação* havia afirmado que:

*... o PMDB deseja ser o grande instrumento de aprofundamento da resistência democrática e será sobretudo o estuário de todas as correntes do pensamento livre, inconformados com a tutela a que a Nação está submetida. Haverá de romper cada vez mais o círculo fechado da política das elites e integrando a*

---

<sup>61</sup> Contabilizando sua votação, em referência ao universo dos eleitores potenciais no município, Zaire Rezende conseguiu exatamente 29,5% dos votos dos 134.681 eleitores.

<sup>62</sup> Com este jogo de palavras, Zaire Rezende tinha como intenção responder às críticas dos seus adversários pedessistas que o acusava de socialista no momento em que a disputa pela direção social no município se fazia de intenso conflito e, ainda, procurava ratificar a necessidade de um consenso de governo frente aos conflitos incertos que se apresentavam aos grupos dominantes na cidade. Ao dizer que *governaria para todos* e que *gostaria de ter o apoio de todos* estava dizendo que apesar de seu governo ter como *prioridade de ação* o atendimento das necessidades mais prementes das populações pobres do município seria um *governo para toda a cidade*, e não apenas para os trabalhadores pobres, os quais precisavam ser incorporados de alguma forma ao seu governo. Sobre as denúncias de seus opositores, sobre o suposto caráter socialista do pensamento de Zaire Rezende e dos fatores que o teria levado à administração municipal da cidade, veja a matéria do Jornal Correio de Uberlândia, que trouxe uma entrevista com o candidato a prefeito derrotado pelo PDS, José Pereira Espíndola, nas eleições de 1982: *O candidato José Pereira Espíndola, o mais votado do PDS nestas eleições (...) em entrevista falou sobre a vitória do Zaire (...) Espíndola disse que o Zaire chegou a vitória graças a quatro importantes fatores:*

*1º\_ A vontade do povo de votar contra o governo, contestando o preço alto do combustível, dos juros altos e contra a carestia.*

*2º\_ Toda Universidade deu um apoio muito grande ao candidato do PMDB, onde todos os professores e a grande maioria de alunos e funcionários marchou ao seu lado.*

*3º\_ A Igreja Católica, porque o Bispo Diocesano de Uberlândia e os padres são socialistas como o Zaire, somaram assim forças importantes para levar o candidato do PMDB à vitória.*

*4º\_ A Granja Rezende, que pagou horas extras para seus funcionários, deu todo apoio financeiro ao Zaire, ajudando muito a conquistar a prefeitura.*

Bispo e padres socialistas ajudam também na vitória do Zaire. In: *Jornal Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 1º pág., 18/11/1982.

*atividade partidária e parlamentar numa tarefa maior de pregação e militância. Tarefa que há de ser executada não só no âmbito parlamentar, mas em todos os lugares onde os brasileiros moram e trabalham e em íntima ligação com os movimentos sindicais e comunitários.*

*O PMDB será o caminho das oposições que compreendem que a luta contra o autoritarismo há de ter o seu desfecho não apenas na reconstitucionalização do Estado, mas na democratização da sociedade, através de um engajamento cada vez mais combativo e organizado de todos os brasileiros e em especial das camadas populares e da classe média (...)*

*Surgirá disposto a uma prática política de organização e mobilização, sobretudo frente aos conflitos, sempre pela via da militância pacífica e democrática. Terá como tarefa fazer uma oposição confiável ao povo, não aos interesses do poder. Dará primazia à obra de mobilização popular, com o fortalecimento das bases partidárias e o avanço e o aprofundamento da auto-organização sindical e comunitária dos setores não organizados do povo.*<sup>63</sup>

Este discurso apresenta o PMDB como uma grande frente partidária. Uma *coalizão nacional* de interesses que deveria agregar os brasileiros insatisfeitos com o autoritarismo. Sendo que independentemente da perspectiva de pensamento, estes deveriam se comprometer com uma resistência acima de tudo pacífica e democrática.

O partido, por meio de sua direção nacional, conclamava a um projeto de descentralização do poder federal, frente ao centralismo autoritário e extremamente burocrático que se encontrava conduzido pelos militares, projeto esse que havia de ser conquistado com a convergência da atividade partidária e parlamentar, onde todos os esforços deveriam se concentrar em uma “verdadeira” militância de pregação, tendo como interesse *organizar as camadas populares e a classe média*, tanto em seus locais de trabalho, por meio dos sindicatos, como em seus locais de moradia, através das organizações comunitárias.

Com isso, os peemedebistas se apresentavam como mobilizadores, organizadores e defensores dos “interesses do povo”, posicionando-se contra os “interesses do poder” concentrado nas mãos das elites. Todo esse grande *movimento de libertação da Nação* seria executado pela/na ordem democrática liberal.

Transcrevi este trecho para mostrar que Uberlândia nem é uma ilha oposicionista cercada de militares, nem é uma mesma ilha onde se espera aportar a democracia que se consolidava nacionalmente, onde esta traria a participação popular no “convés do barco da salvação”.

Em Uberlândia, as relações sociais se estabeleciam na construção de uma prática social, que se fazia nacional, e que se manifestava em cada bairro e distrito de sua

---

<sup>63</sup> PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. *Manifesto dos fundadores do PMDB à Nação*, S/d. p.8-9

municipalidade. A expropriação e a opressão, assim como as angústias e as expectativas, antes de serem territorializadas compõem um mesmo campo de relações sociais que se tecem antes pelos modos e pelas experiências, do que pelo local geográfico que ocupam. Entendemos, portanto, os espaços como locais sociais, construídos e estabelecidos nos sentidos atribuídos pelas relações sociais.

O PMDB foi o partido majoritariamente vencedor nas eleições entre os anos de 1982 e 1986 - conquistou os governos Executivos e a maioria Parlamentar na maior parte dos municípios, dos Estados e, por fim, da União. Procurou, conforme os interesses que defendia, operacionalizar a *descentralização* e a *desburocratização* das administrações que ocupava, legitimado pelo discurso da participação popular e pela efetivação de alguns instrumentos democráticos de envolvimento das populações no processo administrativo dos aparelhos estatais. As populações eram estimuladas e, ao mesmo tempo, coagidas a se organizarem em entidades representativas.

Essa proposta fundamentou-se em um suposto *resgate da dívida social*, sendo que esta dívida, que deveria ser saldada, teria sido acumulada com a vigência do regime militar: pela centralização do poder e pela não participação popular na vida pública; pela corrupção, devido a falta de transparência na gestão dos governos, sendo que tal condição seria revertida em um *regime democrático de direito*, onde se consolidaria paulatinamente um estado de *democratização social*.

Estava, portanto, sendo substituída a promessa de distensão lenta e gradual do Regime Militar (DITATORIAL) pela “nova promessa” de conquista, também lenta e gradual, apesar deste ponto só ter ficado claro para muitos depois que foram desfeitos os palanques, da democratização da sociedade, em uma (re)elaboração apropriativa, conforme os interesses dos diversos grupos peemedebistas, da democracia liberal burguesa, em seu padrão social-democrata.

Nesse sentido, os zairistas, reunidos no PMDB de Uberlândia, ao elaborarem um programa com base em discussões que foram realizadas entre os moradores dos diversos bairros da cidade, mas também nas associações comerciais e industriais,<sup>64</sup> imaginavam

---

<sup>64</sup> Quase dois meses antes da eleição, o Jornal Correio registrou a presença de Zaire Rezende na Associação Comercial e Industrial de Uberlândia: (...) *Zaire Rezende acredita que poderá contar com os adversários de hoje (citou Homero Santos) para governar com o apoio de todos. Mas jurou que Tancredo Neves ganha em Minas e que, dentro de dois anos, o PMDB faz o presidente da República. De positivo, apresentou um programa de governo impresso, que vale como documento de seu plano de ação (...).* QUIRINO, Luiz Fernando. UR ... gente/Entrevista com os prefeitoráveis na ACIUB. In: *Jornal Correio*. Uberlândia, p.12, 24/09/1982.

Um mês depois da eleição de 15 de novembro de 1982 ter confirmado Zaire Rezende Prefeito Municipal, este retornou à ACIUB. E sobre a visita do prefeito eleito o presidente da Entidade disse ao Jornal

que uma vez construído o programa com a *participação popular* este teria o seu cumprimento acompanhado pelos Conselhos Municipais, a saber: *Conselho Municipal de Associações de Bairros; Conselho Municipal de Defesa Civil; Conselho Municipal de Transportes; Conselho Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Transito*.<sup>65</sup>

Estes conselhos foram pensados como forma institucional (ou de institucionalização) da participação popular. Ou seja, havia o interesse de incorporar as atuações de certos grupos sociais ao funcionamento de governo, que por isso se estabeleceria como descentralizador e não-burocrático, haja vista o acesso facilitado que (supostamente) teriam as populações, “antes” excluídas do processo de decisão política, às discussões e ações do Poder Público Municipal.

Contudo, a idéia dos conselhos particularizados em temáticas foi logo abandonada e, em seu lugar, “surgiu” a idéia de se criar um único Conselho: O Conselho Municipal de Entidades Comunitárias (CMEC). Esta decisão é justificada assim pelo governo municipal:

*Desde o início da nova administração municipal, as Associações de Moradores, as entidades de classe e também as entidades estudantis de caráter geral, foram convidadas a discutir, em conselho, a política municipal de transporte, principalmente no que diz respeito às novas tarifas para o transporte coletivo. O atual Conselho Municipal de Entidades Comunitárias (CMEC) surge, então, inicialmente sob a forma de Conselho Municipal de Transportes Concedidos, criado através da iniciativa de órgãos da administração, a partir de consultas feitas, nos bairros, às associações de moradores (...)*  
*A partir de determinado momento, o prefeito e sua equipe perceberam que uma estratégia mais apropriada para garantir um contato mais permanente e dotado de maior eficácia, do executivo municipal com a população, seria através da criação de um Conselho Municipal de Entidades Comunitárias que discutisse os problemas comuns à maioria da população (transportes, água, saúde, educação, etc.) ao invés dos conselhos para termos específicos anteriormente propostos. Esta idéia não excluiria, entretanto, o processo de reuniões de bairro, já em andamento desde a campanha eleitoral.*<sup>66</sup>

Este discurso sugere o não interesse das populações da cidade pela proposta dos Conselhos Municipais específicos. Ao perceber que não conseguiria a participação destas populações, o poder público recorreu aos diversos bairros e distritos do

---

Primeira Hora: (...) *A visita de Zaire Rezende ocorreu num clima de descontração onde suas palavras deixaram antever que ele fará uma grande administração.* ACIUB recebe Zaire Rezende na última reunião do ano. In: *Jornal Primeira Hora*. Uberlândia, p.4, 16/12/1982.

E ao retornar do recesso das férias de fim de ano, quase vinte dias antes de Zaire Rezende tomar posse, o presidente da ACIUB afirmou, novamente ao *Jornal Primeira Hora*, que: *O relacionamento da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia com o prefeito Zaire Rezende é o melhor possível (...).* ACIUB terá as melhores relações com o prefeito. In: *Jornal Primeira Hora*. Uberlândia, p.4, 11/01/1983.

<sup>65</sup> REZENDE, Zaire. Proposta para Ação do Governo Municipal. Uberlândia, 1982. p.10.

<sup>66</sup> REZENDE, Zaire. *Democracia Participativa – A experiência de Uberlândia*. Uberlândia: Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, 1984. p.5-6

município, intensificando sua atuação de *organizador* da população em seus locais de moradia, pretendendo que as pessoas se organizassem em Associações de Moradores, instituições que representariam toda a população da cidade em um único conselho.

Essa necessidade apresentada pelo poder público de que as populações da cidade, em particular os trabalhadores empobrecidos, se envolvessem com a administração é própria de um governo que procurava consolidar sua hegemonia, perante os demais grupos dominantes da cidade, em um momento de crise da ordem política, sendo que a manutenção da ordem social era o maior argumento dessa fração dissidente e emergente das elites municipais que se indispunham em disputas pelo controle político na cidade.

O Conselho Municipal de Entidades Comunitárias foi, então, forjado pelo governo municipal, como aponta o documento, a partir da reivindicação de uma demanda específica, que era a questão do transporte público coletivo, ou melhor, da busca por uma solução dos problemas enfrentados pelos reajustes seguidos da passagem do transporte coletivo e a insuficiência deste serviço frente as necessidades das populações que necessitavam do transporte coletivo para se movimentarem na cidade.

Marilda Machado, indagada sobre a criação do Conselho Municipal de Entidades Comunitárias, contou que:

*... quando tinha essas discussões da regionalização ... de que as associações iam ter um Conselho de Entidades que nos fortalecesse ... a coisa era tão errada ... que quem indicava era quase que o prefeito, saía do gabinete do vice-prefeito a indicação para quem era o presidente do CEC (...) Era muita cachorrada, e não parecia com as coisas que a gente queria (...)  
Tinha-se um belíssimo discurso, mas não se saía do lugar. E se eu e o Zé entrasse lá não ia ficar um filho de Deus com agente (risos), ia ficar só nois dois. Porque o governo não ia arrumar sala pra nois, cê acha que ia? Eu acho que não.<sup>67</sup>*

Marilda, sobre a formação do Conselho de Entidades, denuncia uma prática de cooptação e corrupção dos representantes das Associações que se envolviam com o Conselho, quando afirma que para pertencer ao Conselho os diretores das Associações de Moradores deveriam ser simpáticos à orientação do governo, até mesmo porque os diretores do Conselho eram indicados pela própria Administração Municipal. Deixa perceber, ainda, em sua fala, que caso o Conselho não se alinhasse aos interesses do

---

<sup>67</sup> Entrevista concedida ao autor por Marilda Machado Barros, em abril de 2005. A entrevista foi realizada na Casa Creche Maria de Nazaré, Organização Não Governamental presidida por ela. Marilda tem cinquenta e um anos, é natural de Uberlândia e foi presidente da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças.

poder público provavelmente este agiria no intuito de dificultar o funcionamento da instituição.

A ex-diretora da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças citou seu companheiro Zé (José Veredeano), também ex-diretor da Associação de Moradores de seu bairro, como (supostamente) cúmplice em sua avaliação, já que ambos teriam vivido a mesma condição. Todavia, José Veredeano, ao ser instigado a lembrar-se das reuniões no CMEC, apresentou uma percepção diferenciada da de Marilda:

*Eu considero que o governo dele [Zaire Rezende] foi um avanço muito grande ... na formação política ... Eu diria até que criou algumas ilusões. Agente reunia no CEC, que era na Duque de Caxias nº. 50. Quando ele [Zaire Rezende] não ia, ele mandava um secretário, ia algum representante. Quando nós criamos o CEC, que era o Conselho de Entidades que aglutinava todas as entidades de bairro, era lindo. Você via aquele tanto de gente lá discutindo, né? E cada um trazia uma proposta diferente, discutia com o prefeito (ênfático e com um ar de admiração): não concordava com o prefeito, ou as vez concordava ... colocava as idéias diferente.<sup>68</sup>*

O senhor José, ao contrário de Marilda, percebeu nas reuniões do CMEC um espaço importante. Tão importante que, ao se lembrar das reuniões, chega a dizer que *o governo Zaire Rezende foi um avanço muito grande ... na formação política*. José, contudo, separa política dos resultados, ou não-realizações, produzidas pela atuação política. Ao contrário de Marilda Machado que percebe esses elementos integrados e chega a afirmar que *tinha-se um belíssimo discurso, mas que não se saía do lugar*, afirmando-se decepcionada. Seu José, ao dissociar política de prática política, conclui que ao confundir esses dois elementos algumas pessoas (assim como Marilda) iludiram-se e não perceberam o que de bom o governo Zaire Rezende ofereceu.

Essas elaborações divergentes, apesar de terem sido produzidas por pessoas que ocupavam o mesmo lugar social e que, portanto, viveram a mesma condição das relações sociais estabelecidas naquele tempo histórico, nos mostram que as experiências, apesar de serem vividas socialmente, são apropriadas e (re)elaboradas na consciência subjetiva dos sujeitos. Sendo que este processo é elaborado conforme as informações que esses sujeitos possuem, mas, também, por como as pessoas reagem às vivências de suas expectativas, conquistas e desilusões no choque com padrões sociais estabelecidos.

---

<sup>68</sup> Entrevista concedida ao autor por José Veredeano de Oliveira, em abril de 2005. A entrevista foi realizada em sua residência. José é natural do Estado de Goiás e é ex-presidente da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças. O entrevistado tem cinquenta e três anos e é funcionário público da Universidade Federal de Uberlândia.



Nas falas, tanto de Marilda como na de José, eles utilizam a sigla CEC para se referirem ao Conselho (Municipal) de Entidades Comunitárias, este criado como Conselho Municipal e apropriado por seu José, assim como provavelmente por outros participantes de suas reuniões, como criação sua (*quando nós criamos o CEC*), ao contrário do que afirmou o discurso do poder público quando disse ter partido de seus órgãos a decisão para a criação do Conselho.

A disputa pelo Conselho de Entidades, entre os representantes das entidades representativas e o governo municipal, sugerida nas falas dos entrevistados, acirrou-se quando, em junho de 1985, o Conselho decidiu retirar, por unanimidade, o direito de voto do Prefeito Municipal.<sup>69</sup> O Conselho era de fórum consultivo e, como próprio nome sugere, aconselhava, mas não deliberava sobre os assuntos que tratava em assembléia. Esta condição foi a “pedra de toque” na tensão vivida entre o Conselho e o Poder Público Municipal.

No documento divulgado pelo governo municipal, reproduzido parcialmente neste trabalho,<sup>70</sup> o qual trata da *experiência da democracia participativa em Uberlândia*, identificamos o surgimento do Conselho de Entidades Comunitárias a partir da discussão pública da tarifa do transporte coletivo na cidade, o que o poder público apresentou como um suposto Conselho Municipal de Transportes. Não há nada nas entrevistas que realizei que evidencie este discurso.

Contudo, o tema da tarifa (digo o problema dos reajustes da tarifa), devido aos embates constantes entre o Conselho de Entidades e a Prefeitura Municipal, se tornou a

---

<sup>69</sup> O Colunista do Jornal Primeira Hora expressou-se, assim, sobre a decisão do conselho de afastar da Entidade a presença interventiva do prefeito Zaire Rezende: *No dia em que por unanimidade o CMEC de Uberlândia determinou que a prefeitura não teria mais direito a voto em suas reuniões equivocou-se e ao mesmo tempo acertou.*

*O equívoco foi em pensar que a prefeitura municipal e seu representante legal, o prefeito Zaire Rezende, deixavam de ser também uma entidade comunitária. Na verdade, o prefeito eleito é um cidadão uberlandense como qualquer outro no município. Simplesmente foi colocado a frente da administração pelos seus concidadãos para realizar os seus mais legítimos desejos que, certamente, serão os seus.*

*Negar o voto ao prefeito, por entendê-lo um ‘poder’ seria o mesmo que impedir que os coordenadores do conselho votassem por estarem no comando das reuniões.*

*Paradoxalmente os membros do Conselho acertaram. Acertaram na medida em que tomaram uma decisão democrática – ainda que de duvidosa justiça – e que veio, ao contrario do que muitos poderiam pensar, agradar ao cidadão Zaire Rezende, que, como autentico democrata teve a sinceridade de declarar à imprensa que ‘não estava feliz por ter perdido o direito a voto’, mas via se gratificado por saber, como prefeito, que o povo ‘começava a tomar consciência do que seja a democracia no seu conteúdo’ (...)*

*Seria pura tolice acreditar que a administração municipal desejaria ter um Conselho Comunitário sob seu domínio, pronto a dizer ‘amém’ a tudo que ela propusesse, pois estaria – ela administração – correndo o risco de enganar-se a si mesma e oferecendo ao Drº Zaire Rezende uma falsa realidade dos problemas da cidade que ele tem, por dever e vontade, que encontrar as soluções. FILHO, Buteri. O Conselho Comunitário. In: Jornal Primeira Hora. Uberlândia, 19/16/1985.*

<sup>70</sup> Ver página 31.

temática de maior visibilidade, mesmo nos momentos de maior atuação do Conselho. Merecendo transcrição e análise, sobre a questão da discussão em torno dos reajustes da tarifa do transporte coletivo na cidade, dois dos vários documentos redigidos e divulgados pelo Conselho de Entidades Comunitárias.

O primeiro, é uma *nota à imprensa*, de 17 de julho de 1984, que circulou nos quatro jornais periódicos impressos na cidade – A Notícia; Correio de Uberlândia; O Triângulo e Primeira Hora. O segundo, é um ofício dirigido ao Prefeito Municipal, Zaire Rezende, em 15 de setembro de 1987:

### **PRIMEIRO**

*O Conselho Municipal de Entidades Comunitárias de Uberlândia vem através deste órgão de imprensa comunicar a toda população uberlandense a sua posição de estranheza e discordância com o novo aumento da passagem do ônibus coletivo.*

*Estranha a esse Conselho a decisão, já que no aumento da tarifa ocorrido no mês de maio o Prefeito Zaire Rezende havia se comprometido em não proceder um novo reajuste, sem antes ouvir a população, por meio de suas entidades representativas. Isto apesar de não ter atendido a reivindicação do Conselho que solicitava a vigência da tarifa durante seis meses.*

*Com o rompimento do acordo o prefeito cometeu um ato que, conforme entendimento do Conselho, conflita com o projeto de 'Democracia Participativa', pois democracia pressupõe respeito a vontade soberana da maioria da população, representada por suas entidades. Além do que, reflete o compromisso da Prefeitura com os poderosos grupos econômicos locais, uma vez que o novo aumento assegura os lucros dos empresários frente à inflação. Por outro lado, sofrem, mais uma vez, os trabalhadores, já que nossos salários vem sofrendo profunda deterioração em função de uma política salarial desumana, que não repõe a perda do poder aquisitivo.*

*Por fim, o Conselho repudia veementemente a atitude do Sr. Prefeito por não ter mantido o compromisso assumido com as entidades representativas da população, através do Conselho, e ter fixado um aumento de tarifa que empobrece ainda mais o povo.*

### **SEGUNDO**

*Senhor Prefeito,*

*Informamos-lhe através desta as nossas posições em relação ao serviço de Transporte Coletivo de Uberlândia.*

*Queremos manifestar o nosso descontentamento em relação ao autoritarismo do Sr. Secretário Municipal de Serviços Urbanos, que anuncia através da Televisão sobre o novo preço das passagens de ônibus coletivos sem uma prévia explicação ao CEC, sem o nosso conhecimento das planilhas de custo para os estudos do CEC, num flagrante desrespeito aos princípios que norteiam a DEMOCRACIA PARTICIPATIVA da ADMINISTRAÇÃO ZAIRE REZENDE.*

*Não concordamos com as análises que são feitas somente baseadas nas planilhas de custo, sem considerar os ganhos financeiros obtidos pelas concessionárias. Achamos que estas análises beiram a raia da desonestidade técnica.*

*Continuamos a reiterar a V. Exa. que a criação da CMTC [Companhia Municipal de Transportes Coletivos] virá resolver o problema da diminuição de custos do transporte em Uberlândia, a melhorar a qualidade e a assistência às linhas deficitárias.*

Estes documentos expressam a relação entre o Conselho de Entidades Comunitárias e o Poder Público Municipal. Revela seus conflitos e explicita um estado de tensão. Todavia, mostra, também, a forma como essa relação se estabeleceu, ou seja, tudo na mais perfeita ordem de participação institucional do liberalismo democrático.

As Associações de Moradores, assim como as demais entidades representativas que compunha o CEC,<sup>71</sup> ao ingressarem na institucionalidade da relação democrática liberal do governo participativo dos peemedebistas, conduzidos e personificados por Zaire Rezende, adentraram no “labirinto” do capitalismo social democrata.<sup>72</sup>

O primeiro documento, dirigido aos órgãos de imprensa, pensado como maneira de informar à população da cidade que o CEC foi contrário ao mais novo aumento da tarifa do transporte coletivo público, apresenta-se, parece-me, como justificativa pública, fazendo esclarecer que o CEC não tinha nada a ver com o reajuste, injustificável uma vez que o governo Zaire Rezende demonstrava suas ações dizendo que elas eram sempre resultado da discussão com a sociedade (a organizada), pois seu governo era democrático e participativo.

Com aproximadamente um ano e meio de governo e com as promessas “em vias de serem atendidas”, e com outras sendo contrariadas, a paciência dos que se envolviam nas discussões com a administração, e dos que cobravam dos que estavam negociando, estava esvaecendo-se. Nesse caso, o governo que havia se comprometido a não reajustar a tarifa do transporte público por seis meses, sendo que após esse período deveria ser

---

<sup>71</sup> O Conselho Municipal de Entidades Comunitárias (CMEC) teve em suas primeiras reuniões, ainda, informais, a presença, quase que exclusiva, de Entidades Comunitárias/Associações de Moradores: na reunião de dezoito de agosto de 1983 estiveram representadas em Assembléia da Entidade vinte e seis Associações de Moradores, sendo que cinquenta pessoas fizeram-se presentes.

Todavia, na relação de convites do CMEC para a reunião plenária do dia sete de maio de 1985, emitida pela Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, assinaram a lista cinquenta e uma Entidades: entre elas trinta e quatro Associações de Moradores, Sindicatos Classistas e Associações como a do Movimento Negro.

Já em uma outra lista, esta de votação, provavelmente do início do ano de 1986, registrou-se a presença de cinquenta e duas Entidades votantes: entre elas apenas cinco Associações de Moradores; ganhando destaque os clubes de serviço, os grêmios recreativos e em menor quantidade os clubes de mães, além da permanência de alguns Sindicatos.

<sup>72</sup> Ressalto aqui, que por social democracia em Uberlândia estou falando da apropriação e (re)elaboração que frações dos grupos dominantes da cidade empreenderam ao padrão político de controle da ordem social construído historicamente na Alemanha do início do século XX, este pensado, no entanto, a partir da legitimação e sustentação dos interesses próprios deste grupo, os quais também são históricos. Sobre a discussão da Social Democracia na Alemanha, ver: LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma social ou revolução?*. Rio de Janeiro: Global, 1990.

discutida uma *tarifa justa*, quando autorizou o reajuste sem qualquer comunicação prévia deixou o Conselho de Entidades à vontade para dizer que foi pego de surpresa e que discordava do novo aumento.

O Conselho declarou que o rompimento do compromisso firmado entre o CEC e o prefeito Zaire Rezende era um contra-senso do Projeto de Democracia participativa conduzido pelo Poder Executivo Municipal. Entendendo ser o *verdadeiro representante do povo*, o Conselho não participou da discussão, o que caracterizaria um ato autoritário, já que a população, por meio de seus representantes, não havia participado dessa decisão.

O Conselho de Entidades, portanto, se colocava na condição de representante da população da cidade, ou ao menos do *povo*, ou seja, dos que, entendiam, não compunham o grupo das elites dirigentes, dizendo representar, assim, os trabalhadores pobres. Enquanto representante dos trabalhadores, os diretores do Conselho evidenciaram um estado de dominação e exploração com a aquiescência (ou, o mais decepcionante, com a continuidade da aquiescência) do poder público, que mais uma vez preteria os *interesses do povo* e garantia os interesses dos grupos econômicos locais, no caso, as empresas concessionárias do transporte público.

O segundo documento, elaborado três anos depois do primeiro, portanto quase no último ano do *Governo da Democracia Participativa*, parece querer afirmar que muito pouco, ou nada, mudou. Que tudo continua, na questão da tarifa do transporte coletivo público, na mais perfeita ordem de injustiça, segundo o entendimento do CEC.

Contudo, o Conselho agora se dirige não mais à população, mas ao prefeito Zaire Rezende. O CEC, frente a um novo aumento da tarifa do transporte público, reafirma que a medida tomada contraria o *princípio* da democracia participativa e que não concorda com os *pareceres técnicos* da equipe da Secretaria de Serviços Urbanos. Contudo, reclama que nem ao menos recebeu as planilhas de cálculo que balizariam o reajuste, o que nos faz pensar que já vinha discordando dos cálculos destas planilhas nos reajustes anteriores, a ponto de nem o governo as enviar ao Conselho e nem este precisar vê-las para se declarar descontente com seus resultados.

Todavia, a reivindicação ganha um conteúdo novo, ou recupera uma promessa antiga se preferirmos. O CEC reafirma que o novo reajuste é um (velho) ato de autoritarismo, porém, dessa vez, não o coloca como sendo um ato autoritário do governo Zaire Rezende, mas do Secretário Municipal de Serviços Urbanos, e se dirige ao Prefeito, como quem se dirige a um pai, para que este intervenha na briga de seus

filhos, reclamando que se crie a Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC).

A Empresa Pública de Transporte Coletivo foi uma promessa de campanha de Zaire Rezende, que quando da eleição se comprometeu a intervir, caso fosse eleito, nos constantes aumentos das tarifas do transporte coletivo. Inclusive registrou em seu programa de governo que, para conter reajustes abusivos, iria abrir concorrência para que mais uma ou duas empresas explorassem o serviço público, medida que iria quebrar o monopólio deste serviço e proporcionar certa concorrência; além, claro, de criar o Conselho de Transportes para que este participasse *ativamente* das discussões dos possíveis reajustes. Mas disse, também, que se essas medidas não fossem suficientes para conter os *abusos*, que reconhecia existir quando candidato, criaria a CMTC.<sup>73</sup>

Com reivindicações aparentemente mais simples de serem atendidas, o tema do transporte coletivo também foi discutido na Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças. Na reunião do dia vinte e dois de junho de 1988, quando se entrava no último semestre do governo peemedebista, foi registrado na Ata da Assembléia, a qual contou com a presença do Secretário Municipal de Transportes, que

*... o morador José Pereira da Costa entregou um abaixo-assinado pedindo a volta do 307 [ônibus que percorria o bairro, mas foi retirado de circulação], e o secretário pediu que o mesmo entregasse o abaixo-assinado para que fosse encaminhado através da Associação. Uma moradora levantou a questão de que o abaixo-assinado era verdadeiro e que não é necessário centralizar o poder, e que o abaixo-assinado é coletivo, portanto deve ser atendido. O secretário disse*

---

<sup>73</sup> *Duas questões são relevantes no caso dos transportes urbanos: o preço das passagens e a qualidade dos serviços, esta traduzida pelo traçado adequando das linhas de ônibus, pela regularidade e frequência do transporte, pelo seu serviço noturno e pelo seu estado de conservação e limpeza.*

*O impacto do preço das passagens pode ser visto se tomarmos os gastos efetuados pelo chefe de família com o transporte para o trabalho (...)*

*Um controle rigoroso dos custos e das receitas das empresas concessionárias do transporte coletivo em Uberlândia deverá ser feito, pois os preços das passagens elevaram-se 75% nos primeiros cinco meses deste ano, enquanto a taxa de inflação no mesmo período foi de 36,2%. Em outras cidades de acentuados aclives e graves problemas de trânsito o preço das passagens é proporcionalmente inferior. O aumento dos preços do transporte coletivo deve ser compatível com a manutenção de razoável margem de lucro, mas como explicar então o exorbitante preço atual de tal serviço?*

*De outra parte, a melhoria da qualidade dos serviços poderá ser obtida com um novo planejamento da circulação dos ônibus, e com o ingresso de mais uma ou duas concessionárias de transporte coletivo além da já existente. A criação de uma saudável concorrência ao esforço de redução dos custos e à melhoria da qualidade dos serviços. Outra forma de fiscalização e melhoria do atendimento será a constituição de um Conselho Municipal de Transportes, reunindo cidadãos dos bairros, representantes das concessionárias de serviços, da Polícia Militar, do Legislativo e do Executivo Municipal.*

*Se essas medidas forem insuficientes para conter as indevidas elevações dos preços das passagens, ou impor melhoria na qualidade do serviço, a alternativa será a criação de uma Empresa Municipal de Transporte Coletivo. REZENDE, Zaire. Proposta para Ação do Governo Municipal. Uberlândia, 1982. p.5*

*que a reunião vale mais do que um abaixo-assinado, porque a presença de todos e a participação é muito importante e a reunião é significativa.*<sup>74</sup>

Esse registro nos leva a pensar como os problemas sociais apresentam capilaridade na vida dos sujeitos que se relacionam no espaço urbano. O senhor José Pereira da Costa que encaminhou (e provavelmente organizou) o abaixo-assinado ao secretário de governo, talvez porque o ônibus passasse na rua de sua casa e sentiu-se prejudicado com o cancelamento do trajeto reivindicado, foi desautorizado pelo homem do governo com a “consciência clarividente” dos mais “justos democratas”, pois o secretário decidiu, auxiliado pela “técnica democrática”, que o documento deveria ser passado à diretoria da Associação, que depois lhe repassaria o abaixo-assinado, pois assim a reivindicação teria *maior importância* já que a participação seria maior. O secretário, por sua vez, foi contestado, provavelmente por uma dona de casa, que lhe revelou o quão absurdo era o seu (suposto) “excelentíssimo e racional desejo democrático”.

Marilda Machado, ao responder como se deu a formação dessa Associação de Moradores no Bairro Nossa Senhora das Graças, contou que

*... quando chegou em 82 ... começou-se as discussões em cima das ... organizações comunitárias, em cima das Associações. A gente tinha um grupo de pessoas que já ... tinha embutido esse sentimento ... Ai, foi fácil montar uma associação no Nossa Senhor das Graças (...) A gente tinha pessoas ... privilegiadas, eles eram os funcionários da Souza Cruz, funcionários da Daiwa, que já tinham uma cultura diferente, uma compreensão diferente. Nós não éramos tão ignorantes quanto o que se imaginava de um favelado. Porque, a gente era pobre, num bairro muito pobre, mas a gente não era burro, era o que fazia a diferença. A gente já sabia que podia ... Aí, quando chegou a formação da primeira Associação eu me lembro que houve muitas discussões, a gente não participou dessa primeira Associação. Ela ficou por algum tempo, mas ela tinha muitos questionamentos ... Já tinha as divisões de (pausa) já tinha as comissões ... Comissão de Educação, Comissão de Limpeza Urbana, que nem rua não tinha (enfática) ... A gente copiava aquele modelo de um outro lugar, se num outro lugar tinha, a gente imaginava que no outro ia ter também. Mas o nosso tinha que ter era comissão de tapar buraco, porque quando a chuva vinha cabia carro dentro dos buracos das nossas ruas.*

A narrativa revela, no discurso de Marilda, a percepção do momento em que a moradora viveu a articulação em torno da formação da entidade que foi constituída com a motivação de representar, frente ao poder público, os moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças, na cidade de Uberlândia. Sendo que caberia a esta entidade apresentar à administração Zaire Rezende as demandas daquela população, assim como

---

<sup>74</sup> ATAS DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. Uberlândia, 22/06/1988.

deveria, também, se empenhar na reivindicação das demandas levantadas, as quais, segundo o *princípio* da participação popular, deveriam ser atendidas pela administração da *Democracia Participativa*.

Marilda disse não ter havido dificuldades para a constituição da entidade representativa no local onde morava. Argumentou que pela proximidade do bairro com o Distrito Industrial, onde havia a ocupação profissional de vários moradores em grandes empresas, isso teria facilitado a formação da Associação de Moradores, uma vez que, para ela, o envolvimento dos moradores em sindicatos, um ambiente de reivindicações constantes, em favor da conquista de benefícios no conflito entre patrões e empregados, os faziam portadores de uma cultura política diferenciada e, portanto, mais entusiastas e, ao mesmo tempo, mais críticos em relação à aquela possibilidade de participação que se apresentava.

Esta argumentação, construída por Marilda, para dizer da facilidade que os moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças apresentaram para “entender a necessidade” de uma associação que os representassem, se revelou preconceituosa frente às populações que não se encontravam envolvidas em um ambiente de reivindicações sindicais, relegando estas pessoas à condição de ignorantes ou “sem consciência” política, ao mesmo tempo em que atribuiu automaticamente uma suposta “capacidade de consciência” dos trabalhadores das empresas do Distrito Industrial, apresentando este espaço, local de exploração do trabalho, como um lugar privilegiado na vivência daqueles trabalhadores.

Todavia, apesar de não ter encontrado dificuldades para a criação da Associação de Moradores, Marilda aponta alguns elementos que identificou como problemáticos quando da sua formação. Lembrou que ela e seu marido não participaram do primeiro grupo diretor e deixou transparecer sua contrariedade com o funcionamento daquela primeira gestão.

Mostrou-se insatisfeita com os aparelhos estatutários da Associação, e revelou que havia, provavelmente, um modelo padrão para estas instituições, o qual cerceava os *reais* interesses de atuação da organização. Apresentando algumas das dificuldades impostas por aquele modelo funcional, evidenciou o que entendeu ser distorções entre a atuação da instituição comunitária e os interesses dos moradores do Bairro.

A Administração Municipal da Democracia Participativa produziu, e colocou em circulação, o *MANUAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES*, portanto não é

capciosa a idéia de que havia um modelo de Associação de Moradores a ser, se não copiado, ao menos “orientador” da instituição e da atuação das Associações.

Em capítulo intitulado UM MOVIMENTO INDEPENDENTE, o manual afirma que:

*... independência não quer dizer isolamento ou sempre oposição ao poder público. Os movimentos comunitários devem ter uma colaboração com os órgãos do poder público na solução dos problemas que afetam a comunidade. As Associações de Moradores não devem agitar os problemas da vila, mas estudar e apresentar as soluções concretas aos órgãos da administração pública.<sup>75</sup>*

Com o mesmo tom de advertência, apresentado nesta conceituação sobre a relação entre as Associações e o poder público, o manual sentenciou, ainda, que a participação é uma caminhada:

*A participação é uma necessidade, faz parte da vida. É quase como respirar ou alimentar. Sem ela não vivemos. Mas, apesar disso, as pessoas não nascem sabendo participar. É preciso aprender (...)*  
*Mesmo que não se consiga imediatamente os resultados pelos quais se luta, a participação é válida porque é um aprendizado. Transformará as pessoas, antes conformistas e paradas em críticas e ativas, construtoras do seu espaço. A participação fica mais fácil com a organização. É preciso que as pessoas aprendam a se comunicar, a discutir, dividir tarefas, etc ... A participação é uma forma de educação de grande importância. Ela vai preparando o povo para assumir o governo como algo próprio, o poder emana do povo, como está escrito na constituição.*  
*Assim, participação levará a uma organização e a uma força tal que as comunidades, o povo, possa tomar parte nas decisões maiores, não só dos bairros, mas da cidade e do país.<sup>76</sup>*

Observa-se que o poder público procurou estabelecer, no município, um cânone de participação popular. Estabeleceu um padrão aceitável de atuação social e procurou cristalizar as práticas sociais em um modelo sectário e conformista, que deveria ter na participação o único desejo de intervenção, visto que os resultados desta participação seriam conseqüências “naturais” e “certas” dessa conduta dogmática, onde estes resultados deveriam ser aguardados com a paciência da participação persistente e não-imediatista.

A administração Zaire Rezende, também avaliando o processo que levou à formação das Associações de Moradores no município, afirmou que:

*Sob certos aspectos a proposta do governo (...), baseada na Democracia Participativa, esteve (...) centrada sobre tudo no relacionamento do Poder Executivo com as Associações de Moradores (AMs). Na verdade, estas*

<sup>75</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. *Manual das Associações de Moradores: o poder popular está na base*. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. Uberlândia, 20/03/1988, p.7.

<sup>76</sup> Idem. p.10-11



*associações praticamente não existiam – ou existiam em número reduzidíssimo – antes do atual governo (...)*

*O discurso sobre a importância do povo organizado e a afirmação feita de que a futura administração iria privilegiar o atendimento das reivindicações coletivas, elaboradas pelas comunidades de bairro e encaminhadas até a prefeitura através das entidades representativas destas comunidades, foi a mola propulsora para o surgimento de um grande número de AMs em praticamente todos os quadrantes da cidade – sobretudo nos bairros mais afastados e mais necessitados de melhorias sociais (...)*

*A maioria destas Associações surgem motivadas por uma expectativa muito grande de que, através das suas reivindicações, os principais problemas dos bairros – asfalto, água, esgoto, luz, escolas, creches, etc. – seriam atendidas. Se as AMs surgem dentro desta expectativa – sob uma ótica mais reivindicativa do que organizativa – é de se esperar que elas tenham surgido, também, sob certa dependência da administração municipal, já que precisam que suas reivindicações sejam atendidas para que elas possam se consolidar (ganhar a confiança e o crédito de todos os moradores do bairro).<sup>77</sup>*

Nesta análise, realizada com dezoito meses de governo, a administração peemedebista procurou mostrar que a proposta de Democracia Participativa se consolidou como o entendimento de que as populações empobrecidas da cidade viam na necessidade de criação das Associações, para reivindicarem tudo que entendiam ter direito, a possibilidade que lhes foi negada nas administrações autoritárias, associadas ao regime militar, de usufruírem de melhores condições de vida, tendo em vista as novas relações democráticas que eram estabelecidas com a Administração Municipal.

Procurou, ainda, diferenciar as Associações de Moradores em dois tipos: as reivindicativas e as associativas. Afirmou, contudo, que em Uberlândia as associações comunitárias seriam do primeiro tipo, ou seja, reivindicativas. Nesse sentido, sentenciou que a efetiva consolidação dessas organizações dependeria de suas conquistas, ou seja, da atuação benevolente do poder público em atender suas demandas, uma vez que diferentemente do governo, que estaria apoiado pelo reconhecimento da população da cidade, as entidades representativas deveriam conquistar sua legitimidade perante as populações que representavam.

Essa análise negligencia as experiências das pessoas que se envolveram com as Associações de Moradores. Contudo, apresenta o discurso peemedebista em sua relação com as entidades representativas na cidade. Quando separa as organizações populares em “tipos ideais” mata a organicidade da constituição e da atuação dessas associações e desassocia de maneira automática e proposital as idéias de representatividade e legitimidade.

---

<sup>77</sup> REZENDE, Zaire. *Democracia Participativa – A experiência de Uberlândia*. Uberlândia: Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, 1984. p.1

Se entendermos que o projeto de Democracia Participativa, proposto pelo grupo zairista, foi um ato de benevolência desta administração, frente ao “sofrimento do povo”, estaremos desconsiderando o estado de tensão social que se acirrava no momento em que este grupo surgiu com a proposta de participação popular como forma de superação da ordem e que, com sua vitória eleitoral, (re)conquistou o compartilhamento social em um “novo” projeto governamental, fazendo de muitos, “antes” insatisfeitos, *funcionários* de um “novo” projeto político,<sup>78</sup> que significou a continuidade e a legitimidade da expropriação e da exploração de classe.

Desconsiderar que foram as manifestações de insatisfação de diversos sujeitos sociais, que na reivindicação de suas necessidades mais prementes, fizeram (tanto quanto foram feitas pela fração oposicionista das elites) do projeto de Democracia Participativa uma expectativa de mudanças em suas condições de vida, onde este projeto serviu aos interesses de frações dos grupos dominantes como resposta à emersão de conflitos que se generalizavam e que, portanto, perturbavam a ordem das negociatas dos que tinham o que (e como) produzir e vender, é reproduzir um discurso ideológico de opressão.

Discurso que se apresenta na idéia de que essas manifestações, por reivindicações sociais, não eram organizadas, mas realizadas de forma atabalhoada e sem nenhum propósito de maior importância. Acreditar que as pessoas envolvidas nas práticas de contestação das condições em que viviam eram inconscientes da realidade que enfrentavam, beira a raia do autoritarismo e vai ao encontro do anulamento dos sujeitos sociais. Na disputa desigual e excludente no social, viver e conduzir, com o repertório de interesses que possuímos, nossos próprios destinos em sociedade, é resultado de um processo de luta, do qual a consciência não é algo ausente ou exterior às nossas práticas sociais.

Quando a Administração Municipal afirma a necessidade das populações se organizarem em associações e, posteriormente, que estas associações se mostrassem

---

<sup>78</sup> A idéia de *funcionários* do Estado, empregada neste trabalho, é inspirada nos escritos de Gramsci. O autor, ao ampliar a noção de Estado para além do corpo burocrático, percebe a ação estatal no interior das relações sociais e entende que o Estado é a própria expressão dessas relações. Nesse sentido, aponta-nos a perspectiva de enxergarmos as relações sociais num processo de constituição cultural, a onde por cultura entendamos as diversas (e desiguais) práticas sociais, tanto em seus momentos de conflito como de acomodação. Gramsci, afirmou que: *todo elemento social hegemônico é ‘Estado’, representa o Estado na medida em que adere a seu programa; de outro modo, confunde-se o Estado com a burocracia estatal. Todo cidadão é ‘funcionário’ se é ativo na vida social conforme a direção traçada pelo Estado-Governo, e tanto mais é ‘funcionário’ quanto mais adere ao programa estatal e o elabora inteligentemente.* GRAMSCI, Antônio. *Cadernos Cárcere – Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.200

“competentes” na conquista das demandas levantadas pelos moradores que representavam para que pudessem se legitimar, não estaria ela querendo “lembrar” que do bom relacionamento com o governo dependeria a afirmação de uma determinada Associação? A afirmação destas Associações, perante as populações que representavam, estava estreitamente relacionada às conquistas que pudessem conseguir com a política de participação. Se assim fosse, como acredito que tenha sido, esta situação implicaria em afirmar que, antes da construção de um estado de confiança por parte de seus associados, os dirigentes das organizações de bairro deveriam mostrar-se afinados com os interesses defendidos pelo poder público, sendo assim premiados por suas participações tuteladas.

A *administração da Democracia Participativa*, que se apresentou como popular, reclamou a participação da população em sua gestão, de forma mais persistente das populações expropriadas da cidade, como sendo esta conduta a consagração da participação democrática dos “antes” excluídos, que passariam a ser (supostamente) privilegiados durante este governo.

Por esta orientação política o governo acolheu a experiência das Associações de Moradores (AMs), estas já existentes em alguns bairros, e a estendeu como a forma que as populações teriam de se relacionar com os órgãos públicos da administração. Zaire Rezende montou uma estrutura inter-relacional que reconhecia as reivindicações de muitas das populações da cidade somente quando intermediadas pelas Associações.

Nízia Maria Alvarenga, ao estudar o processo de constituição e de atuação dessas associações em suas relações com o poder público, procurando perceber se estas Associações estabeleciam a construção de sociabilidades alternativas frente a hegemonia social estabelecida, observou que *a partir de 1978, a população periférica começa a se organizar em AMs, por estímulos externos aos bairros: em alguns conjuntos habitacionais surgiu por exigência do órgão financiador; outras foram por desdobramento das organizações de base da Igreja, e finalmente, por interesses dos partidos políticos interessados em organizar suas bases eleitorais (...) Tanto o PT, como o PDS e o PDT, atuaram na organização de algumas AMs, porém só o PMDB agiu organizadamente em torno de uma estratégia eleitoral.*<sup>79</sup>

---

<sup>79</sup> ALVARENGA, Nízia Maria. *As Associações de Moradores em Uberlândia: um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Mestrado em Sociologia, 1988 (Dissertação, Mestrado). p.82

Estas informações são importantes para pensarmos a constituição dessas associações em suas ações institucionais, todavia não revela as associações de pessoas que se reuniam, casualmente ou periodicamente, como maneira de pensarem e atuarem em suas condições sociais como forma de resistência, a qual não se caracteriza por sua institucionalidade. Mesmo assim, a autora nos revela que as associações não foram uma invenção do grupo peemedebista, mas antes, foi a apropriação, por parte dos zairistas, de uma experiência que já se manifestava em alguns espaços da cidade, por motivos os mais diversos, pois, se os grupos partidários e religiosos atuavam com intenções específicas, também os moradores da cidade as percebiam como lócus de defesa de seus interesses e expectativas, o que sugere um estado de tensão em um relacionamento atravessado por múltiplos interesses e, portanto, carregado de conflitos.

A autora, sobre as Associações de Moradores, revela, ainda, que *até as eleições de 1982 haviam sido formadas 11 AMs. Após a posse do prefeito eleito, estas já somavam 32 devido ao incentivo e orientação que sua administração vem dispensando no sentido de organização dos vizinhos em AMs, como condição para obtenção das inúmeras reivindicações individuais e particularizadas que chegam as diversas secretarias.*<sup>80</sup>

Essa política de organização das populações empobrecidas da cidade em instituições representativas revela o modelo de participação permitida pelo poder público. Foram, ainda, eventualmente realizadas reuniões nos bairros com a presença do Prefeito e seus assessores administrativos, além do acesso facilitado destas associações, na pessoa de seus representantes, aos aparelhos do Estado no município, os quais muitas vezes passaram a contar, em seus quadros, com representantes destas associações.

Essa orientação traz em sua sustentação política os projetos de descentralização administrativa e desburocratização do aparelho de Estado. Forja-se, então, a perspectiva de que tanto o acesso ao poder público tornou-se mais fácil, quanto as decisões de governo passaram a ser compartilhadas, uma vez que eram realizadas discussões periódicas com *toda a sociedade*, sendo que, ainda, alguns representantes destas associações compunham a *equipe de governo*.

Alvarenga, tendo como foco as potencialidades da participação nas alterações dos valores sócio-culturais que pudessem reavaliar práticas sociais, individuais e coletivas, na vivência das diversas pessoas envolvidas nas atuações das Associações de

---

<sup>80</sup> Idem. p.83

Moradores, posicionou-se contrária ao discurso construído pelo grupo peemedebista, quando argumentou que: *à diferença do populismo em que o mediador é de outra classe social, então verifica-se um fato novo, era o vizinho do lado quem fazia a ligação com as autoridades e deixava de ser visto e tratado como um igual. Aos poucos foi tornando-se um representante da Prefeitura que morava no bairro. Antes o morador se dirigia diretamente à prefeitura com um abaixo assinado ou procurava um vereador. Naquele momento ele ia à AM, mas esta era uma coisa exterior a ele, não era uma entidade da qual ele fazia parte. As declarações do tipo “as AM somos todos nós, o que faz as AM são os moradores”, de fato não passava de afirmações discursivas sem nenhum significado efetivo.*<sup>81</sup>

Alvarenga, continuando sua argumentação, afirmou: *os moradores são mobilizados pelas necessidades prementes de melhoria dos serviços urbanos de consumo coletivo e convocados a participarem de assembléias que deliberam sobre as prioridades das reivindicações. Ato seguinte são desmobilizados e um pequeno grupo da diretoria se encarrega de levar a diante, junto aos órgãos competentes, as reivindicações. Nessas lides estes representantes vão adquirindo uma experiência e um conhecimento que começa a distingui-los dos demais moradores. São os únicos que sabem como fazer, a quem procurar e são também reforçados neste papel pelas autoridades constituídas que os legitima, na prática, como representantes da “comunidade”, com quem sempre são tratados os assuntos de interesse do bairro.*<sup>82</sup>

---

<sup>81</sup> ALVARENGA, Nízia Maria. Movimento popular, democracia participativa e poder político local: Uberlândia 1983/88. In: *História & Perspectivas*. Uberlândia: EDUFU, nº4, Jan./Jun., 1991. (103-129)

<sup>82</sup> Idem. Alvarenga, sobre este posicionamento generalizante, apresentou uma experiência que teria se revelado diferenciada. Apresentando como se fosse uma “exceção”, argumentou que o Grupo Bom Jesus, que teria se estabelecido em oposição ao CEMEC, e que era composto de algumas Associações que viam nesta entidade limites sérios de atuação, atuou com práticas diferentes das estabelecidas no padrão que a autora estabeleceu no fragmento destacado. Salientou, contudo, que apesar de ser visível, *entre os participantes do Grupo, o interesse e a abertura para idéias e valores novos, para o entendimento mais elaborado das situações de opressão e injustiça vividas no cotidiano, o que não era fácil de observar era a mudança efetiva de comportamento destes indivíduos à raiz destas pequenas alterações na consciência social. As mudanças nos comportamentos cotidianos, nas situações concretas, não apresentavam a mesma visibilidade. Pelo contrário, era um caminho tortuoso, matizado de idas e vindas. Em um momento pautavam o comportamento por idéias e valores novos, eram capazes de ver claramente, analisar a situação e responder inovadoramente; em outro voltavam a atitudes passivas, de perplexidade frente às dificuldades e até mesmo de conservadorismo.* Ver: ALVARENGA, Nízia Maria. *As Associações de Moradores em Uberlândia: um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Mestrado em Sociologia, 1988 (Dissertação, Mestrado).

Acredito que tenha sido difícil para Alvarenga lidar com o que queria ver transformado, conforme um padrão de transformação que já tinha estabelecido, e o que efetivamente mudava e permanecia nas relações que eram estabelecidas entre os moradores, em suas relações no interior das Associações, e entre estes e o poder público. Todavia, entendo que as relações sociais são desiguais, ambíguas e contraditórias, por serem estas relações construídas por sujeitos que se fizeram, e que se fazem, neste estado social.

A autora, com esta argumentação, sugere a diferenciação entre os diretores das Associações e os moradores da cidade que seriam por eles representados, em seus respectivos locais de moradia, frente à Administração Municipal. Entende que esta divisão foi pensada pelo poder público e acatada, nas diversas experiências, pelos moradores da cidade que se organizaram nas Associações de Moradores, recriando, assim, o padrão representativo da democracia liberal, este expresso na relação entre representados e representantes, não oferecendo, portanto, nada de muito novo às práticas sociais destes grupos.

Esta condição, segundo Alvarenga, teria produzido uma nova forma da já conhecida relação populista, esta mantida entre as populações empobrecidas e o poder público na representação e na garantia dos interesses dos grupos dirigentes, frente à opressão e a exploração dos expropriados. Esta posição da autora, que foi construída em oposição à administração peemedebista, no momento em que eram rearranjadas as relações de domínio de classe na cidade, considerou como incipientes, não-inovadoras e limitadas as experiências dos sujeitos que se envolveram com as Associações de Moradores, tendo em vista a não-alteração, de maneira mais significativa, das condições de vida de grande parte da população.

Entendo que Alvarenga foi dura o suficiente com a administração zairista, contudo acredito que foi também dura com muitas das pessoas que se envolveram com o projeto de participação popular, intermediado institucionalmente pelas Associações de Moradores. Penso que as experiências das pessoas podem se revelar diferentes do que sugerem os resultados que conseguiram com suas participações. Atentar para estas experiências, com a pertinência que elas merecem, podem sugerir novas interpretações, talvez mais compreensivas frente as atuações de resistências destes diversos sujeitos sociais, ao mesmo tempo em que podem revelar a capacidade de exploração dos grupos dominantes, inclusive em momentos de crise da ordem social de dominação.<sup>83</sup>

---

Acredito que as transformações sociais não se operam, tão somente, pela necessidade atribuída nos significados de quem a quer ver transformada. Esperar que estes significados sejam a fagulha para os “ignorantes” de sua própria realidade é atribuir importância de mais a “racionalidade científica” e valorizar de menos as experiências dos sujeitos que elaboram suas consciências conforme vivem esta sociedade desigual e opressiva. Sendo que muitas vezes estes sujeitos são limitados, e se limitam, na atuação de seus interesses, a se posicionarem entre diversas expectativas, tendo expropriado, assim, inclusive a possibilidade de imprimir suas diversas expectativas em suas vidas, sendo que acabam hierarquizando-as e fazendo “o possível”, dentro da ordem estabelecida. O que não significa não terem consciência do estado de opressão em que vivem, pelo contrário, atuam justamente conforme as condições de opressão que reconhecem, conforme os valores que possuem.

<sup>83</sup> A categoria *experiência* é pensada neste trabalho a partir do sugerido por Thompson, em sua discussão com Althusser. Thompson argumentava que a prática teórica, como expressão encarnada da teoria, tem

Marilda Machado, ao responder sobre sua atuação na Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças, contou-nos que:

*... quando a gente começou essa discussão sobre as associações, a maioria delas, a gente pode tá falando isso ... daí pra frente ... aquelas pessoas que pareciam que tinham um ideal, um idealismo, isso foi por terra. Porque elas começaram a administrar por causa própria. O bem comum não era o bem maior e sim aquilo que satisfazia a mim mesma. Como, por exemplo, arrumar um emprego na prefeitura ... ou candidatar a vereador.*

Marilda, com essa fala, nos faz pensar que o processo de constituição das Associações de Moradores atuou não apenas na criação de expectativas em torno da participação das pessoas na conquista de serviços coletivos que entendiam ser necessários, como na criação ou recuperação de aparelhos públicos nos diversos espaços da cidade. Mas que, também, esse processo atuou na criação de expectativas, frente a participação dos diretores das Associações, em favor de projetos individualistas, tais como conseguir um emprego na Prefeitura, ser candidato a vereador, ou mesmo atuar como assessor de vereador, situações que, por serem remuneradas, poderiam significar, por vezes, a conquista de um emprego como qualquer outro.

Marilda identificou que, ao alimentar esta segunda expectativa, várias pessoas, que pareciam inicialmente interessadas no favorecimento do seu grupo, colocaram em segundo plano este ideal e comprometeram-se com interesses estranhos aos dos moradores de seu bairro, os quais representavam perante a Administração Municipal.

Apesar da frustração, expressa na narrativa de Marilda Machado, ela se tornou presidente da Associação de Moradores do seu bairro e, fazendo uso da *Tribuna Livre*<sup>84</sup>, na Câmara Municipal, disse aos vereadores:

---

sido uma praga instalada na mente, onde esta praga tem obstruído os sentidos empíricos no entendimento das relações sociais. Ao discutir com certa perspectiva de interpretação marxista da história, Thompson argumentava que o termo experiência era algo ausente na análise da vida social, e que este termo deveria ser incorporado às interpretações das ciências humanas, onde *os homens e mulheres retornassem como sujeitos dentro deste termo, não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentavam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, sendo que em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura.* O autor inglês não sugeria mais um conceito a ser aplicado na interpretação das relações sociais, sugeria, antes, um procedimento de investigação da história. Acreditava que a idéia de experiência que apresentava fosse a síntese, que continuamente se processa, entre hipóteses teóricas e pesquisa, esta orientada pela vida dos sujeitos históricos, pensados à luz de fontes que possibilitassem revelar suas práticas e expectativas, ao mesmo tempo em que estas sugeririam novas hipóteses de interpretação. Ver: *A miséria da teoria: ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

<sup>84</sup> A *Tribuna Livre* foi um espaço criado na Câmara Municipal para que os representantes das entidades da sociedade civil se comunicassem/envolvessem com o Poder Legislativo. De autoria do vereador Adriano Bailone Junior, então líder do governo pedessista de Virgílio Galassi (!), foi criada no final de 1982 (já eleito o prefeito Zaire Rezende). Esta criação foi uma resposta do grupo de Bailone ao seu linchamento, por parte dos peemedebistas, como partido autoritário. Foi deliberadamente uma medida que

*Depois de muito ponderar sobre a utilidade de nossa vinda até esta tribuna, tendo considerado inclusive o aspecto provavelmente teatral da ocasião (...) e talvez seja nessa altura uma atitude quixotesca, portamo-nos como uma alavanca, tentando ocupar um espaço maior, ou melhor, menos asfíxiante, nesta estrutura política atual montada, que alguns chamam de nova república e que nesse município fantasiaram-na de Democracia Participativa (...)*

*Recentemente, na imprensa local, questionou-se a participação das Associações dos Moradores na administração do município. Estamos conscientes que inicialmente nossos administradores implantaram aqui esta idéia com o único intuito de controlar cada vez mais as populações periféricas e mais carentes da nossa cidade. É bom deixar claro, é novamente o poder faminto de mais poder.*

*Sabemos também que existem mecanismos eficazes de controle sobre as Associações. Sabe-se que existem verbas que podem ser repassadas para umas e negadas para outras associações. Esqueceram-se, porém, de valorizar os ideais, os valores morais, o sentimento cívico, e o empenho ferrenho de determinados grupos, que querem realmente mudanças urgentes e que são radicalmente contra esse aleitamento nocivo nas grandes tetas municipais. E é aí que nós nos colocamos (...)*

*Deixamos de ter medo, queremos ter firmes em nossas mãos as rédias dos nossos destinos e daremos a elas a direção dos interesses genuínos da nossa população.*

*As associações foram criadas, algumas foram manipuladas, mas é chegada a hora de respeitá-las, pois não deixaremos que o autoritarismo venha nos jogar na condição de miséria absoluta, ocasião em que poderemos perder até a capacidade de reivindicar, e nós temos a nítida sensação de que alguns de nossos atuais administradores, ou são conscientemente e voluntariamente falsos democratas, ou estão entorpecidos pelos vinte anos de 'Regime Autoritário', não sabendo que existe outras formas de (o) ser.<sup>85</sup>*

Neste discurso, Marilda retira, da vivência dos três primeiros anos da Administração Zaire Rezende, a experiência pela qual se orienta para afirmar o caráter falacioso da atuação do governo municipal no favorecimento das populações empobrecidas. Afirma ter consciência da intenção do governo em procurar incorporar as contestações populares à “nova” ordem estabelecida, e denuncia mecanismos corruptores da política de Democracia Participativa na relação entre o governo municipal e as Associações de Moradores.

Todavia, revelando ter se apropriado deste projeto político, diz que é chegada a hora das Associações tomarem para si a efetiva responsabilidade da defesa dos interesses de seus associados. Justifica esta necessidade a partir da incorporação do

---

procurava dificultar a administração Zaire Rezende na medida em que acreditando no populismo dos peemedebistas, pensava em colocar em dificuldades o próximo governo ao promover um canal de participação popular no legislativo; essa medida só não foi derrubada pelos peemedebistas, inicialmente, porque não tinham, quando da votação da lei, número de votos suficientes na Câmara e depois por contrariar frontalmente as premissas participativas de seu discurso democrático, pois a medida já vigorava e seu impedimento poderia ser interpretado como um ato explícito de autoritarismo.

<sup>85</sup> BARROS, Marilda Machado. Tribuna Livre. In: *Atas da Câmara Municipal/Segunda Sessão da Primeira Reunião Ordinária de 1986*. Uberlândia, 18/02/1986.



discurso democrático como provedor da justiça social. E reivindica, a partir disto, uma *verdadeira democracia*, afirmando *ser falsa* a praticada pelo grupo zairista, disputando, portanto, sentidos de um projeto de democracia.

Marilda Machado não viveu fora das relações sociais de seu tempo histórico. A maior conquista da fração elitista, representada pelo governo Zaire Rezende, foi justamente a significação do caráter universal e dogmático da (suposta) capacidade do regime político de democracia, no paradigma liberal estabelecido, independentemente da ordem econômica e social a que serve, em prover um estado social *cada vez mais justo* e, portanto, um princípio inalienável no enfrentamento e resolução dos conflitos sociais.

É por isso (também) que a presidente da Associação dos Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças, mesmo afirmando saber das “distorções do governo democrático”, vivido na cidade de Uberlândia, reage aos padrões desta dominação de classe atuando no interior das *regras democráticas do jogo político*, e recorre ao seu instrumento e símbolo mais significativo, a Câmara Legislativa, para denunciar o *autoritarismo* e a ingerência promovida pelo poder público nas ações das Associações de Moradores, atribuindo, mesmo que se revelando contrariada, legitimidade aos aparelhos institucionais do sistema político estabelecido, em sua luta pela *verdadeira democracia*.

Marilda aceitou, quando se apropriou do discurso peemedebista, a tese de que os problemas sociais se resolveriam com a alteração na forma da condução política, que de autoritárias passariam a democráticas, mesmo que se sustentassem as condições em que vinham produzindo e reproduzindo as injustiças sociais, tais como a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e a divisão social do trabalho daí decorrente. Condições que efetivamente atuam nos modos de vida (e luta) dos expropriados, pois entendo que as desigualdades se expressam não apenas no espaço da produção, mas entre outros espaços, também nas dificuldades que os trabalhadores empobrecidos encontram em seus locais de moradia.

A negociação dos conflitos entre os diversos interesses presentes no social foi ideologicamente apresentada como algo que resolveria e conduziria, de maneira compensatória, a disparidade entre as forças sociais, manifestada nas tensões vividas em torno dos sentimentos de pertencer e se incluir na cidade.

Ora, se o estado de contestação presente na atuação política das Associações de Moradores, o qual é a própria expressão do arranjo injusto das relações sociais vividas

pelos trabalhadores, se estabelece justamente pela condição de desigualdade e opressão social, como e por que esperar que essa “forma de disputa democrática”, que é hegemonizada pela manifestação dominante do desejo de continuidade da ordem social, atue na produção de uma condição social justa e igualitária?

José Veredeano, ao também ser indagado sobre sua participação na Associação de Moradores, contou que:

*... comecei a participar aqui no ... em 1983 (...) A gente fundando as Associações, que foram várias associações fundada tudo dentro dum ... período pequeno, né? (...)*

*Ai, me chamaram pra participar, eu fui ... achei muito estranho, mas já tinha um trabalho feito através da Igreja, quer dizer, minha consciência política, meu trabalho político, na verdade, ele começou através da bíblia ... dos cursos bíblicos. Chegando aqui eu fiz um curso bíblico de dois anos com um grupo da ... que eles chamavam as ... Comissões Eclesiais de Base, né? E nesse curso a gente começou a participar, ou seja, despertou ... foi aonde eu fui participar da Associação.*

*O primeiro momento meu de Associação de Moradores foi conselheiro, eu não sabia muito o sentido, mas a gente aprendeu e começou a lutar pelas coisa do bairro.*

A narrativa de seu José auxilia a perceber que, apesar dos esforços peemedebistas em procurar associar a participação nas Associações de Moradores a uma decisão política do Poder Público Municipal, esse discurso não corresponde às experiências reveladas por vários moradores, que assim como seu José Veredeano, já atuavam, de alguma maneira, pela significação das lutas por melhorias de suas condições de vida.

O senhor José, ao contrário da formulação do grupo zairista, revelou que teve sua participação política despertada pelas reuniões religiosas promovidas pela paróquia que freqüentava. Esta argumentação conflita, inclusive, a versão apresentada por Marilda Machado, que atribuiu a formação da Associação de Moradores do bairro à proletarianização das pessoas que trabalhavam nas empresas do Distrito Industrial.

Para José Veredeano, freqüentar os encontros promovidos pela Comissão Eclesial de Base, da Igreja Católica, possibilitou o entendimento da necessidade de participar coletivamente. E revelou, ainda, que estranhou a forma proposta para a atuação política da entidade representativa dos moradores do bairro; o que sugere que atuava de maneira diferente do que preconizava o novo projeto de envolvimento político, e que, portanto, teve de se adequar à nova forma de participação proposta pelo grupo zairista.

Contudo, José Veredeano falou, também, que seu envolvimento com as ações da Associação de Moradores deveu-se ao fato de que:

*O Zaire ele tinha uma proposta de ouvir, de falar, e eles vinham fazer reunião. O Zaire vinha (enfático) ... num tinha aquele problema de tá fazendo ofício ... Dr. Zaire tem uma reunião tal dia lá na Associação, cê vai lá (se expressa com o tom de quem decide). Ele vinha. Vinha ele, vinha o secretário, vinha o fulano de tal ... Mas de vez em quando nós entrava em choque, porque ele autorizava uma coisa, mas o secretário não cumpria (...)*  
*Por ele ser uma pessoa democrática, é uma pessoa que eu admiro, que eu respeito ... mas como administrador ... os assessor não cumpri o que ... a gente discute com ele e define com ele.*

José Veredeano percebe no envolvimento do Prefeito com os diretores da Associação de Moradores um “ato democrático”, uma nova prática política. Reconhece na facilidade de ter a presença do prefeito nas reuniões que faziam no bairro uma mudança significativa na relação que mantinham com o Poder Público Municipal. Todavia, mesmo mostrando-se simpático à pessoa de Zaire Rezende, devido sua atenção dispensada aos convites que lhe eram feitos para participar das discussões dos problemas que enfrentavam, revela-se descrente com as conquistas produzidas por essas reuniões. Conta que o que era decidido com o Prefeito não era cumprido por seus assessores executivos, e acredita que o não atendimento das reivindicações que apresentavam ao governo zairista foi provocado pelo desrespeito com que os secretários tratavam as decisões do Prefeito.

Joaquina Aparecida, que não participou das diretorias da Associação de Moradores, quando questionada sobre a Associação, contou que não se envolveu nesse processo:

*Eu ia [nas reuniões], mas eu só ficava quietinha no meu canto (risos), eu só entupia lugar lá (gargalhada). Mas deixava o pau cair a folha, deixavaês brigá: e eles chamavam a televisão, chamava não sei mais quem ... tanta gente que eles chamavam da prefeitura, e o povo vinha. A Marilda falava, arrumava mais gente e falava. Tinha o seu Sérgio, que era o morador mais velho aqui, ele era muito respeitado aqui ... ele saía para olhar o que tava acontecendo no bairro, porque ele era aposentado ... ele andava esse bairro inteirinho deapé, voltava e falava pra Marilda ... tá acontecendo isso, isso e isso. A Marilda, mas não é possível (risos), ele falava pra ela, vamo lá pro cê vê. Chegava lá, aquilo que ele tava referindo, queês tava brigando, asvez era uma casa ... que tava ... muito em dificuldade ... precisava de uma energia, asvez a energia tava pertinho deles lá e o povo não ligava esse trem pra essa pessoa. E ficava enrolando por falta de sei lá, não sei se aquelas pessoa era muito parada, ou se era falta de alguém ir lá briga por eles mesmo, sabe? Sempre a Marilda tava*

*na frente mais o seu Sérgio. Ia lá brigava nessa prefeitura, brigava com quem fosse preciso ... e conseguia ... muita coisa aconteceu assim, sabe?*<sup>86</sup>

A pergunta, que finaliza a narrativa de dona Joaquina, parece querer fazer emergir uma história coberta pelo peso da memória construída pelo discurso do vencedor, a qual procura apagar as lutas, os conflitos e as tensões sociais, escrevendo no lugar uma epopéia de feitos grandiosos e nobres, realizados por personagens únicos e de importância inquestionável. Sua história, apesar de pertencer aos escombros do passado, é a mesma dos que a subjugaram. Joaquina, assim como os “socorridos” por Marilda Machado e o senhor Sérgio, expressaram os que não se entusiasmaram, pelo menos não a ponto de se envolverem, com a proposta de participação popular. Posicionou-se, assim, pela indiferença a esse projeto:

*Há sempre alguém que tá brigando por alguém (...) Eu tenho um sistema assim, eu sou mais eu aqui, se precisar de ir lá eu vou; eu vou e vou brigar, vou falar o quê que eu penso e o quê que eu acho, mas enquanto não for preciso eu deixo a Marilda ir no meu lugar (risos).*

Dona Joaquina nos indica que ao falarmos de “movimento popular”, ou “movimento social”, para nos referirmos às manifestações ocorridas nesse momento histórico, devemos ter a preocupação em ressaltar que não se trata do envolvimento, pela atuação efetiva da participação, da totalidade da população da cidade de Uberlândia, e nem ao menos dos que habitavam o Bairro Nossa Senhora das Graças, pois a experiência social é vivida de maneiras diversas e produzem entendimentos, que apesar de mediados pela vida social, são estabelecidos individualmente, e como tal compõem a diversidade das consciências vividas socialmente.

Mesmo não atuando na Associação de Moradores, nem se envolvendo de maneira mais direta nas questões levantadas pela entidade representativa, dona Joaquina Aparecida relata que

*a Marilda é uma pessoa sensacional (...) ela não podia ver um vermelho na folhinha que ela falava, ‘gente ... amanhã a gente não vai trabalhar, então nós vai por um som aqui de fora e nós vai reunir.’ Ela saía, te juro por Deus, de porta em porta chamando pra ir lá pra porta da casa dela. Mas é porque ela, na verdade, queria conversar com todo mundo (risos) pra saber o quê que tava acontecendo, cê tá entendendo? (...)*  
*Eles arrumava aqueles cavalete ... e fazia palco na rua ... fazia os palco e fazia casamento de mentirinha, só pra chamar os vizin ... Eles arrumava, ela corria atrás de vestido de noiva velho, vestia lá a menina, arrumava o noivo e juntava aquele mundo de gente, porque só saía o que não prestava (...)*

---

<sup>86</sup> Entrevista concedida ao autor por Joaquina Aparecida Moreira, em abril de 2005. A entrevista foi realizada em sua residência. Joaquina têm quarenta e três anos e mudou-se de União de Minas para Uberlândia quando tinha seis anos. A entrevistada é costureira e tem um filho.

*O povo ia, e ela rebentava pipoca, e ela fazia o que podia, mas que ela arrancava de cada um da sua necessidade, ou do seu progresso, ela arrancava. E aquilo servia pra ela de briga ... tá contrariado, não tá bom não, então espera aí que eu vou lá te ajudar (risos).*

Joaquina construiu, em sua memória, a história da atuação da Associação de Moradores a partir das estratégias desenvolvidas por suas diretorias para que as pessoas se envolvessem em suas ações. Contudo, não se envolveu conforme as expectativas pensadas por seus diretores, no caso ela se lembrou de Marilda Machado. Porém, revela-se saudosa das ações promovidas pela Associação que procurava envolver os moradores do bairro em sua atuação. A moradora da cidade de Uberlândia ressaltou a entidade representativa como proporcionadora de interação social e promotora de espaços de sociabilidade. Quanto a relação da Associação com o Poder Público Municipal, observa:

*Muitas vezes eles chamavam o Zaire, e ele veio, mas eu não sei, não me lembro mais ... eu não sei se era pra creche ali (pausa), ou se era pra esse posto de saúde ... esse posto de saúde tava que nem a Arca de Noé (risos), esse trem não saía de jeito nenhum, só tinha promessa (risos) ...<sup>87</sup> Sempre ele vinha [Zaire] ... chamava ele vinha, uns falava ... há mais chamou o Zaire, há não, ele não vem não: era pouco tempo ... mas que ele aparecia ele aparecia. Mas, eu não ia lá participar da conversa deles não ... Era aqueles mais que tomava frente que ia lá conversar e explicar – ia ver o quê que ele podia fazer – e aí dele se falasse que não tinha jeito não, porque eles tava tudo na cola dele (risos). Eu ficava só de fora.*

Quando Joaquina diz que *não ia lá participar da conversa deles*, fala da relação da Associação com os moradores que não participavam da diretoria da entidade, e conta, ao mesmo tempo, como via o relacionamento mantido entre a Associação e o poder público municipal. A moradora revela não se sentir pertencente à Associação e se mostra um tanto cética a respeito do atendimento benevolente dos benefícios

---

<sup>87</sup> O Jornal Primeira Hora, ao cobrir o evento de inauguração do Posto de Saúde/Centro de Saúde do Bairro Nossa Senhora das Graças, pareceu ignorar a aflição da moradora a respeito da protelação da construção do posto de atendimento médico no seu bairro, e apresentou o discurso do vereador Silas Guimarães, da bancada de sustentação do governo Zaire Rezende na Câmara Municipal, da seguinte maneira: *Falando em nome dos vereadores o vice-líder do PMDB (...) lembrou que 'para quem tem ônibus na porta, para quem têm médico particular, para quem não precisa de um posto de saúde, o prefeito Zaire Rezende tem feito pouco. Mas para quem vive na periferia, para quem têm de atravessar a cidade e enfrentar uma fila no hospital da Medicina, o prefeito tem feito muito (...)* O PMDB veio para corrigir as injustiças sociais. Esse povo que não tem acesso a médico particular está sentindo a mudança. Esse é o primeiro benefício que trazemos para esse bairro, mas temos mais quatro anos e meio para fazer muito mais. Esperamos viver a grande mudança em Uberlândia', concluiu o vereador.

E em total falta de sintonia com a moradora, o Jornal Primeira Hora apresentou também, o discurso do presidente da Associação de Moradores do Bairro: *O presidente da Associação de Moradores, Clarison Francisco Belisário, falou (...) que 'das nossas reivindicações', disse ele, '70% têm sido atendidas pelo prefeito. E isso representa muito para nós.'* Para Belisário, *'a democracia participativa pregada pelo prefeito está sendo cumprida. Quem quer participar, participa'*. Inaugurado novo Centro de saúde. In: *Jornal Primeira Hora*. Uberlândia, p.5, 17/07/1984.

reivindicados pelos diretores da Associação à Prefeitura, na pessoa do prefeito Zaire Rezende.

Todavia, mostra-se contemplada com a atuação da entidade representativa, que ao atuar pressionando a administração zairista, no sentido de buscar as conquistas pretendidas por aquela população, sugeria, ao mesmo tempo, a desconfiança que nutria com relação ao comprometimento daquele governo no atendimento dos interesses compartilhados pelo grupo ao qual estava ligada.

Essa “pressão” mencionada por Joaquina, uma pressão que era exercida não só pela Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças, mas pela atuação de Associações de outros bairros que compunham a cidade, inclusive com disputas entre elas mesmas pelas poucas obras ofertadas pelo poder público, operacionou um outro “princípio” de governo da administração Zaire Rezende, o de que *precisamos observar (...) que o custo das grandes obras é pago pelos brasileiros mais desafortunados: os que precisam do governo do município para educar seus filhos, para garantir-lhe saúde, a moradia, o lazer e a cultura.*<sup>88</sup>

Este enunciado, que orientou o posicionamento dos peemedebistas frente aos governistas que procuravam expressar o desenvolvimento econômico na exibição de *grandes obras*, as quais eram apresentadas à população da cidade como o próprio *progresso social*, empenhando verdadeiras fortunas em praças exuberantes na região central da cidade, em avenidas portentosas, em viadutos que se espalhavam pelas áreas nobres e mesmo no tão questionado, pelo grupo peemedebista, Estádio Municipal, com capacidade para 75 mil pessoas, revelava a orientação por *gastos pequenos mas úteis* por parte do governo zairista.

Essa nova conduta administrativa vetava gastos vultosos, prejudicando investimentos em obras que não necessariamente seriam “chafariz” (como por exemplo, hospitais bem equipados, escolas e creches com instalações adequadas, etc). Contudo, possibilitava a pulverização de recursos no atendimento de obras, ou ações, mais modestas, mas quase sempre relevantes: como a limpeza de terrenos baldios, uma maior regularidade na coleta do lixo urbano, a pavimentação de algumas vias públicas nos bairros sem calçamento, criação de vagas escolares por meio da construção de algumas salas anexas, novas creches que funcionavam em prédios com instalações precárias, etc.

---

<sup>88</sup> REZENDE, Zaire. *Proposta para Ação do Governo Municipal*. Uberlândia, 1982. p.26

Essa medida mostrava-se eficiente na criação de expectativas por conquistas de eventuais obras ou serviços ofertados pelo poder público, legitimando, assim, seu discurso de atuação nas necessidades mais prementes das populações expropriadas. Essas conquistas, por sua vez, advinham do enfrentamento entre as próprias Associações, onde suas vitórias expressavam (supostamente) “competência” e “responsabilidade” social para com as populações que representavam. Esta forma de disputa favorecia o assistencialismo por parte do governo municipal, onde este tinha sua razão de ser na conquista de algumas obras e serviços públicos, além das diversas vantagens pessoais que poderiam ser alcançadas pelos diretores das Associações que se utilizavam da relação assistencialista.

Todavia, essa conduta político-administrativa já se encontrava enunciada quando, ainda na campanha eleitoral, Zaire Rezende anunciou, em seu programa de governo:

*É importante ressaltar (...) a impossibilidade de se apresentar, em muitos casos, soluções definitivas e abrangentes, pois que os limites da autonomia municipal e de seus recursos inviabilizam pretensões mais idealistas. O importante é nos fixarmos no fato de que certos valores, permeados por um humanismo sadio, devem ser preservados, sob pena de nos vermos numa sociedade cada vez mais rigidamente estratificada e irremediavelmente dividida.<sup>89</sup>*

Esta formulação apresentou, de antemão, as possíveis (certas!) não realizações do poder público no enfrentamento de um estado social de exclusão, apontando como limite, à atuação do governo municipal, as *atribuições* e a *autonomia restrita* de sua intervenção política. Ainda, na contra face do discurso, impingia-se a (também falaciosa) necessidade de seu partido em assumir as outras esferas de governo – Estadual e Federal, tanto Executivo quanto Legislativo – para que se atingisse a condição de uma atuação mais efetiva no enfrentamento da ordem social em questionamento.

Tal postura, sustentada na predominância do interesse de classe, encontrava-se (re)elaborada na seguinte plataforma política:

*Nossa proposta (...) é no sentido de promover o desenvolvimento harmônico, destacando as funções sociais da ação do Executivo Municipal e criando condições para que Uberlândia seja modelo, para o Brasil, de cidade grande, desenvolvida e humanizada. Enfim, uma cidade para o ser humano.<sup>90</sup>*

---

<sup>89</sup> Idem. p.2

<sup>90</sup> Idem.

Este discurso foi a tônica da proposta de campanha do grupo zairista, que ao reconhecer o momento de crise social vivida no município, associada às condições experimentadas pela atuação das elites no resto do país e expressas no acirramento crescente da tensão social, cada vez mais presente pelo descontentamento da população empobrecida, viu na necessidade de sustentação do domínio de classe a possibilidade de ascensão, enquanto fração dessa classe, à posição de direção social no município, assumindo o poder de Estado na cidade.

O grupo, portanto, propôs, enquanto alternativa às condições de aprofundamento das desigualdades sociais vividas, e as consequências destas, o desenvolvimento (!), porém, harmônico (!), onde o poder executivo agiria em suas *funções sociais*, possibilitando um desenvolvimento centrado no *ser humano* (!), intensificando, assim, as ações promovidas pelas funções assistenciais do Estado no município.

Essa proposição “confusa” é historicamente relevante. Ela reconhece o desenvolvimento crescente do acúmulo de riqueza nas mãos de alguns e concomitantemente a crescente precarização das condições de vida de muitos, sendo que ao mesmo tempo, como “solução” para esse “problema”, se compromete a cultivá-lo, e consegue, com isso, o apóio popular dos “excluídos do desenvolvimento”, afirmando inseri-los, num segundo momento, no circuito do progresso. Ou seja, visualiza e apresenta o crescimento econômico concentrado como algo descolado da exploração, como se um não fosse condição do outro e como se esses não pertencessem a um mesmo estado, o das relações sociais.

Todavia, essa trama social de perpetuação da dominação de classe foi constituindo-se, e instituindo sentidos à vida das pessoas, na medida em que foi sendo vivido na transformação, ou não, dos modos de vida dos moradores empobrecidos da cidade. Sendo que a consciência dos sujeitos sociais, apreendida conforme refletiam sobre suas vivências, nos informam sobre os limites e as conquistas desse projeto político-social de conservação da ordem, pela contestação da ordem social. Esta veiculada pela proposta peemedebista de Democracia Participativa em sua ideologia reformista.



### ***Capítulo III***

#### **Vivências e consciências: democracia participativa em Uberlândia**

## Vivências e consciências: democracia participativa em Uberlândia

Marilda Machado, ao falar sobre o compartilhamento social alcançado por Zaire Rezende e seu grupo, reconhece o envolvimento do Prefeito peemedebista na identificação das necessidades e expectativas das populações empobrecidas da cidade. Para ela:

*A democracia ela abriu, ela deu um leque de informações, e as potencialidades começaram a surgir, e as pessoas começaram a se sentirem importantes. Porque o Prefeito ele era muito sacana e te conhecia pelo nome (enfática). Ele sabia onde tinha um buraco na sua rua. Como cê vinha de uma administração que o camarada nem te olhava, nem ligava pro cê, cê era muito importante.<sup>91</sup>*

A moradora do Bairro Nossa Senhora das Graças reconheceu o intenso relacionamento do poder público com as populações expropriadas e apresentou esse novo elemento como diferenciador entre a administração peemedebista e a administração anterior. Assim, novos elementos passaram a compor o reconhecimento social dos excluídos e/ou oprimidos, por parte do poder público, não apenas no momento eleitoral, mas também no decorrer da administração que se estabelecia.

Este sentimento era evidenciado no fato do Prefeito e alguns dos seus secretários freqüentarem o seu bairro, entrarem em sua casa, discutirem pessoalmente os problemas da sua rua, lhe tratar pelo nome, entre várias outras ações que atribuíam reconhecimento a ela e a população com a qual se identificava na cidade, mesmo que frente à população ela se apresentasse como representante, diferenciando-se dos demais moradores do bairro, os quais, muitas vezes, se faziam intermediar, em seus interesses e reivindicações, pelos diretores da Associação, na relação que estabeleciam com a Administração Municipal.

Marilda revela que esse intenso relacionamento proporcionou um *leque de informações*, que a democracia participativa teria *aberto* um canal de comunicação entre a Administração Municipal e a população da cidade. Isto teria feito com que *potencialidades* para participação se revelassem, e a partir deste envolvimento as pessoas começaram a se sentir importantes.

---

<sup>91</sup> Entrevista concedida ao autor por Marilda Machado Barros, em abril de 2005. A entrevista foi realizada na Casa Creche Maria de Nazaré, Organização Não Governamental presidida por ela. Marilda têm cinquenta e um anos, é natural de Uberlândia e foi presidente da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças.

O senhor José Veredeano, quando questionado sobre seu envolvimento com o governo Zaire Rezende, na discussão dos problemas vividos em seu local de moradia, ressalta a presença do Prefeito nas reuniões que faziam no bairro, como algo novo:

*O governo Zaire tinha reunião ... que a gente fazia com ele aqui nesse bairro, por exemplo, que a gente começava a reunião por volta de oito horas [vinte horas] e terminava uma hora da manhã. E ele tava presente. Isso foi uma coisa totalmente nova.*<sup>92</sup>

Esta forma de relação, que reconhecia a existência e a fala dos moradores, acenava também com o reconhecimento do Prefeito como um “amigo”, mas um amigo que “podia mais”. Este estado, em uma sociedade onde as relações sociais se estabelecem produzindo/sustentando culturalmente uma relação clientelista e patrimonialista, possibilitava a aceitação e o acesso a alguém que, apesar de diferente, apresentava-se como igual. Esta condição é relevante e diferenciadora numa sociedade que se caracteriza pelo favorecimento.

Marilda Machado, sobre esse encantamento frente às novas relações que viviam, destaca os significados dessa relação direta entre os homens do poder público e a população:

*Quando começou, em 82, a participação da gente no serviço público isso era, assim, de um glamour. Uma coisa, assim, incrível ... A gente tinha a possibilidade de ter o vereador na nossa casa, numa reunião de Associação de Moradores. Cê não sabe o que isso fazia com o nosso ego, com a nossa auto-estima? Nós estávamos sendo reconhecidos como pessoas.*

Marilda vivia e percebia as relações com o poder público serem transformadas na cidade. Receber um “agente político” em casa era para “pessoas importantes”. Contudo, no entendimento da entrevistada, esse tratamento dispensado às pessoas que historicamente *obedeciam* era uma conduta que se mostrava uma prática nova. Uma prática que atribuía importância, também, aos classicamente “sem importância” perante a atuação governamental.

Esta nova relação fazia de Marilda, e dos envolvidos nesse processo de participação, pessoas que “deixavam o mundo dos sem importância” e eram lançados, e se lançavam, apesar de continuarem sendo sujeitos explorados na cidade, ao “mundo dos com importância”. Esse sentimento de importância era, no entanto, confrontado pela não realização das expectativas que sustentavam a idéia do ser importante. Ser

---

<sup>92</sup> Entrevista concedida ao autor por José Veredeano de Oliveira, em abril de 2005. A entrevista foi realizada em sua residência. José é natural do Estado de Goiás e é ex-presidente da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças. O entrevistado tem cinquenta e três anos e é funcionário público da Universidade Federal de Uberlândia.

importante implicava ter reconhecimento, mas também influenciar, decidir; e não apenas ser ouvido ou consultado.

Para mostrar esse conflito vivido entre ser importante, mas não exercer sua condição de importância, o que era a própria expressão de uma relação desigual que se rearticulava em uma nova forma de opressão, Marilda Machado relata um episódio ocorrido:

*Teve uma vez, que tinha um Centro de Saúde. Montou-se o Centro de Saúde. Era jóia, os médicos eram os melhores que nós já vimos nessa cidade para trabalhar naquele bairro. Eles tinham com o bairro ... um vínculo muito forte ... Tinha um pediatra ... muito rico, da família Vilela Márquez, que a gente, por interesse, colocou o nome da vó dele na creche ... Os meninos comiam sentados no chão, com tampas, porque não tinha prato ... A gente ganhava sofá que os meninos punha a bunda no sofá eles caíam no chão ... Não tinha mais fundo o sofá, não tinha acento. Isso era o que nos tocava ... (com um semblante de desencanto)*  
*Ai, junto com essa família [Vilela Márquez], a gente começou a dá um ... pintou a creche. Pintou a creche de cal. Ficou um trem de louco, 'era lindo' ... os menino saia tudo branquin (risos).*  
*Mas nós estávamos felizes. Nós pintamos a creche ... Nós pintamos as paredes, pusemos uma família de patinho, pusemos palhaço no lado de fora, isso em 83/84. A gente já se preocupava com isso, achava que nossa criança tinha esse direito ...*  
*Esse pediatra ajudava muito a gente, mas ele incomodava pra danar essa administração. Então, a administração resolve dispensar esse moço, manda ele embora por justa causa ... Porque ele, na verdade ... tinha uma cabeça como a nossa, e eles achavam que ele nos liderava. Mas não era verdade ... as nossas idéias combinavam muito ...*  
*Cê acredita que nós ficamos dezessete dias na imprensa batendo boca com o governo. O governo prestando atenção na gente. Que dia que num governo do seu Virgílio ... ele vai prestar atenção numa Marilda? É nunca.*  
*E por pouco, por muito pouco, a gente não consegue ter esse pediatra de volta. Nós não conseguimos ... mas pra mim foi a maior definição de poder da comunidade.*

Marilda, ao revelar esta experiência, conflita reconhecimento e cerceamento do poder público na sua relação com os moradores do bairro, que procuravam atuar na conquista de melhorias em suas condições de vida.

O presidente da Associação de Moradores era seu marido e, enquanto “primeira dama”, era coordenadora da Creche Comunitária do bairro.<sup>93</sup> O projeto das Creches Comunitárias foi um compromisso firmado pelos zairistas quando da campanha eleitoral. Zaire Rezende comprometeu-se a criar uma rede de creches na cidade, as quais seriam administradas pelas Associações de Moradores, onde a Prefeitura doaria o prédio

---

<sup>93</sup> Marilda disse em entrevista: *Sabe quem era as coordenadoras de Creche? ... As mulheres dos presidentes, as primeira dama ... Olha que trem mais esquisito que virou (...) O meu marido era presidente da Associação, então eu era automaticamente a coordenadora da Creche. E o tanto que era chique! Eu era a primeira dama (risos).* Já citada.

e subvencionaria com algum recurso essas entidades.<sup>94</sup> Este projeto era apresentado como o atendimento de uma *reivindicação popular*, por parte do Poder Público Municipal, uma vez que proporcionaria um espaço de acolhimento das crianças, para atender as mães que precisavam trabalhar.<sup>95</sup>

Marilda, ao revelar como foi a relação mantida entre o poder público e as creches coordenadas pelas esposas dos presidentes das Associações de Moradores, contou quais eram as condições de funcionamento das creches que atendiam as famílias de trabalhadores na cidade.

Quando disse que queriam uma creche que *seduzisse* as crianças, que proporcionassem um *ambiente infantil*, e que acreditava que as crianças do bairro tinham esse direito, nos revela que esta condição era negada às famílias empobrecidas da cidade. Ou seja, quando contou da estratégia que criaram para ter o apoio beneficente da rica família do pediatra que prestava serviços médicos à população do bairro, utilizando de espertezas, como atribuir importância a esta família esperando em troca gratificações por isto, nos mostra que não encontravam apoio suficiente do poder público para fazer das Creches Comunitárias o espaço que desejavam para as crianças

---

<sup>94</sup> Para que um bairro pudesse ter uma Creche Comunitária, com o apoio do poder público, deveria ter sua Associação de Moradores devidamente criada e gerida segundo os preceitos previstos pela Administração Municipal.

<sup>95</sup> Este discurso, apropriado e elaborado por boa parte das famílias de trabalhadores, encobre um problema social de grande importância, ao mesmo tempo em que expressa a transformação por que passavam as relações de trabalho que se faziam presentes (também) na cidade de Uberlândia.

A relação familiar patriarcalista, onde o homem, *chefe de família*, garantia o provento econômico do seu núcleo familiar estava sendo transformada de maneira contundente.

As mulheres, que na segunda metade do século XX, procuravam de forma mais decidida se libertar do jugo de uma relação familiar e social que as faziam submissas aos desejos dos maridos e confinadas ao espaço doméstico, ambicionavam um espaço equitativo e mais justo na vida social, o que entendiam passava por uma alteração na ordem de forças na relação familiar.

Esse importante desejo de justiça, entoado pelas mulheres, manifesto em disputas na vida social que se estendiam nas teias das relações de opressão a que eram submetidas, foi apropriado, tanto quanto se fez (re)significado pelos desejos feministas, pelos interesses do capital.

Em uma sociedade de mercado ofereceu-se às mulheres o espaço da produção, de maneira tão ou mais perversa como este já se manifestava a força de trabalho masculino, como condição de liberdade. Ou seja, oferecia-se às mulheres a sua inclusão no mercado de trabalho e de consumo como sendo a própria liberdade.

Com isso, a *renda da família*, uma renda paga ao *chefe de família* que minimamente deveria repor as energias vitais do trabalhador e garantir a sobrevivência de uma nova geração de trabalhadores, onde as famílias desses trabalhadores deveriam cuidar de nutrir, curar, vestir e educar um futuro grupo de novos trabalhadores, foi substituída pela *renda familiar*.

Com a participação da mulher no mercado de trabalho, e cada vez mais precocemente dos seus filhos, a *renda da família* foi fracionada pelos capitalistas em *renda familiar*, onde o mínimo necessário a sobrevivência de uma família de trabalhadores, paga a um trabalhador, foi dividida (no mínimo) entre a sua esposa, que continuou, apesar das resistências, muitas vezes oprimidas pelos maridos e presas aos serviços domésticos, exercendo uma jornada dupla de trabalho. Contudo, com essa lógica em movimento, às mulheres tornou-se imprescindível a complementação da *renda familiar*, tornando-se mão-de-obra barata na relação capital trabalho, além de elemento desregulador/regulador de direitos trabalhistas adquiridos, uma vez que engrossava o exército de trabalhadores empregados, ou não.

que não tinham com quem ficar enquanto as mães trabalhavam; sendo que ao mesmo tempo revela, também, que não se limitavam à relação com o Poder Público na busca pela superação da precariedade de suas condições de vida.

E mais, denunciou, ao mesmo tempo em que se mostrou honrada com a atenção dispensada pelo Governo Municipal, a perseguição administrativa do funcionário público que se envolveu com as expectativas dos moradores do bairro. Através de notas à imprensa e em diálogos com a coordenadora da Creche Comunitária do Bairro Nossa Senhora das Graças, o governo peemedebista atuava repreendendo aqueles que construíam formas de atuação que não fossem as aceitas pela administração Zaire Rezende. Contudo, Marilda revela ter se utilizado dos jornais impressos, pelo menos os de oposição à administração Zaire Rezende, para dialogar publicamente com o governo municipal, denunciando, assim, o intervencionismo da administração zairista nas ações da Associação de Moradores.<sup>96</sup>

Esta tensão sugere que as Creches Comunitárias foram pensadas pelo poder público como um *depósito de crianças*.<sup>97</sup> Que serviam, sim, aos interesses das famílias às quais as mães precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar seus filhos, mas que, também, as creches atuavam no suporte aos empresários que exploravam a força de trabalho das mulheres (das mães), onde na atuação do poder público municipal as mulheres eram liberadas ao mercado de trabalho e imprimiam um novo ritmo ao acúmulo de capital, pois criava-se as condições que alteravam a relação entre capital e trabalho na cidade. Neste sentido, pode-se pensar que mesmo as conquistas dos trabalhadores eram limitadas, ou associadas, aos interesses dos proprietários, sendo estes sempre defendidos e representados, em seus interesses de classe, na atuação da Administração Municipal.

Seu José Veredeano, ao narrar o participacionismo praticado pelo governo Zaire Rezende, com o qual os moradores debateram na busca das soluções para os problemas enfrentados no seu local de moradia, indagou:

*Esgoto? Muitas vezes rodava aí, a céu aberto. Quando foi em 90 ... a gente acabou com esse problema. Na verdade, foi até que findou o governo Zaire, a gente lutou muito, brigou muito com o secretário de obras na época ... Ele vinha dá aula de rede de esgoto pra nós; e nós falava, então faz a rede de esgoto primeiro e depois cê vem falar como é que nós usa (risos). Essa era as*

---

<sup>96</sup> As matérias mencionadas por Marilda Machado não foram encontradas nas publicações dos jornais Correio de Uberlândia e Primeira Hora, pesquisados para a realização deste trabalho.

<sup>97</sup> Esta expressão foi correntemente utilizada pelos presidentes das Associações de Moradores, quando da administração Zaire Rezende, para se referirem as péssimas condições de funcionamento das Creches Comunitárias.

*discussão dele, ele chamava José Francisco ... Ele era, assim, muito legal pra tá conversando com ele.*

Marilda Machado, ao também falar sobre este participacionismo governamental, afirmou que:

*Essa Democracia Participativa (...) atirô pra tudo quante lado, ela não amarrava ... a dificuldade nessa administração participativa é que ela não amarrava as coisas ... O trem vai ficando tudo solto ... Eu não sei se é assim mesmo, ou se é porque o povo que tava fazendo não era bom de fazer, tava começando que nem nós mesmo. Mas não amarrava, o trem não tinha fim (enfática).*

*Eu chegava, por exemplo, pro administrador e falava ... 'é possível fazer isso?' Ele nunca me falou não, mas ele nunca me falou sim (semblante de desencanto). Ele me enrolava quatro anos, ele me enrolava oito, ele me enrolava vinte, como sempre vai ser possível ...*

Marilda, assim como seu José, disse de uma fadiga participativa, não porque a *participação mata a participação*,<sup>98</sup> mas porque a participação institucional “possível” do liberalismo democrático não se apresenta para resolução dos problemas sociais expressos pela expropriação e pela exploração das condições de vida, mas antes pretende atenuá-los. Tendo como meta produzir/sustentar o estado social existente, os grupos dirigentes necessitam ser, em momentos históricos específicos, mais, ou menos, “complacentes” com as reivindicações dos trabalhadores, na lógica de “mudar para conservar” a ordem. Esses elementos compõem o horizonte da dominação.<sup>99</sup>

Quando Marilda fala da falta de repostas, por parte do governo, frente às suas diversas expectativas, conclui que a angústia da espera acentuava certa desilusão, sendo que em alguns momentos esta substituída a esperança criada com a ascensão da nova administração. Contudo, apesar de reconhecer o mesmo “quadro pintado” por Marilda, seu José, quando se lembrou do Secretário de Obras do governo peemedebista, se mostrou, se não agradecido, satisfeito com o relacionamento que manteve com José Francisco, que se revelou dedicado e interessado nos problemas que viviam em seu local de moradia, mesmo não os resolvendo no que lhe caberia atuar.

Esse envolvimento entre vários moradores da cidade e a administração Zaire Rezende se caracterizou pelo movimento permanente de criação de expectativas, sendo que, mesmo quando estas eram frustradas, empenhava-se na criação de novas expectativas, por isso, acredito, a atenção permanente do poder público em “atender bem” estas populações, mesmo quanto não efetivavam seus interesses.

---

<sup>98</sup> Ver: BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.26

<sup>99</sup> MARX, Karl. *O dezoito brumário de Luiz Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2003. p.56

Nesse sentido, as experiências vividas na possibilidade de participação das pessoas, anunciada por Marilda Machado, se mostrou presente na atuação dos moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças, frente a esse participacionismo governamental, ao atuarem nas brechas abertas pelo poder público, tendo em vista conquistas que melhorassem suas condições de vida.

Joaquina Aparecida, uma moradora que não tem participação na Associação, avalia positivamente a atuação da diretoria na pressão que exerceu para conseguir benfeitorias para o bairro:

*Eles [as pessoas da Associação de Moradores] chamou o Zaire ... ele vinha. Mas a Marilda falou, 'então nós tem que arrumar um lugar para esse homem subir, pra ele falar alto pra todo mundo escutar, ele não vai falar só pra mim não' ...*

*A Marilda foi lá e arrumou esses cavalete e pois as taba ... e chamou aquele mundo de gente, o povo do bairro. E veio aquela meninada ... Porque a gente, quando a gente vai chegando num bairro pobre parece que a pobreza da gente é tão grande, não é? (arma um semblante de desencanto) Foi chegando aquele tanto de gente, daí a pouco ele [Zaire Rezende] apareceu. Mas ele não tinha conversa só com ela não, ela já ficou mais 'pode ficar a vontade, sobe lá e conversa pra nós' (risos).*

*Ela pois ele pra subi lá, e cruzou os braços e deixou ele falar. Quando ele terminou de falar ela começou, e pegou ele de pergunta pra ele responder, porque o povo tava esperando.*

*Gente ... eu não me lembro porque que era que eles tava brigando ... Só sei que no fim das conta deu certo (risos). Brigou, brigou e deu certo. Era muito difícil eles conseguir as coisa, mas eles conseguia, devagarzinho elas conseguia (...)*

*Porque sempre ela [Marilda Machado] ia, e as pessoa cobrava dela. Porque ela era, também, muito cobrada. Ai, pras pessoas não acha que ela tava fazendo corpo mole, que não era ela que não queria, ela foi lá e chamou o homem e pois ele lá me cima, agora cê fala que o povo quer escutar (risos).<sup>100</sup>*

Joaquina, ao fazer emergir de sua memória, organizada seletivamente, essa passagem, nos revela que as pessoas que não estavam envolvidas com a direção da Associação de Moradores também compunham o espaço e as relações sociais mantidas entre o Estado e os moradores. Para ela a pobreza vivida pelas pessoas do bairro atuava para sua reunião. Sugere que, uma vez reunidos, as possibilidades de participação se faziam pela consciência de suas condições, construídas na experiência de estarem juntos e pertencerem ao mesmo espaço e ao mesmo grupo social. Conseguir do poder público o que desejavam e necessitavam não era coisa simples, nem fácil. Estas conquistas muitas vezes exigiam estratégias de participação conjunta dos moradores.

---

<sup>100</sup> Entrevista concedida ao autor por Joaquina Aparecida Moreira, em abril de 2005. A entrevista foi realizada em sua residência. Joaquina tem quarenta e três anos e mudou-se de União de Minas para Uberlândia quando tinha seis anos. A entrevistada é costureira e tem um filho.



Evidenciou, também, que havia cobrança por parte das pessoas que não se envolviam com a Associação de Moradores frente à atuação dos diretores da Associação. O que nos possibilita pensar que, apesar dos possíveis e prováveis desentendimentos e contrariedades expressas no interior deste grupo, havia algum sentimento de confiança e reconhecimento. Sendo que, quando os moradores entendiam ser válida e necessária sua participação, formavam com os diretores da Associação um grupo de interesses comuns.

A fala de Joaquina ainda nos ajuda a perceber que os encontros entre a Administração Municipal e as populações pobres da cidade, em seus locais de moradia, não aconteciam conforme o que era pensado exclusivamente pelo poder público. Estes espaços utilizados pelo governo municipal, para se mostrar atencioso e comprometido com as populações que os recebiam, eram, por sua vez, apropriados pelos moradores na construção de condições que tornassem difíceis, pois impopular, o não atendimento das reivindicações que seriam apresentadas.

Para muitos, a reunião começava quando o poder público encerrava o “rosário de benfeitorias” realizadas, ou que estaria realizando, as quais procurava apresentar como “atuações benevolentes” da administração e, ainda, justificar a impossibilidade do atendimento a novas reivindicações que pudessem surgir daquelas reuniões.

Marilda Machado, ao dizer sobre esses condicionamentos estratégicos, desenvolvidos nas relações de tensão que mantinham com o poder público, sugere que estas ações podiam extrapolar o caráter diplomático e atingir, por sua vez, um estado de conflito:

*Eu falo da minha vivência ... e naquela época (...) eu falava das creches. Eu tinha um argumento que era imbatível. Porque o Dr. Zaire, numa burrice do tamanho do mundo, que deve ter sido o único momento de burrice da vida dele (risos) ... eu falei, ‘Dr. Zaire ... como é que o senhor consegue por a cabeça no travesseiro e lembrar que esses meninos come em tampa, senta no sofá que é só buraco ... o fugão só funciona uma trempe, olha a cama que os menino deita, como é que o senhor dá conta de ver isso? Dentro dessas casas ...’, que era aquelas casas abandonadas do BNH, com cada buraco desse tamanho, passava um menino (aponta para um círculo imaginário formado pelo encontro de seus dois braços, os quais delimitam um vão na amplitude que conseguiam alcançar).*

*Ai, ele falou pra mim ... Sabe quê que ele falou pra mim? Cé não vai acreditar! ... Ele me falou que não podia colocar um menino num lugar muito diferente da casa dele ... porque se não criava conflito na criança ... Eu só não bati nele porque tinha gente lá com ele. Mas ai, eu acabava com ele. Em todo lugar que eu ia (risos) eu desmoralizava ele publicamente. Mas era porque ele não tinha consistência naquilo que ele falava ...*

*Num outro dia cedo, eu até levantava cedo ... eu nem gosto de levantar cedo ... Eu levantava cedo pra ir nos trem dês. Porque eles gostavam muito de ficar*

*misturado com nós, né? Chego na ICASU, num determinado dia, ó o Dr. Zaire lá: ‘em qualquer país, em qualquer lugar do mundo, o que o homem busca é ser feliz, e pra ser feliz é preciso ter acesso as riquezas que o país produz’. Isso não era o inverso do que ele tinha me falado? Peguei ele de novo ... Eu nem sei se ele se lembra, sabe? Mas eu nunca consegui esquecer.*

Quando Marilda afirma que nunca conseguiu esquecer a história que contou e quando se pergunta sobre se Zaire Rezende a teria esquecido, parece querer evidenciar a ausência dessa história na narrativa que foi dita e escrita, pelo grupo peemedebista, como sendo “a história” da democracia participativa em Uberlândia. Esta omissão da história vivida por Marilda, frente à “História de Uberlândia”, expressa uma disputa pelo pertencimento ao espaço social na cidade. A disputa sobre a memória da experiência da democracia participativa vivida em Uberlândia, nos anos 80, faz emergir a disputa social manifesta no sempre tenso e permanente conflito de viver a cidade e se incluir nela.

Tal condição revela como as experiências dos sujeitos sociais se entrecruzam e atuam sobre a sua realidade, na própria luta de viver essa realidade. As pessoas atribuem significados diferentes a modos de vida desiguais e injustos e reavaliam, portanto, suas histórias. Esta reavaliação nos mostra, no discurso de Marilda, situações em que os sujeitos acertam, como podem, as contas com a história que vivem.

Se Marilda Machado teria, ou não, enfrentado publicamente o prefeito Zaire Rezende, nas reuniões que eram realizadas entre a Administração Municipal e as populações da cidade, isto não se pode afirmar aqui, mas que esta situação corresponderia aos significados que ela atribuiu à condição que viveu, entendendo que foi enganada por um discurso democrático que reproduziu a condição de dominação, mesmo que alterando as formas desta dominação, havendo, portanto, a necessidade de dar uma resposta ao estado de opressão que viveu, isto me parece crível, e mais, parece-me que se Marilda efetivamente não *desmoralizou publicamente* o ex-prefeito viveu e vive esta expectativa até o presente da entrevista.

Quando perguntada sobre que avaliação teria a fazer sobre a experiência que viveu em seu envolvimento com o governo da Democracia Participativa, Marilda Machado desabafou dizendo:

*A democracia participativa chegou fantasiosa, ela não queria que a gente aprendesse tudo (pausa). Ela não propôs isso ... Vocês vão até (pausa) que era pra continuar obedecendo, não é? Ninguém falou que a gente podia ser dono da nossa história (...) Ninguém queria que a gente fosse dono da nossa história.*

Ela acredita e reconhece que um espaço de participação foi aberto pela administração Zaire Rezende. Contudo, afirmou que esse espaço foi limitado à participação, e que participação sem deliberação não seria uma *verdadeira democracia*. Foi uma fantasia interrompida pela realidade de não ter proporcionado, a vários moradores da cidade, a conquista do conjunto de interesses que aspiravam. Marilda parece dizer que viveu, participou e fez a história de Uberlândia, mas uma história que não teve o seu enredo escrito conforme o repertório das expectativas dela e de seus companheiros.

Contudo, ao falar dessa história, argumentou:

*Eu acredito ... que isso serviu para fazer comparações ... as pessoas não se conformaram com tudo. Não é todas as pessoas que estão conformadas com esta situação de não ter podido ... continuar decidindo que vai acontecer, ou não. Eu penso que qualquer hora dessa essa democracia participativa volta de novo. Nós não vamos conviver com o sistema que aí está ...  
Penso que a gente sonha muito, né? Eu acho que a gente já realizou muito do que o povo chamava de sonho, a gente já transformou em vida. Só que tem muito sonho pra ser sonhado, não tem não?*

A moradora de Uberlândia, ao dizer que permanecem vivas as expectativas criadas pelo projeto político-social de Democracia Participativa, separa vida e sonho. Parece não perceber que foi ao viver os sonhos que viveu sua vida. Marilda parece não reconhecer que a vida que leva hoje, vinte e três anos depois do início da Administração da Democracia Participativa, é analisada e avaliada pela experiência que teve em sonhar e refazer seus sonhos.

A moradora nos mostrou que foi na realização, e na frustração de suas expectativas, que encontrou a orientação de reviver um processo de participação social que foi tolhido no momento mesmo em que foi incentivado pelo grupo peemedebista.

Foi também pensando na vivência de expectativas que não se realizaram, mas que nem por isso deixaram de pertencer à vida das pessoas, que José Veredeano afirmou que:

*No governo dele [Zaire Rezende], ele chegou num certo final, que o governo Virgílio já não teve como fazer tudo da idéia dele. Ele teve protesto, ele já teve ... projeto ... contestado. E isso foi uma ... escola, que foi durante o governo Zaire. O governo Zaire ele era impelido, por exemplo, em qualquer bairro que ele chegava, e ele ia né? Tanto ele como o secretário dele. Tinha alguns secretários meio doido ... que eu falava que ele não sabia respeitar a posição do governo, né? Mas o Zaire não.*

Seu José, ao se referir a sucessão eleitoral após o termino do mandato peemedebista de Zaire Rezende – em quinze de novembro de 1988 –, a qual deu a

vitória para Virgílio Galassi,<sup>101</sup> ressalta que as pessoas orientam suas vidas por expectativas que não se alteram mecanicamente, nem instantaneamente, por uma decisão eleitoral. Apontou, ainda, que o “novo prefeito” eleito não se colocou fora das relações sociais de seu tempo histórico, e que apesar de ter interrompido a eleição do candidato peemedebista que sucederia Zaire Rezende (o que não, necessariamente, significava uma rejeição às idéias de justiça e liberdade insufladas por seu governo, mas que era antes uma resposta à não efetivação desses desejos por parte do grupo zairista) teve ele que incorporar, de alguma forma, esses ideais em sua “nova administração”.

O Jornal Correio de Uberlândia, por sua vez, reconhecendo que o processo social vivido impôs outras condições que não as presentes nas gestões anteriores de Virgílio Galassi, anunciou o retorno do ex-prefeito, ao Poder Executivo Municipal, destacando sua “preparação” para assumir mais um mandato:

*Virgílio reconhece que volta a governar a cidade numa época diferente da dos seus governos anteriores, mas declarou que está preparado para conviver com a nova realidade sindical do país e com os avanços sociais da classe trabalhadora. Entende que o trabalho deve ter suas vantagens sobre o capital, mas ele não deixou de assinalar que é preciso que haja um mínimo de entendimento entre as duas partes envolvidas no processo de produção para que seja estabelecida a paz social.*<sup>102</sup>

O Prefeito Virgílio Galassi, segundo a matéria, reconheceu que as novas práticas sociais exigiam novas condutas de domínio, digo condutas administrativas, que iam além daquelas explicitamente autoritárias, ou mesmo que deveria ser ressignificado o ideário do desenvolvimento mecânico (sucesso econômico, melhoria das condições de vida) proposto por seu grupo. Afinal de contas o tema da democracia emergia hegemonicamente como expressão de manifestações sociais que se faziam cada vez mais visíveis em todo o país.

---

<sup>101</sup> O Jornal Correio, sobre o retorno de Virgílio Galassi ao comando do governo municipal, exibiu em primeira página que: *Há exatamente seis anos o candidato a prefeito do PMDB, Zaire Rezende, elegeu-se surpreendentemente, deixando para trás os favoritos Renato de Freitas, do seu partido, e Alceu Santos, do PDS. O lema da sua campanha foi ‘A hora da virada’. Ao tomar posse, recebeu o governo das mãos do então prefeito, Virgílio Galassi.*

*Seis anos depois, Galassi voltou a ter o seu nome consagrado pelos eleitores que lhe deram uma boa vantagem de votos em relação ao candidato do PMDB, Luiz Alberto Rodrigues. Galassi venceu desde a primeira urna até a última, com raras exceções. Foi a revirada impostas pelos eleitores que votaram contra o PMDB num movimento de rejeição ao partido do governo. Virgílio: o dia da revirada. In: Jornal Correio. Uberlândia, 20/11/1988, p.1-2-3.*

Veja que para além do teor satírico da matéria de três páginas, o jornal reapresenta, apesar da vitória do grupo político ao qual está ligado, a tese de que a alternância política no município se estabeleceu novamente por um suposto descontentamento da condução política nacional e não pelos problemas vividos e produzidos no município pela atuação do governo municipal na defesa dos interesses das elites no município.

<sup>102</sup> Virgílio anuncia o desenvolvimento. In: *Jornal Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 20/11/1988, p.8.

Após a vivência das expectativas da Administração Zaire Rezende, a precariedade e as demandas sociais não deveriam mais ser “ignoradas”, pelo menos não como antes. Não poderia o “novo prefeito” recomeçar de uma folha em branco a “impressão do progresso”, pois muitas pessoas haviam experimentado a possibilidade de novas relações. E mesmo que estas não se fizessem presentes em suas vidas por meio de realizações, eram reais em seus novos modos de viver e se faziam presentes no campo de lutas agora estabelecido. Esta condição exigia retratação histórica por parte do político chefe do Poder Executivo, e ele, não tendo nesta medida os interesses do seu grupo contrariados, mas sim preservados, o fez.

José Veredeano, ao evidenciar essa mudança na conduta administrativa do Governo Municipal, inclusive pelo grupo personificado em Galassi, relatou uma audiência que teve com o prefeito:

*Eu tive uma dificuldade, uma época, com as pessoas, porque algumas pessoas me tratavam que eu era muito legalista. Legalista no sentido, assim, que tudo que eu vê ... queria que tivesse escrito ... A gente não acredita mas em palavra ...*

*Ai, em 92, a gente pegou uma reunião com o prefeito Virgílio. Que foi uma ... pra gente foi uma surpresa enorme. Porque disse que ele não ia receber nenhum presidente de Associação. Ele tava começando, isso foi em 14 de janeiro de 92.<sup>103</sup>*

*Mas ai, através do presidente do Sindicato Ferroviário, a gente conseguiu marcar uma audiência com ele. E nessa audiência, de 30 min, que ele me deu, eu cheguei lá ele já falou, ‘Ó, você já perdeu 10 min. Cê atraso, cê só tem 20 min’. Isso no gabinete dele ... Eu pensei, tá difícil, né? Mas eu já tinha todo um relatório pronto, já assinado, com tudo que a gente queria; quê que precisava, onde tava o erro disso, onde tava o erro daquilo.*

*Então, eu falei, ‘Então tá prefeito, tá que o ofício, com toda a demanda do Bairro Nossa Senhora das Graça. O senhor lê, e como o senhor é uma pessoa que diz ... já toma as providência, e que eu tenho simplesmente 20 min. Dentro desses 20 min eu quero saber, também, quais as propostas ... quais as providências que o senhor vai tomar ... Eu acho que a gente não precisa falar muito. Aqui, se o senhor quiser que eu assino na presença do senhor ... toda diretoria assinô ... O presidente do Sindicato assinô como testemunha que eu tô trazendo o documento pro senhor. Ai, o senhor vai protocolar isso aqui, que é pra mim levar pros arquivo da Associação.’*

*Ai, ele me falou, ‘Você me desculpa, mas eu não vou assinar. Porque se você confia no nosso trabalho cê deixa ai ... Eu não vou assinar o protocolo.’ Isso não vai me fazer falta, tá bão ...*

---

<sup>103</sup> Em 1992 o Prefeito Municipal não era Virgílio Galassi, mas seu ex-secretário de governo e sucessor político Paulo Ferola. Seu José Veredeano “confunde” os dois governos não apenas pela reunião com o prefeito Virgílio Galassi na data mencionada, mas, provavelmente, também embaralha em sua memória o período de realização das demandas que teriam conquistado na relação com o poder público municipal. Talvez, esta fusão dos governos Virgílio e Ferola, em uma única temporalidade, revele a indissociação que seu José faz destes prefeitos como sendo do mesmo grupo político e orientadores de uma mesma relação com a população e as Associações de Bairro.

*Ele tomou posição a respeito da rede de esgoto. Ele ligou pro cara do DMAE e falou, 'É pra terminar as rede de esgoto no Nossa Senhora das Graça.' Ele não falou que era pra olhar não, ele falou que era pra terminar ...*

*Nos quatro ano de governo dele ... a gente fizemos 70% do asfaltamento do bairro; extensão de água em todas as ruas, em toda a extensão do bairro, mesmo nos lugar que não tinha residência; a iluminação pública chegou a 90%, isso num período pequeno (...) Quer dizer, dentro de um período pequeno ele nos surpreendeu.*

Seu José, com esta narrativa, nos revela que preservou a imagem constituída no embate social entre o grupo de interesses zairistas e o grupo pedessista, onde aquele grupo *apesar de tudo* seria democrático e que o outro grupo *apesar de tudo* seria autoritário.

Seu José, ao se revelar um legalista, aponta que as frustrações o deixaram precavido frente as promessas quase sempre vãs dos zairistas. No entanto, ao permanecer como presidente da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças, após a derrota eleitoral do governo peemedebista, nos sugere que continuou vivendo a expectativa da participação como caminho possível para conquistar uma vida mais digna.

Ele, ainda, enuncia a perspectiva de que o governo Zaire *discutia muito, mas realizava pouco*, onde contrapõe essa máxima a de que o governo de Virgílio Galassi *discute pouco, mas realiza*. Esta máxima foi apropriada, ao mesmo tempo em que foi construída, pelo grupo dos pedessistas. Ela se tornou um discurso recorrente que polarizou as respectivas administrações, apresentando uma sempre como em oposição e alternativa à outra.

Esta perspectiva se expressa na fala de Marilda Machado:

*Eu acho, que o maior susto de todos é daquele que fala que faz e não faz. Porque aquele que fala que ele é sim/sim, não/não e vai lá e faz o sim/sim, não/não ... não vai assustar com nada mesmo. Ele só é autoritário, arbitrário, mas ele já tinha falado que era mesmo, né? Então, era aquilo que ele queria. Pior é aquele outro, que chega e diz (pausa) que você vai ter acesso às riquezas que o país produz ... depois fala que você precisa comer sentado no chão, porque senão quando você for embora de noite, pra casa, cê vai ter complexo, cê vai ficar traumatizado (...) Eu penso que, como administrador, esse homem é louco (enfática).*

Marilda, ao atribuir sentido a um projeto democrático, entende que este só se completa se vislumbrar uma prática de transformação social que altere significativamente as condições de vida das pessoas e não apenas a forma destas se relacionarem com o poder público. Acredita que o governo Zaire Rezende não tenha sido uma *verdadeira democracia*, porém foi duplamente falso, pois havia se

comprometido a ser democrático e, ao não honrar-se com o cumprimento desta promessa, revelou-se em uma administração falaciosa e indigna de confiança.

Já o grupo que rivalizou/rivaliza com os peemedebistas pelo controle da Administração Municipal em Uberlândia, personificados em Virgílio Galassi, não era, também, democrático, mas não se passou por tal. Ou seja, eram condutores de um projeto político *autoritário e arbitrário*, contudo, portadores de um discurso, que se não era orientado por um ideal democrático, era coerente, portanto “digno” de confiança, uma vez que não frustrava expectativas, que nem ao menos eram criadas. Nesse sentido, esperando-se o pior deste governo, surpreendia-se agradavelmente com alguma medida “mais popular” que viesse a beneficiar parte dos moradores de Uberlândia que se encontravam preteridos de condições mínimas de subsistência. Já o governo dos peemedebistas, de quem se esperava maior interação com as populações empobrecidas, se surpreendia negativamente com suas falsas promessas e sua “incoerência”.

Esse sentimento, vivido e compartilhado socialmente, criou a sensação de que os moradores de Uberlândia teriam como “escolha democrática”, nas eleições representativas, candidatos com posturas políticas diferentes. Que poderia optar-se, ou por um governo mais comprometido com a causa dos trabalhadores pobres, ou, por outro, mais comprometido com o desenvolvimento econômico da cidade, como se estas fossem questões diferentes (!). Quando na verdade, poucas, e por vezes efêmeras variações, se podia esperar dessas frações de mesma classe.

Joaquina Aparecida, num misto de realismo e desilusão, disse da sua convicção de que venha o governo que for,<sup>104</sup> pois serão, na verdade, as dificuldades experimentadas em nossas vidas, muitas construídas por esses governos, é que vão nos ensinar a ter um maior entendimento das nossas práticas sociais. Ao falar de si, ela destaca as dificuldades de muitos que, como ela, enfrentam dificuldades para viver a/na cidade:

*As dificuldades faz parte com a gente cresça, mas é tão ruim quando a gente olha pra trás que cê viu que o cê melhorou, mas que tem gente, ainda, naquela condição que cê viveu.*

*Ai, cê fala ... mas podia fulano, alguém olhar por fulano (...) Então, não adianta. Eu melhorei, mas e pro meu povo, não vai melhorar não? Quero saber se vai melhorar pra eles. Melhorou pra mim ... não é suficiente, não é o bastante, tem que melhorar pra eles também. Não é?*

---

<sup>104</sup> Joaquina Aparecida disse em entrevista que: *É desacreditado. Cê não pode contar com essa governança nossa, mas ... nem com Zaire, nem com Virgílio, nem com ... quem é o outro mesmo? (risos) ... Porque cê não confia mais, ninguém faz nada pra ninguém. Com certeza, faz lá pros rico, né? ... Enquanto meu povo pobre tá lá, as vez sem uma água, as vez sem uma energia. Quantas casas cê não vê ai ... afastada? Cê vê que a pessoa ali tá largada.*

*Que é muito fácil, né? Melhora pra um, melhora pra outro; ali e aqui. Não, tem que melhorar é pra todo mundo, todo mundo vive em situação difícil. As vez, a situação deles hoje tá mais difícil que a minha.*

Joaquina, bombardeada que foi (e é) pelas dificuldades que enfrenta, deixa bem claro sua pouca esperança de transformações nas condições de vida, que possam ser conquistadas por vitória deste ou daquele candidato, em eleições liberais representativas. Expõe a permanência das dificuldades como a expressão dessa realidade e, por conseguinte, justifica sua pouca fé na alteração da ordem instituída, insinuando que nem ao menos as pessoas do seu bairro, que ajudavam uns aos outros, se relacionam mais com esse fim.

Marilda Machado, assim como Joaquina, ao procurar atribuir sentidos ao seu envolvimento naquele processo social, organizando sua fala nos fragmentos da memória, estes suflados no tempo passado e resgatados na urgência do presente, afirmou:

*A gente já sabia de antemão ... tomava consciência que era uma coisa enganosa. A gente já sabia disso também. Mas a gente queria acreditar que ... daquela vez ia funcionar, sabe? Então a gente ia pra rua, pegava as nossas bandeiras ... batia palma pra eles, depois a gente xingava, jogava pedra, xingava, xingava ... 'desgraçado vem cá pra mim te ensinar' ...*

*Quando ele aparecia de novo, cê falava, não é possível, agora ele mudou, não é possível que esse cara tá mentindo, não é possível. Pra quê que ele vai mentir pra mim? ... Mas cê tinha consciência daquilo ... A gente era impotente pra fazer essa mudança (...)*

*A gente sabia que tava sendo engolido pelo sistema, não era assim de bobo o tempo inteiro, ou pelo menos algumas pessoas ... Quantas vezes a gente falava, 'evem de novo', mas a gente não tinha outras pessoas, como a gente nunca conseguiu contagiar todo mundo pra ir lá e fazer uma virada com cara de virada. A gente virava a folha assim (aponta para uma folha de papel, sobre a mesa, e inclina uma das extremidades, envergando-a alguns centímetros acima do plano da mesa), no primeiro vento a folha voltou.*

Marilda nos revela, com esta fala, a capacidade de produção de expectativas nas populações da cidade, por parte da administração zairista. Nos mostra, que não à revelia da realidade, o grupo peemedebista, capitaneado por Zaire Rezende, conseguiu, em torno de si, o consenso de governo e sustentou com habilidade classista a ordem social que (supostamente) contestava.

Marilda nos faz perceber que as expectativas e as frustrações não se anulavam em um golpe definitivo, onde a quebra/rompimento da primeira decretava sumariamente a vitória da segunda, e que nem a superação das frustrações compunham uma harmonia definitiva de sonhos. Aponta, ao contrário, que a consciência que construíam, na vivência de suas histórias, era perversa e atormentadora, porque fazia das “surpresas”



algo previsível para alguns. Nesse sentido, revela que esta previsibilidade era dura porque reafirmava a condição social de dominados a que eram submetidos.<sup>105</sup>

E sobre o sentimento de impotência, construído na trama das relações sociais vividas, apesar da sua ação enquanto sujeito revelar sua atuação na vida social, Marilda atônita, questiona e procura dar uma resposta a si mesma quando diz que:

*Há coisa que não dá pra entender ... porque podia ganhar qualquer um, porque a gente sempre criticou que seu Virgílio não gostava de pobre ... o que nós fomos lá? Nós buscamos esse grupo e pusemos ele de volta no poder. Quer dizer, dos males o menor (...) a gente nem quis testar, entendeu? Nós ficamos tão decepcionados que nós não quisemos nem testar.*

José Veredeano materializou esse mesmo sentimento de impotência quando, em fevereiro de 1988, na ocasião presidente da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças, enviou um comunicado à Câmara Municipal:

*Prezados Vereadores.*

*Sr. Vereadores legítimos e escolhidos pelo povo de Uberlândia e que confiamos em suas representatividades. Estamos encaminhando este pedido de esclarecimento ao Sr. Presidente e todos os Vereadores do legislativo da Câmara municipal de Uberlândia.*

*01\_ Desde que iniciamos a nossa associação de moradores em nosso bairro que fazemos um esforço junto poder público para que nossas reivindicações fossem atendidas sem difamações críticas, mas tenho acompanhado aos trabalhos das diretorias anteriores observei que seu esforço e realizações não foram concluídas.*

*No início de 87 eu e mais doze colegas assumimos a diretoria e a maioria dos companheiros desistiu por falta de complemento a diretoria do poder público, a não conclusão de suas promessas e reivindicações anteriores, que verbalmente recebo muito bem nossas reivindicações e prometo a vontade com maior atenção já mais vista, com algum encaminhamento mais sem nenhuma conclusão até agora?*

*Bom quero dizer que chega de promessas: agora eu pergunto aos legisladores de Uberlândia o porquê já são quatro anos de reivindicações e nada de concreto para esta comunidade?*

*02\_ A não ser uma creche com um prédio caindo aos pedaços, um posto de saúde com atendimento na muito significativo para nosso bairro.*

*03\_ Iluminação incompleta e precária por ex: a ligação ao Cruzeiro do Sul até hoje sem conclusão. Será que é porque somos pessoas de classe média baixa, o porquê existe atrito com o dono da maioria dos lotes deste bairro, vejam bem: hoje somos aproximadamente três mil eleitores aproximadamente.*

*04\_ Bom Sr. Vereadores vocês como representantes de todo povo de Uberlândia, pelo aumentos disem assim, porque não o atendimento das reivindicações dos moradores do B.N;S. das Graças pelo Sr. Prefeito que se diz que temos uma administração participativa, será que nosso bairro não faz parte desta administração participativa Dr. Zaire Rezende?*

---

<sup>105</sup> *Quando a gente cresce um pouco, quando a gente compreende mais ... é uma coisa muito ruim, porque você sofre muito mais ... Eu tenho uma amiga, a gente conversa muito ... ela fala assim, 'bom mesmo é ser coro de pau podre' ... hoje a gente não consegue mais ser esse coro de pau podre, ne? Marilda Machado.*

05\_ Temos uma escola encalhada desde o final de 86 decreto da mesma pelo Sr. Élio Garcia a criação escola 1º Grau e vejo um grande desinteresse da parte secretaria Municipal de educação por esta obra.

06\_ Temos vários pedidos de galerias para recolher os enxorros jogados em cima do nosso bairro vindo da CASENG, DAIWA, C. Industrial, nem resposta.

07\_ DEMAÉ desde das chuvas do ano passado lá eu estive pedindo que eles desentupissem a rede de esgoto, segundo a informação que tenho este esgoto vem da UFU pela República Piratini e no tampão da mesma trasborda toda sujeira ao solo rua abaixo o que me preocupa é as crianças que brincam nesta enxorrada contaminada de remédios já foi visto seringas de aplicar engeções, e outros objetos estranhos. Já falei como setor encarregado desta limpeza e nada foi feito.

08\_ Olha temos vários moradores da Av. Frei Caneca a dois anos sem luz por falta de dois postes, segundo o engenheiro da Secretaria de serviços urbanos.

E vários outros que a nova diretoria deverá enviar a vocês já eleita.

*Saudações Comunitárias.*

Seu José disse, durante a entrevista, que o pedido de esclarecimento lhe foi devolvido pelo presidente da Câmara Municipal, Silas Guimarães (PMDB), com o comentário de que o documento estava confuso e que, portanto, era ilegível. O ofício enviado pelo então presidente da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças foi reproduzido na íntegra para que o analisemos com maior atenção.

José Veredeano via o governo Zaire Rezende entrar em seu último ano de administração, ao mesmo tempo em que completava um ano à frente da Associação de Moradores do bairro. O presidente da Associação presenciava o esvaziamento até mesmo dos integrantes da diretoria da Associação. Sobre a falta de interesse dos moradores do bairro pela entidade representativa, atribuiu como causa o descomprometimento da Administração Municipal perante as reivindicações dos moradores, que eram apresentadas, ao poder público, pela Associação do Bairro.<sup>106</sup>

---

<sup>106</sup> Sobre o esvaziamento da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças, encontramos registrado na Ata de reuniões a seguinte anotação: *Aos seis dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e oito reuniram-se na sede da Creche Comunitária do Bairro Nossa Senhora das Graças, para tratar de assuntos ligados à atuação da Associação, a Diretoria e os membros do Conselho Fiscal (...)* O vice-presidente disse que a Associação está desacreditada, mas nem por isso está parada, que está sendo desenvolvido um trabalho sério e honesto por todos os componentes da Diretoria (...). ATAS DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. Uberlândia, 06/08/1988.

O fato de ter havido uma reunião para discutir a falta de interesse dos moradores do bairro pela entidade representativa, revela que esta era uma discussão posta na ordem do dia. Esta reunião se deu em meio a uma acalorada discussão a respeito da distribuição dos ticket de leite (um programa compensatório do Governo Federal destinava uma ínfima quantia de vale-leite, onde estes eram entregues aos municípios para serem distribuído à comunidade carente, em Uberlândia esta distribuição, orientada pelo discurso da democracia participativa, foi repassada, pela administração Zaire Rezende, às Associações de Moradores). Nessa discussão, a secretária da Associação, descontente com os critérios de distribuição dos ticket, que eram pensados pelo poder público e apenas executados pelas entidades representativas, ameaçou se desligar da Associação. Esta questão nos faz pensar que o esvaziamento da participação popular nas Associações de Moradores não tinha explicação apenas na falta de ação do poder público. Criar condições efetivas para o questionamento das entidades era também uma forma de atuação do

O documento enviado ao Poder Legislativo avaliava a atuação peemedebista à frente do governo municipal, ao mesmo tempo em que comunicava que a Associação não estava satisfeita com a administração participativa do governo Zaire Rezende.

No texto, José Veredeano reclamou das péssimas condições de funcionamento da Creche Comunitária, disse, ainda, que o atendimento médico-hospitalar do Posto de Saúde era insignificante e deixava a desejar; que a iluminação pública era precária e insuficiente; que não havia escolas no bairro e que as galerias de escoamento do esgoto provenientes do Distrito Industrial, que haviam sido prometidas, não foram executadas, sendo que os canais de escoamento de esgoto que existiam no bairro estavam entupidos e estavam causando problemas para os moradores, principalmente para as crianças, que sem lugares próprios para o lazer, brincavam na rua em contato com os detritos que corriam a céu aberto.

Identificando a si mesmo, e os demais moradores do bairro, como pessoas de *classe media baixa*, ou seja, nem ricos, mas nem pobres (talvez pela condição de proprietários de suas próprias casas), e entendendo que esta condição social poderia ser a causa da indiferença a que eram submetidos por parte do poder público, adverte que este não deveria ser um critério justo e nem ao menos adequado, por parte dos legisladores, para o não atendimento de suas reivindicações. Indignado com a falta de resposta do poder público, frente às demandas apresentadas (tantas vezes) pela Associação de Moradores, seu José alertou para o que entendeu ser realmente importante para os vereadores: eram aproximadamente três mil eleitores.

Contudo, ao solicitar esclarecimentos à Câmara Municipal sobre a condição em que viviam e a inércia da Administração Municipal perante as dificuldades que enfrentavam, seu José procurou, na escrita do documento, formalizar suas reclamações à instituição que representava a legalidade democrática. E sobre seu esforço foi desqualificado pelo vereador, que lhe disse que ele não sabia comunicar-se com os poderes democráticos instituídos.

---

governo da democracia participativa. Quando atribui às Associações a tarefa de distribuir os ticket de leite, por exemplo, coloca em dificuldades as diretorias das Associações, uma vez que a oferta dos ticket era inferior a demanda das populações empobrecidas que se interessavam por este benefício. Essa defasagem entre a oferta e a demanda não era algo que se resolveria com *critérios de escolha* entre os *mais pobres* para receberem o benefício, pois nesse caso não havia critério que fosse justo. Contudo, o poder público se eximia das acusações de favorecimento, corrupção e outras acusações que surgiram, repassando este ônus para as entidades que se submetiam a esta tarefa, sejam as entidades que procuravam tornar *mais justo* o processo de distribuição dos ticket, ou aquelas onde os seus diretores enxergavam benefícios políticos particularistas com a entrega do vale-leite.

O senhor José Veredeano aprendia mais uma dura lição política com a sua experiência de participação popular. Perceberia que o seu texto, provavelmente umedecido com o suor, de suas oito ou doze horas de trabalho que talvez tenha antecedido a sua escrita, não compunha o “repertório inteligível” dos legisladores municipais, porque sua escrita não atendia aos cânones ortográficos.

Marilda Machado, que também viveu esse relacionamento com o poder público municipal, emocionada, relacionou sua vida à experiência da proposta político-social de Democracia Participativa, quando confidenciou:

*Uma das coisas mais importantes que ficaram na questão das Associações ... que na época tinha muito peso, tinha muito valor, era ... o vínculo que parecia que ela ia se consolidar e que acabou que ela não se consolidou: foi o dia da morte do meu marido, que ele era presidente de Associação, que agente teve, praticamente, todos os bairros representados ... O prefeito fez questão de mandar uma pessoa representando ele ... Tinha vereadores, tinha deputados. Então, naquele momento, agente fazia uma leitura de que esse projeto daria certo ... Porque quem estava ali era um presidente de Associação, e que ele tava sendo reverenciado por aquele cargo que ele ocupava ... Depois a nossa surpresa foi muito grande, porque muitas coisas ficaram só na reverência e na referência, não evoluiu, não cresceu e parou por aí.*

Marilda, ao falar da proposta de Democracia Participativa, contou de sua vida, pois aquela se revelou nesta. Quando perdeu seu marido, morto em um “acidente de trabalho”, tinha uma visão positiva dos “homens do poder”. O pai de seus três filhos já não era mais, naquele ano de 1985, tão somente força de trabalho inutilizada: era o presidente de uma Associação de representação popular.

A morte do marido, apesar de um momento de tristeza, representou para Marilda Machado a expectativa do início de uma nova maneira de viver. Nessa nova condição, vislumbrada pela viúva, os “homens do poder” ouviam os trabalhadores e os consolavam em seus momentos de desespero, nas condições as mais diversas.

A atuação das elites far-se-ia presente mesmo nos modos mais elementares da vida dos trabalhadores. A fração dominante das elites, travestida do vermelho populista dos zairistas, ao ocupar o poder de Estado no município, nos anos 1980, colocou em movimento novos elementos na relação social histórica de dominação, resistência e acomodação na cidade de Uberlândia. O velho se refazia com a criação do novo e o novo se apresentava em socorro ao velho.

A teia das relações de produção do consenso, na dominação social, foi maximizada e passou a pertencer a um estado de vigilância ainda mais presente na vida dos trabalhadores, embrenhando-se nas periferias, adentrando as residências e as

relações familiares, onde, em vários casos, ganhou as esperanças e os sonhos dos expropriados.

Mais do que a dominação e a resistência pela força ostensiva e violenta, os sujeitos sociais se lançaram, com possibilidades e condições desiguais, em uma relação de disputa social via “mediação democrática” liberal, a qual perdura até os primeiros anos do século XXI.

***Considerações finais***

Em Uberlândia, nos anos 1980, as transformações ocorridas nas relações sociais apontaram para mudanças no relacionamento entre os trabalhadores e o Estado. O Poder Público Municipal alterou sua forma de atuação no trato com os moradores empobrecidos da cidade, muitos insatisfeitos com o espaço que ocupavam na vida urbana do município, e conservou, na correlação social de forças presente na luta de classes, a exploração do trabalho, tendo em vista a conservação da condição de expropriados dos trabalhadores.

Já os trabalhadores e suas organizações, estas dispostas em seus locais de moradia, perceberiam, por maneiras diversas, que a administração Zaire Rezende necessitava do consentimento ao seu governo para se sustentar politicamente frente às disputas entre as demais frações das elites com que se rivalizavam pelo controle do Poder Público Municipal e pela direção da vida social no município.

Com este entendimento, esses trabalhadores se movimentaram, ora pela conquista de benefícios na melhoria de suas condições de vida, e, portanto, na legitimação da Administração da Democracia Participativa, ora pela explicitação dos conflitos, pela revelação dos limites de suas conquistas em um governo capitalista de ordem democrática-liberal. Este pulverizava parte de suas ações na mediação das desigualdades mais extremas, potencialmente conflitivas, divulgando, ou procurando construir, a idéia de que a sociedade capitalista, se liberal e democrática, tornar-se-ia paulatinamente *justa e humana*.

A realização deste trabalho possibilitou-me conhecer melhor as relações que vivemos no presente de 2005. Fez com que a imprevisibilidade do que deveria ser a Administração Zaire Rezende (2001/2004) se chocasse com a previsibilidade do que esperei deste governo, sendo que esta força social, que se apresentou no tempo presente como alternativa, (re)visitava a memória da experiência vivida naquele tempo histórico dos anos de 1980, procurando com isso legitimar sua presença na disputa pela ordem social que garantisse os seus interesses, os quais expressavam as expectativas de uma fração das classes dirigentes.

Observei que a alternância entre as velhas e atuais elites peemedebistas e pedessistas continuam se apresentando e se impondo na vida social no município. Contudo, é notório que a fé política não apresenta nem de longe o fervor expresso nas expectativas vividas, no início dos anos de 1980, por vários moradores da cidade de Uberlândia. Resta, contudo, perceber a qual sintonia pertence esse “ruído mudo”.

Será que Marilda tem razão quando disse que as *peessoas não se conformam com tudo e que a qualquer momento viraremos, com cara de virada*, as páginas da opressão e da exploração? Será que nos resta *entender* que as nossas conquistas, apesar de sermos *impacientes*, é um processo vagaroso e doloroso, como nos quis sugerir José Veredeano? Será que nos resta, tão somente, a infeliz consciência de que somos impotentes, limitados, dominados e algozes efêmeros de nossos algozes? Será que apesar de nossas trajetórias pessoais serem curtas frente a estrada da história que reúne e choca nossas histórias, construiremos uma *picada* a martelo e foice, ou será que esses instrumentos nos servem apenas para decorar bandeiras e sugar o trabalho dos expropriados?

Estas são algumas das incertezas e dos medos que a minha consciência abriga e que as apresento como conclusões que não concluem nada, mas que, acredito, permitem que entendamos que há algo a ser construído em direção às mudanças mais significativas, frente ao padrão de vida com que temos que lidar ordinariamente. Entendo que inventamos e criamos resistências, mesmo que miúdas, para nos mantermos vivos, dia pós dia, mas quando construiremos a socialização de nossas resistências, aproveitando de nossas inventividades para pensarmos e lutarmos por algo novo, que reúna em uma bandeira expectativas que sejam comuns?

Acredito que, como resposta à indigência e à opressão, sempre resta a resistência dos que foram convencidos, pelas relações que mantemos, de que não há mais nada a ser perdido, ou que o que nos querem tirar deve ser mantido, e que, portanto, há que se procurar maneiras de perseguir ou defender nossos desejos e expectativas, que devem ser construídas como necessidades coletivas, pois não basta que supostamente estas existam na “materialidade objetiva” da “vida real” para que automaticamente se elabore uma identidade preestabelecida e predeterminada de resistência.

Assim, este trabalho finaliza ensaiando o desejo pela construção de resistências socializadas dos explorados, pois comumente pertencem à condição de expropriados. Contudo, ressaltando que este desejo não começa hoje. Que existem experiências vivas nas consciências dos sujeitos que não precisam ser organizadas, mas sim, que devem se organizar. Uma organização que a despeito dos *pós do momento* devem ter claro que sem a alteração das vivências que culturalmente estabelecem, na ordinariedade do cotidiano, a naturalidade da propriedade privada dos meios de produção e a divisão social do trabalho, não se subverte a ordem social de hegemonia capitalista.



## ***Anexo 1***

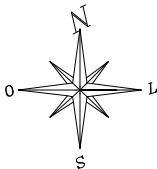
Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia, abril de 2002.  
Organização: Thiago Batista Marra



PREFEITURA DE UBERLÂNDIA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO URBANO

(Atualização: Abril/2002)



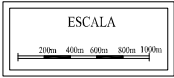
LEGENDA:

FERROVIAS

SETORES

BAIRROS

PERÍMETRO URBANO



## Referências Bibliográficas

AFONSO, M. R. & SOMARRIBA, M. M. G. Movimentos urbanos e Estado: novas tendências. In: *Movimentos sociais em Minas Gerais* (Org. Rompermayr). Belo Horizonte: UFMG, 1987.

ALÉM, João Marcos. Representações Coletivas e História Política em Uberlândia. In: *História & Perspectivas*. Uberlândia: EDUFU, n° 4, jan/jun, 1991. (p. 79-102)

ALMEIDA, Antônio. Os trabalhadores e seus espaços: Cultura, experiência e cotidiano nos estudos históricos sobre identidade coletiva. In: *Política, Cultura e Movimentos Sociais: contemporaneidades historiográficas*. Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2001. (p. 27-42)

ALVARENGA, Nízia Maria. *As Associações de Moradores em Uberlândia: um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidades*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ Doutorado em Sociologia, 1988 (Tese, Doutorado).

\_\_\_\_\_. Movimento Popular, democracia participativa e poder político local: Uberlândia 1983/1988. In: *História & Perspectivas*. Uberlândia: EDUFU, n°4, Jan/Jun, 1991. (p.103-130)

ALVES, Luciano Carneiro. Palanque de papel: O Correio de Uberlândia e a construção do “Estádio Municipal Parque do Sabiá”. In; *História e Perspectivas*. Uberlândia: EDUFU, n°24, Jan./Jun., 2001. (p.219-241)

ALVES, Marcio Moreira. *A força do povo: democracia participativa em Lajes*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ARBLATER, Anthony. *A democracia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

ARRETCHE, Marta. O Mito da descentralização como elemento indutor de maior democratização e eficiência das políticas públicas. In: *A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997. (p.127-152).

BESSA, Kelly Cristine F. O.; SOARES, Beatriz Ribeiro. O significado da especulação imobiliária no espaço urbano de Uberlândia-MG. In: *História e Perspectivas*. Uberlândia: EDUFU, n°16/17, Jan./Dez., 1997. (p.121-148)

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOSCHI, Renato Raul. Notas sobre a participação popular e reforço do legislativo. In: *Sociedade, participação popular e democracia*. Brasília: CNPq/ Coordenação Editorial; (São Paulo): ANPOCS, 1985. (p.51-68).

BUCCI-GLUCKMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino (imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. *Conciliação, Reforma e Resistência: governo, empresários e trabalhadores em Minas Gerais nos anos 50*. São Paulo: Universidade de São Paulo/ Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1998 (Tese, Doutorado).

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1982.

DANTAS, Sandra Mara. *Uberlândia – terra fértil para novas semeaduras: A experiência da Democracia Participativa (1983-1988)*. Universidade Federal de Uberlândia/ Instituto de História, 1996 (Monografia, Graduação).

\_\_\_\_\_. *Veredas do Progresso em tons altissonantes: Uberlândia (1900-1950)*. Universidade Federal de Uberlândia/Mestrado em História, 2001 (Dissertação, Mestrado).

EVERS, Tilman e outros. Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: *Cidade, povo e poder* (Org. José Álvaro Moises e outros). Rio de Janeiro: Paz e Terra, Vol. 5, 1982. (p.110-164)

\_\_\_\_\_. Os movimentos sociais urbanos: o caso do “movimento do custo de vida”. In: *Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80*. Petrópolis: Vozes, 1982. (p.73-99)

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. In: *Projeto História 10*. Revista do Programa de estudos Pós-graduados em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, 1993. (p. 73-90)

\_\_\_\_\_. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? In: *História & Perspectivas*. Uberlândia: EDUFU, nº 6, jan/jun, 1992. (p.5-23)

FONTANA, Josep. Reflexões sobre a história, do além do fim da história. In: *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998. (p.267-281)

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GINZBURG, Carlo. Sinais : Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (p. 143-180)

GOUBERT, Pierre. História Local. In: *História & Perspectivas*. Uberlândia, nº 6, jan/jun, 1992. (p.45-57)

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere, volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel (As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

HOBBSBAWM, Eric. Deveriam os pobres se Organizar? In: *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (p.391-408)

\_\_\_\_\_. Notas sobre consciência de classe. In: *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (p.35-55)

KHOURY, Yara Aun e outros. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: *Muitas Memórias, outras histórias* (Org. Déa R. Fenelon; Laura Antunes Maciel; Paulo Roberto de Almeida e Yara Aun Khoury). São Paulo: Olho d'Água, 2004. (p.116-138)

\_\_\_\_\_. Narrativas Orais na investigação da história social. In: *Projeto História 22*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, Julho/2001. (p.79-104)

JACOBI, Pedro R.. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: *Movimentos Sociais na Transição Democrática* (Org. Emir Sader). São Paulo: Cortez, 1987. (p.11-23)

JESUS, Wilma Ferreira de. *Poder Político em Uberlândia: Mudanças e Permanências (1982-1996)*. Universidade Federal de Uberlândia/ Instituto de História, 1999 (Monografia, Graduação).

KOWARICK, Lúcio. Introdução – As lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo. In: *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente* (Org. Lúcio Kowarick). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. (p.45-52)

\_\_\_\_\_. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: *Cidade, povo e poder* (Org. José Álvaro Moises e outros). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (p.30-48)

LUXEMBURGO, Rosa. Assembléia nacional ou governo dos conselhos? In: *O Estado burguês e a revolução*. Lisboa: Antídoto, 1979. (p.47-51)

\_\_\_\_\_. *Reforma social ou revolução?* Rio de Janeiro: Global, 1990.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. *O dezoito brumário de Luiz Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2003.

\_\_\_\_\_. & ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, Vol. 1, 1987. (p.13-47)

MOISES, José Álvaro. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: *Cidade, povo e poder* (Org. José Álvaro Moises e outros). Rio de Janeiro: Paz e Terra, Vol. 5, 1982. (p.14-29)

MORAIS, Sérgio Paulo. *Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia 1970-2000*. Universidade Federal de Uberlândia/Mestrado em História, 2002 (Dissertação, Mestrado).

OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidade de médio porte*. Uberlândia: Rápida, 2002.

PEREIRA, Cires Canísio. *Democracia Participativa, sua lógica e sua prática*. Universidade Federal de Uberlândia/ Instituto de História, 1988 (Monografia, Graduação).

PEREIRA, Jaqueline Rosa. *A política e o povo*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/Mestrado em Assistência Social, 2001 (Dissertação, Mestrado).

PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do Favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.

PONTUAL, Pedro de Carvalho. *O processo educativo no orçamento participativo: aprendizados dos atores da Sociedade Civil e do Estado*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Doutorado em Educação, 2000 (Tese, Doutorado)

PORTELLI, Alessandro. As fronteiras da memória: o massacre das fossas ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos. In: *História & Perspectivas*. Uberlândia: EDUFU, nº25, 2001/2002. (p.9-26)

\_\_\_\_\_. História oral como gênero. In: *Projeto História 22*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, julho/2001. (p.9-36)

\_\_\_\_\_. História Oral e memórias. Entrevista com Alessandro Portelli. In: *História & Perspectivas*. Uberlândia: EDUFU, nº26, 2001/2002. (p.27-54)

\_\_\_\_\_. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: *Muitas Memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004. (p.296-313)

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

REIS, Maúcia Vieira dos. *Alvorada: Memórias de um bairro – Uberlândia anos 80/95*. Universidade Federal de Uberlândia/ Instituto de História, 2000 (Monografia, Graduação).

\_\_\_\_\_. *Entre viver e morar: experiências dos moradores de Conjuntos Habitacionais (Uberlândia – anos 1980/1990)*. Universidade Federal de Uberlândia/Mestrado em História, 2003 (Dissertação, Mestrado).

RIBEIRO, Paula. “Saara” – *uma paisagem singular na cidade do Rio de Janeiro (1960-1990)*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Mestrado em História, 2000 (Dissertação, Mestrado).

ROQUE, Claudia Rodrigues Pereira. *Uberlândia – 1977/1988: as contradições da modernidade*. Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de História, 1998 (Monografia, Graduação).

ROSENFELD, Denis L.. *O que é democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SADER, Emir. A História e suas vinganças. In: *A vingança da História*. São Paulo: Bomtempo, 2003. (p.21-34)

SAES, Décio. *Democracia*. São Paulo: Ática, 1987.

SANTOS, Boaventura Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Carlos Meneses Sousa. Uberlândia nas linhas do enfrentamento: a democracia participativa nas páginas da imprensa. In: *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia: EDUFU, n° 33, 2006. (p.321-241)

SANTOS, Manoel Joaquim dos. *Os jornais uberlandenses e projeção da imagem política de Zaire Rezende (1981-1985)*. Universidade Federal de Uberlândia/ Instituto de História, Graduação em História, 2000 (Monografia, Graduação).

SILVA, Marcelo Kunrath. *Construção da participação popular: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da região metropolitana de Porto Alegre/RS*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Doutorado em Sociologia, 2001 (Tese, Doutorado).

SILVA, Rosana Silvana da. *Bairros e Fabricas: Espaço Político e Participação Popular. Uberlândia – 1980-1986*. Universidade Federal de Uberlândia/ Instituto de História, 1997 (Monografia, Graduação).

SOARES, Beatriz Ribeiro. *Uberlândia: Da “cidade jardim” ao “portal do cerrado” – imagens e representações no Triângulo Mineiro*. Universidade de São Paulo/Doutorado em Geografia, 1995 (Tese, Doutorado).

SOUSA, Herbert José de. Município de Boa Esperança: participação popular e poder local. In: *Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80*. Petrópolis: Vozes, 1982. (p.99-120)

SOUSA, Isabel Ribeiro O. G.. Reflexões sobre a participação popular. In: *Estado, participação política e democracia*. Brasília: CNPq; (São Paulo): ANPOCS, 1985. (p.69-77).

STROTBECK, Kelly Cristina Abreu. “Agente tinha muita vontade de ter um lugar da gente mesmo”: *História e narrativas de moradores do bairro Santo Inácio (Uberlândia)*

1980-2000). Universidade Federal de Uberlândia/Mestrado em História, 2005 (Dissertação, Mestrado).

TELES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: *Anos 90 política e sociedade no Brasil* (org. Evelina Dagnino). São Paulo: Brasiliense, 1994.(p.90-101)

THOMPSON, E. P.. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

\_\_\_\_\_. Folclore, Antropologia e História Social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. (p.227-267)

\_\_\_\_\_. Padrões e Experiências. In: *A Formação da Classe Operária Inglesa: A maldição de Adão, V.II*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (p.179-224)

THOMPSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. In: *Revista da Associação Brasileira de História Oral*. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, nº4, jun/2001. (p.85-102)

TOLEDO, Caio Navarro de. As esquerdas e a redescoberta da democracia. In: *Os anos 90: política e sociedade no Brasil* (org, Evelina Dagnino). São Paulo: Brasiliense,1994.(p.127-136)

TOSCANO, Stéfano Gonçalves Régis. *Interatividade e Democracia Participativa: alguns elementos a partir da análise do programa “você decide”*. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa/ Mestrado em Sociologia, 2000 (Mestrado, Tese).

WEFFORT, Francisco Correa. Apresentação. In: *Contradições urbanas e movimentos sociais* (Org. José Álvaro Moises e outros). Rio de Janeiro: Paz e Terra, Vol. 1, 1978. (p.9-12)

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1979.



## Fontes

- **Jornais**

\_\_Jornal Correio de Uberlândia – 1982/1989

\_\_Jornal Primeira Hora – Uberlândia - 1982/1989

- **Documentos Impressos pelo poder público e/ou pelos peemedebistas**

\_\_PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. *Manifesto dos fundadores do PMDB à Nação*, S/d.

\_\_PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. *Manual das Associações de Moradores: o poder popular está na base*. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. Uberlândia, 1988.

\_\_REZENDE, Zaire. *Democracia Participativa – A experiência de Uberlândia*. Uberlândia: Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, 1984.

\_\_REZENDE, Zaire. *Proposta para Ação do Governo Municipal*. Uberlândia, 1982.

- **Atas**

\_\_ATAS DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. Uberlândia – 1986/1988.

\_\_ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL. Uberlândia – 1982/1988.

- **Ofícios Enviados**

\_\_Conselho de Entidades Comunitárias de Uberlândia: 17/07/1984; 15/09/1987

\_\_Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças: 02/02/1988

- **Mapas**

\_\_Cidade de Uberlândia. Prefeitura Municipal de Uberlândia, abril de 2002.  
Organização: *Thiago Batista Marra*.

\_\_Uberlândia – Bairros\_2002. *Programa Cidade Digital*.

- **Entrevistas**

\_\_Geraldo Rezende Gomes: é ex-vereador da cidade de Uberlândia, foi quatro vezes Deputado Estadual do Estado de Minas Gerais, além de ter sido Secretário de Obras do governo Zaire Rezende entre os anos de 2002 e 2004, sempre pelo PMDB. Entrevista gravada em março de 2005.

\_\_Joaquina Aparecida Moreira: tem quarenta e três anos e mudou-se de União de Minas para Uberlândia quando tinha seis anos. A entrevistada é moradora do Bairro Nossa Senhora das Graças, trabalha como costureira autônoma e tem um filho. Entrevista gravada em abril de 2005.

\_\_ José Veredeano de Oliveira: é natural do Estado de Goiás e é ex-presidente da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças. O entrevistado é morador do Bairro Nossa Senhora das Graças, têm cinquenta e três anos e é funcionário público da Universidade Federal de Uberlândia. Entrevista gravada em abril de 2005.

\_\_ Marilda Machado Barros: é diretora da Casa Creche Maria de Nazaré, Organização Não Governamental. Marilda é moradora do Bairro Nossa Senhora das Graças, têm cinquenta e um anos, é natural de Uberlândia e foi presidente da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças. Entrevista gravada em abril de 2005.

\_\_ Maria Terezinha Carrara Leles: entrevista concedida a Máucia Vieira dos Reis, em 1999. Máucia, historiadora e ex-presidente da Associação de Moradores do Conjunto Alvorada, na década de 80 (na cidade de Uberlândia), se relacionou com Maria Terezinha quando do Governo de Zaire Rezende, mesmo período em que Máucia dirigia e participava da Associação de Moradores do seu bairro. Máucia diz ter se tornado amiga de Maria Terezinha com quem mantém um bom relacionamento. A entrevistada foi coordenadora comissionada da Secretaria de Trabalho e Ação Social e participou da implantação do projeto das Creches Comunitárias e do projeto de atendimento de menores. Quando deixou o cargo que ocupava na secretaria passou a ser redatora chefe do Jornal Primeira Hora, ligado ao grupo peemedebista. Entrevista gravada no ano de 1999.